

COMPANHIA DAS LETRAS

JAMIL CHADE

A COPA COMO ELA É

A HISTÓRIA DE DEZ ANOS DE PREPARAÇÃO PARA A COPA DE 2014

BREVE COMPANHIA | REPORTAGEM

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.link*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



COMPANHIA DAS LETRAS

JAMIL CHADE

A COPA COMO ELA É

A HISTÓRIA DE DEZ ANOS DE PREPARAÇÃO PARA A COPA DE 2014

BREVE COMPANHIA | REPORTAGEM

SUMÁRIO

CAPA

ROSTO

INTRODUÇÃO: A PÁTRIA EM CHUTEIRAS INDIGNADAS

1. A COPA DO MUNDO (MAIS CARA DA HISTÓRIA) É NOSSA

2. UMA COPA, MUITAS AGENDAS

3. CHUTE NO TRASEIRO

4. OS DONOS DA BOLA

5. A COPA JÁ ACABOU

CRÉDITOS

Introdução: A pátria em chuteiras indignadas

Já dizia Nelson Rodrigues que "o pior cego é o míope, e pior que o míope é quem enxerga bem, mas não entende o que enxerga". A Copa do Mundo de 2014 está prestes a ocorrer e todos sabemos que, assim que a bola rolar no dia 12 de junho no estádio em Itaquera, as atenções estarão concentradas no que ocorrerá dentro do campo. Se a seleção ganhar — e todos torcem para que esse seja o cenário — nada mais justo que comemorar.

Mas quando a festa acabar, a pergunta que todos teremos de fazer é uma só: que país é o Brasil após essa Copa? Quais princípios deixamos pelo caminho? O que descobrimos que somos capazes de realizar? Até que ponto a sociedade do país do futebol se confrontou no espelho com essa imagem e, sem complexos, mostrou ao mundo que o país do futebol não é sinônimo de país dos tolos?

Neste livro, o objetivo é mostrar como essa preparação do Brasil para receber a Copa custou uma década inteira. Não se trata, como diria o cronista, de criticar até minuto de silêncio. Mas precisamos ser claros sobre quem está ganhando, quem está perdendo e quem está pagando a conta desses megaeventos.

Antes mesmo de a bola rolar na Copa de 2014, insisto: é preciso garantir, na reta final das obras, das isenções tributárias e dos lucros de alguns poucos, que as contas sejam transparentes, democráticas. E garantir que, no final, alguém se responsabilize por tudo isso. E, se tudo isso vier com uma taça, ainda melhor.

Vivendo na Suíça há mais de uma década, já posso dizer: assim que a Copa terminar em 2014, a Fifa desmontará seu circo e partirá para seu próximo empreendimento. E restará a nós contar os lucros, os mortos e feridos.

Nelson Rodrigues insistia muito em apontar que a vitória do Brasil na Copa de 1958 deu um desfecho a um longo período em que vivemos um complexo de vira-lata, um período de Jeca Tatu. "O brasileiro se punha de cócoras diante do mundo. Isso aconteceu no curto período entre 1500 e 1958, de Cabral a Garrincha", escreveu.

Os novos megaeventos teriam, para alguns governantes, o mesmo efeito de superar essa realidade, mas desta vez numa dimensão ainda maior, política e econômica. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009, insistiu que,

quando o Rio de Janeiro ganhou o direito de sediar os Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil ganhou um novo tipo de reconhecimento internacional. O governo não perde até hoje uma só oportunidade para dizer que quer mostrar ao mundo que tem a capacidade de organizar um megaevento.

A bola está prestes a rolar e ninguém tem a coragem de dizer que não gostaria de ver o Brasil campeão. Mas, entre torcer e distorcer, a distância é grande.

Sem ilusão, não podemos deixar que uma eventual vitória nos impeça de ver para além do papel picado, ou que elogios no exterior sobre os estádios nos façam acreditar que tudo valeu a pena. Não estamos mais em 1958, quando muitos ainda questionavam se fazíamos parte da família das nações civilizadas.

Se tomarmos as promessas feitas há sete anos, quando a Fifa escolheu o Brasil para sediar seus eventos, o número de mentiras que nos foi contado é amplo. Disseram que todos os estádios seriam feitos com dinheiro privado. Disseram também que nem Ricardo Teixeira nem João Havelange estavam envolvidos no maior esquema de corrupção do esporte moderno. Já a empresa — e é assim que chamo a Fifa — terá o Mundial com o maior lucro de sua história, e sem pagar impostos no Brasil.

A Copa é um teste da imagem internacional do Brasil. Mas não como os dirigentes nos apresentam. O que está em jogo é nossa capacidade de questionar e cobrar os dirigentes, de não permitir que nomes de corruptos sejam emblemas de estádios públicos e que esses eventos beneficiem a muita gente. Cabe a nós garantir que os monumentos construídos com nosso dinheiro não se transformem em monumentos que testemunhem uma oportunidade perdida. Que a pátria continue orgulhosamente sendo uma pátria em chuteiras. Mas chuteiras indignadas.

Após os protestos que ocorreram durante a Copa das Confederações, muitos apontaram a incoerência entre torcedores comemorando a conquista brasileira e, ao mesmo tempo, saindo às ruas para protestar. Mas o que ocorreu na Copa das Confederações não foi nem ironia, nem provocação e nem incoerência. Foi um alerta: não queremos ver o futebol sequestrado por uma quadrilha de corruptos que joga com a emoção das pessoas. A seleção será sempre apoiada. Mas não os cartolas.

No fundo, os estádios se transformaram em caixas de ressonância de uma sociedade que pedia mudanças em todos os aspectos. Mas nem por isso deixava de torcer.

Mesmo com o Maracanã sitiado pelas forças de segurança e blindado para evitar protestos, o grito das ruas que tomou o Brasil entrou no estádio. Basta lembrarmos do jogo entre Espanha e Taiti, em 20 de junho de 2013. Apesar do forte esquema de segurança montado pela polícia, dezenas de pessoas com cartazes conseguiram furar o bloqueio da Fifa. Aos vinte minutos do segundo tempo, um grupo levantou faixa e puxou o grito de "O Maraca é nosso", entoado instantes depois por mais uma boa parte da torcida. Era um recado contra a privatização do estádio.

Depois de "O povo unido jamais será vencido", quase toda a arquibancada cantou o Hino Nacional. Com um placar que já mostrava uma goleada para a Espanha, o que menos importava era o jogo. Os gritos contagiaram até mesmo os voluntários da Fifa, que também se uniram ao coro e aos aplausos. Por alguns minutos, um dos palcos mais sagrados do futebol se transformou numa caixa de ressonância das ruas.

Bem que a cúpula da Fifa tentou ignorar a realidade: Joseph Blatter, presidente da entidade, declarou em uma entrevista que me concedeu no Copacabana Palace que o futebol era "mais forte que a insatisfação popular". No mesmo dia, foi a vez de Jérôme Valcke, secretário-geral da Fifa, apostar que "bastará o Brasil ganhar a Copa para tudo ser esquecido".

Instalada em seu palácio no Rio de Janeiro, a corte de José Blatter não poderia estar mais perplexa e alheia. Em meio à música ambiente, jantares de luxo, quartos de príncipes e até avião privado para levá-los pelo país, a "nobreza" da Fifa simplesmente não soube o que dizer diante da realidade das ruas. A equação não fechava. Como é que o país do futebol esperou por décadas para ter um evento e, quando finalmente recebe o torneio, sai às ruas contra a Fifa e os gastos públicos da Copa?

Seja qual for o discurso usado pela Fifa, a constatação é que ela não entendeu onde a Copa está sendo realizada e muito menos que, numa sociedade democrática e caminhando para a maturidade, não é a bola que vai atender aos anseios da população.

Durante a Copa das Confederações, a presidente Dilma Rousseff descobriu o risco de se associar ao futebol. Na abertura do evento, foi vaiada por 70 mil pessoas e decidiu simplesmente não comparecer à final. Os políticos que viram a Copa ou mesmo os Jogos Olímpicos de 2016 como oportunidades para se promover e dar um impulso a suas carreiras, hoje perceberam que são justamente esses eventos que os estão ameaçando.

Para os países emergentes, a Copa, os Jogos Olímpicos e outros grandes

eventos se transformaram em braços de uma estratégia de projeção internacional. São, na realidade, atalhos para saltar etapas no reconhecimento global. Pequim realizou os Jogos de 2008 e mostrou que tem pretensões de superpotência. A África do Sul teve a Copa de 2010 e insistia em mostrar uma nação unida. A Índia organizou em 2012 o Commonwealth Games, o Brasil terá seu Mundial e seus Jogos Olímpicos e a Rússia teve os Jogos de Inverno em 2014 e terá a Copa de 2018. Para se alcançar um ganho de exposição similar via diplomacia, seriam necessárias décadas de trabalho.

Não é por acaso que Putin, Lula, Mandela e outros líderes estiveram pessoalmente envolvidos nos esforços de trazer esses eventos a esses países. Também não é por acaso que nunca se investiu tanto nesses eventos como nos países emergentes. O Brasil vai sediar a Copa do Mundo mais cara da história. E Rússia e Catar vão superar essas marcas. No Brasil serão R$ 28 bilhões, três vezes mais que a Alemanha em 2006. Só o custo do estádio de Brasília já o coloca entre os dez mais caros da história no mundo.

A Copa é o maior evento popular de um mundo globalizado. Cumpre um papel equivalente às exposições universais do século XIX. Mas de pouco valem essas plataformas internacionais de exposição se, internamente, os países vivem ainda sérios problemas. A Copa é sim um espelho de uma nação. Mas o problema é que o espelho mostra tudo.

Dou um exemplo: uma pesquisa realizada pelos organizadores mostrou que menos de 1% dos torcedores que foram aos jogos da Copa das Confederações ganhavam um salário mínimo. Num país em que se recusa a admitir seu racismo, a elevação dos preços dos ingressos "branqueou" as arquibancadas e tirou, pelo menos por algum tempo, o caráter democrático do futebol. A constatação é de que, mesmo que tenhamos todos os estádios prontos, avenidas, hotéis e aeroportos, o trabalho de construir uma nação justa está longe de terminar. E não há conquista em campo que sirva de atalho para isso.

Portanto, se esses eventos esportivos são reflexos do novo poder geopolítico no mundo, eles também servem para mostrar que de fato somos um novo gigante, mas com pés de argila.

Esse livro é apenas o pontapé inicial de um projeto mais ambicioso: a publicação de uma história completa da Copa do Mundo de 2014. Foram dez anos acompanhando os bastidores de um processo polêmico, bilionário e, muitas vezes, revoltante. Em certos momentos, o futebol era apenas um detalhe e, o dinheiro público, propriedade de alguns poucos.

1. A Copa do Mundo (mais cara da história) é nossa

Dia 30 de julho de 2007. No bar do aristocrático e decadente hotel Baur au Lac, de Zurique, o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, me chama para uma conversa. O cartola estava no auge de seu poder, parecia inquestionável na Justiça, havia comprado sua proteção política no Congresso e não escondia que sua meta era ser o próximo presidente da Fifa. O objetivo dele naquela conversa era mostrar o que seria o projeto do Brasil, ou melhor da CBF, para sediar a Copa do Mundo de 2014, um verdadeiro trampolim pessoal. Enquanto eu folheava o documento que ele apresentaria no dia seguinte à Fifa, Teixeira insistia sobre a "beleza" do projeto gráfico da proposta.

Eram fotos dos locais turísticos do País, promessas de obras que jamais seriam construídas, clichês sobre o Brasil e tudo em tons de verde e amarelo. Era um dossiê de um país que simplesmente não existia e reforçado por estereótipos de uma nação que, longe do mundo de cartolas e campanhas baratas, tenta se apresentar ao mundo também como moderna e madura.

Teixeira rapidamente me alertou: "A grande vantagem dessa Copa do Mundo é que ela não custará um centavo do dinheiro do contribuinte. Não precisamos disso", disse. Um pouco mais tarde, na mesma conversa, ele ainda insistiria: "Eu nem quero dinheiro público nessa Copa". Fazia até sentido. Receber dinheiro público significaria, para a CBF, ver uma intervenção do Estado em uma organização que sempre justificou que não prestava contas porque era uma entidade privada, apesar de controlar o que seria o esporte "mais democrático" do mundo.

A afirmação de que não haveria dinheiro público na Copa se transformou na maior mentira do Mundial. Foi a última vez que falei com Teixeira num contato pessoal. Na realidade, não era sequer com ele que eu queria falar naquela noite. Eu estava em Zurique enviado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para entrevistar Romário, que na época era um dos "embaixadores" da candidatura do Brasil para sediar a Copa. Naquele tempo, Romário não via problemas em apoiar Teixeira. No dia seguinte, estava agendado que o presidente da CBF, Romário e Paulo Coelho, outro "embaixador" da candidatura, apresentariam o dossiê do Brasil 2014 para a equipe da Fifa.

Mas um atraso no voo do ex-jogador, e hoje deputado, acabou colocando aqueles que o esperavam em torno de uma mesma mesa, inclusive eu. Teixeira e Paulo Coelho trocavam impressões sobre o passado, sobre o fato de terem ido ao mesmo colégio e comentários impublicáveis sobre ex-colegas e professores. No canto da mesa, um francês tímido apenas escutava, sem entender o idioma e ocasionalmente acompanhando o grupo nas gargalhadas. Era Jérôme Valcke, recém-empossado secretário-geral da Fifa e claramente inseguro diante de um falastrão Teixeira e de um "mago".

Hoje, quase sete anos depois daquela conversa numa mesa de bar no verão europeu, a constatação é de que a Copa pouco se assemelha às promessas feitas por Teixeira. Governos tiveram não apenas um papel central em vários dos estádios, mas foram cálculos políticos, alianças partidárias e interesses eleitoreiros que moldaram os calendários da Copa. Em sete anos, descobriu-se que os estádios para a Copa do Mundo custaram mais de três vezes o que a CBF havia informado à Fifa quando o Brasil apresentou seu projeto para sediar o Mundial. A Copa, nesse período, se transformou no Mundial mais caro da história, com um valor superior a tudo o que a Alemanha e a África do Sul gastaram para realizar os Mundiais de 2006 e 2010, juntas.

E tudo isso sob a justificativa de que o Brasil é o "país do futebol", de que esses gastos terão uma contrapartida econômica e social para as cidades da Copa. Mas será que se os reais custos do Mundial tivessem sido apresentados à sociedade, ela de fato teria apoiado o projeto desde o início?

Um primeiro levantamento técnico da Fifa sobre o Brasil, elaborado em 30 de outubro de 2007, trazia a informação de que os estádios custariam US$ 1,1 bilhão, cerca de R$ 2,6 bilhões. O informe foi produzido e assinado por Hugo Salcedo, que coordenou a primeira inspeção no Brasil entre agosto e setembro de 2007.

"A CBF atualmente estima que os investimentos relacionados com a construção e reformas de estádios estão em US$ 1,1 bilhão", escreveu a Fifa em seu informe. Curiosamente, a Fifa visitou apenas cinco das dezoito cidades que naquele momento tentavam ser selecionadas para receber a Copa. Das sedes que permanecem hoje no calendário da Copa, não foram visitadas Fortaleza, Recife, Salvador, Natal, Curitiba, Cuiabá e Manaus. A Fifa fez seu principal informe sobre a capacidade do Brasil em realizar uma Copa do Mundo visitando menos da metade das cidades sedes.

É verdade que, já na época, a Fifa não disfarçava que o trabalho de reforma e construção dos estádios seria um desafio para o Brasil. Diplomática, a entidade

apontava que o país de fato tinha um histórico de realizações de eventos. "Mas os padrões e exigências da Fifa vão superar, em muito, qualquer outro evento realizado na história do Brasil em termos de magnitude e complexidade." O alerta estava dado.

O time de inspeção recomendava à Fifa um monitoramento cuidadoso da situação, mesmo antes de que os estádios começassem a ser erguidos. "Nenhum dos estádios no Brasil estaria em condições de receber um jogo da Copa", dizia o informe de 2007. "A Fifa deve prestar uma especial atenção nos projetos." O time de inspeção ainda levantou na época dúvidas sobre o Maracanã. "O estádio, em seu estado atual, não atende as exigências para receber um jogo da Copa. Um projeto de renovação mais amplo teria de ser avaliado."

Sete anos depois, a conta dos estádios estaria em R$ 8,9 bilhões, mais de três vezes o valor inicial.

Somente podemos especular sobre o "erro de cálculo". Ou quem fez os estudos em 2007 simplesmente errou feio na conta ou o informe e o valor não passavam de mais uma grande mentira da preparação do Brasil para o evento. O que chama a atenção ainda é que, no mesmo informe, a Fifa elogia a CBF, apontando que a entidade havia demonstrado muito "profissionalismo" ao chegar a um orçamento para o projeto da Copa.

Seja qual tenha sido a razão pelo "erro" de mais de R$ 6 bilhões, a realidade é que as obras no Brasil colocaram as cidades do país no mapa do futebol mundial. Mas não exatamente por razões esportivas. Uma comparação dos valores pagos pelas arenas no Brasil com aquelas no resto do mundo revela que um dos legados do Mundial será a coleção dos estádios mais caros do mundo. Dos vinte mais caros espalhados pelo planeta, dez deles estão no Brasil.

Para se chegar a esse dado, basta avaliar o informe que a KPMG, uma das maiores empresas de consultoria e auditoria empresarial no mundo, produz a cada dois anos sobre estádios e comparar com os valores apresentados no Brasil. A consultoria, que não inclui em seu levantamento as arenas brasileiras, prefere avaliar os custos dos estádios levando em conta o número de assentos, e não o valor total. Isso porque, segundo os especialistas, não faria sentido comparar uma arena para 35 mil lugares com outra para 71 mil.

Com essa metodologia, os dados da KPGM de 2011 revelam que o estádio mais caro do mundo é o de Wembley, onde cada um dos assentos custou 10,1 mil euros. O segundo estádio mais caro também fica em Londres. Trata-se do Emirates Stadium, onde cada lugar custou cerca de 7,2 mil euros.

Se o estudo levasse em conta os estádios brasileiros, a terceira posição seria do

Mané Garrincha, em Brasília. Com investimentos avaliados em R$ 1,43 bilhão, o estádio tem um custo por assento de R$ 20,1 mil, ou 6,4 mil euros. O Maracanã apareceria na sétima posição, mais caro que a Allianz Arena de Munique. Manaus, cidade sem qualquer tradição no futebol, viria na décima colocação, com praticamente o mesmo preço por assento do estádio do Basel, situado em um dos países com os maiores custos de mão de obra do mundo, a Suíça.

Já o estádio em Itaquera seria o 12º mais caro do mundo, seguido pela Arena Pantanal, Pernambuco, Fonte Nova e Mineirão. Todos esses seriam mais caros que estádios como o da Juventus, em Turim, considerado como a arena mais moderna hoje da Itália e tida como exemplo de gestão. O Castelão e o estádio de Natal também estariam entre os vinte mais caros do mundo.

A Fifa insiste em desmentir esses números e alerta que a comparação, para ser justa, precisaria incluir ainda os estádios da Eurocopa de 2016 na França e da Copa da Rússia em 2018. Além disso, a entidade argumenta que os valores das obras no Brasil estão em linha com os custos dos estádios europeus. A explicação é surpreendente porque não há, hoje, como comparar os custos de terreno e mão de obra da Europa aos custos brasileiros. Além disso, mesmo com a inclusão dessas obras futuras, os estádios brasileiros estariam entre os mais caros do mundo.

Outro estudo, da ONG dinamarquesa Play the Game, reforça essa herança que será deixada no Brasil. Em média, cada assento nos doze estádios brasileiros custaria US$ 5,8 mil. O valor é superior às três últimas Copas do Mundo. Na África do Sul, a média foi de US$ 5,2 mil. Na Alemanha em 2006, ela foi de US$ 3,4 mil. Já no Japão em 2002, ela chegou a US$ 5 mil.

Há ainda uma ressalva que precisa ser feita. No momento em que este livro está sendo publicado, nem todos os estádios estão prontos e, portanto, a conta final ainda não é conhecida. Mas o que espanta é que, justamente nos últimos meses de preparação da Copa, o incremento nos valores gastos bateu todos os recordes.

Em apenas nove meses, o custo das obras dos estádios aumentou em quase R$ 1 bilhão, segundo os dados oficiais do Comitê Organizador Local (COL) da Copa, publicados em sua quinta edição do balanço geral do andamento das obras da Matriz de Responsabilidade. Os quatro estádios inteiramente públicos do Mundial — Fonte Nova, Maracanã, Arena Amazônia e Arena Pantanal — iriam custar, inicialmente, R$ 3 bilhões. Mas o valor saltou para R$ 3,692 bilhões. A diferença de valor seria suficiente para construir mais uma arena das

proporções do Itaquerão.

Resumindo: sete anos depois de o Brasil receber o direito de sediar a Copa, o país bateu todos os recordes em gastos com os estádios. Isso tudo sem falar dos gastos do governo com obras de infraestrutura para garantir o acesso dos torcedores aos estádios e às cidades sedes, incluindo aeroportos e sistema de transporte. Em abril de 2013, o governo estimava que a Copa teria um custo total de R$25,5 bilhões. Em julho, o secretário-executivo do Ministério dos Esportes, Luis Fernandes, anunciou que o valor subiu para R$ 28 bilhões, um aumento de mais de 10%. Se comparado com as previsões de 2011, o valor já é R$ 6 bilhões acima, uma inflação de 27%.

Mas vamos nos concentrar apenas nos custos dos estádios. O que ocorreu entre 2007 e 2014 para que a Copa tivesse triplicado de preço? Na preparação para a Copa na Alemanha, em 2006, também houve um aumento no valor das obras. Mas não sem que uma explicação fosse dada. Em 2004, Karl-Heinz Wildmoser, então presidente do time TSV 1860 de Munique, e seu filho Karl-Heinz Wildmoser Jr., que na época ocupava o posto de chefe-executivo do estádio Allianz Arena de Munique, foram indiciados por corrupção na construção do estádio que seria um dos símbolos da Copa de 2006 na Alemanha. O presidente do time conseguiu evitar a prisão, mas teve de deixar o comando do clube. Já seu filho foi condenado por fraude nos contratos do estádio e por ter recebido propinas de 2,8 milhões de euros. Ficou quatro anos e meio na prisão.

No caso brasileiro, ninguém veio a público explicar por qual motivo é que o Mundial custará três vezes mais caro que se imaginava em 2007. Mas, sinceramente, esse teria sido o menor dos problemas se a promessa de Teixeira de que o evento seria bancado por dinheiro privado tivesse sido cumprida. Não apenas os orçamentos para os estádios foram multiplicados por três, mas também quem bancará isso tudo são os cidadãos que haviam recebido garantias de que seu dinheiro não seria usado para a construção de estádios.

A promessa de que a Copa seria um evento "privado" foi mantida por apenas dois anos. Tudo começaria a mudar em 2009. Naquele ano, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu as portas para a participação pública no Mundial. Na realidade, o que ele abriu foi a torneira para bancar a Copa. O BNDES anunciaria o início de um amplo projeto para financiar estádios de futebol, uma iniciativa que mudaria de forma radical o perfil do Mundial.

O sinal verde viria depois de uma reunião no dia 27 de outubro de 2009, no Centro Cultural do Banco do Brasil, entre Lula e o então ministro do Esporte,

Orlando Silva. Também estavam presentes naquela decisão os ministros de Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes.

Não são poucos os representantes do governo que insistem em dizer que é um absurdo contar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como uma prova de que dinheiro público está sendo gasto em estádios. Afinal de contas, são empréstimos que serão devolvidos.

Durante a Copa das Confederações, e com milhares de pessoas nas ruas, a presidente Dilma Rousseff desafiou o conceito de "coisa pública" ao usar seu pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão para negar que havia dinheiro federal na Copa. Uma vez mais, ela negou que os empréstimos do BNDES possam ser considerados como dinheiro público. "Em relação à Copa, quero esclarecer que o dinheiro do governo federal, gasto com as arenas, é fruto de financiamento que será devidamente pago pelas empresas e governos que estão explorando estes estádios. Jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação", disse Dilma.

Sua declaração, milimetricamente calculada, não deixa de ser verdade. De fato, o dinheiro não sai diretamente do orçamento público federal e terá de ser devolvido. Mas terá de ser devolvido por quem? E quando? E em quais condições?

Dos doze estádios, nove estão sendo bancados por governos estaduais. No fundo, quem está pegando dinheiro emprestado são autoridades públicas, que obviamente irão devolver o empréstimo com dinheiro público.

Outro aspecto aparentemente esquecido por Dilma: o empréstimo do BNDES é sempre realizado em condições privilegiadas. Ou seja, com uma taxa de juros mais baixa. Na prática, trata-se um empréstimo subsidiado pelo governo e com recursos que poderiam estar sendo usados para outros fins pelo próprio Estado.

Basta nos lembrarmos de uma velha disputa comercial do Brasil contra o Canadá por conta do mercado mundial de aviação. Em 2003, o governo brasileiro foi condenado na Organização Mundial do Comércio (OMC) por estar dando subsídios públicos ilegais para a exportação de jatos da Embraer. Ainda longe de conhecer a definição de público pela presidente Dilma Rousseff, os juízes da OMC concluíram que o instrumento usado para financiar a Embraer era composto por dinheiro do Estado e, portanto, ilegal. Curiosamente, quem dava o recurso na época era o BNDES. Naqueles anos, o então embaixador brasileiro na OMC e hoje ministro da Defesa, Celso Amorim, não se cansava de

justificar a necessidade de o BNDES dar empréstimos com taxas de juros subsidiadas como uma política de Estado. A Embraer também devolveria o dinheiro e, nem por isso, os juízes internacionais consideraram que o recurso do BNDES fosse privado.

Portanto, se a OMC chegou à conclusão de que o dinheiro do BNDES era uma forma de subsídio do Estado brasileiro, fica difícil entender como o financiamento de estádios seria considerado de outra forma.

No próprio website do Banco, a entidade já dá algumas pistas de seu papel. Lá, ela é citada como uma "empresa pública federal". Mais adiante, ao explicar sua missão, o BNDES aponta que sua "atuação é norteada pelo espírito público, expresso pelo compromisso inarredável com os interesses da sociedade brasileira, o foco na coletividade e o zelo com os recursos públicos". Para completar, o banco insiste que atua "em função" das "prioridades estabelecidas democraticamente pelas políticas de governo".

Portanto, somente podemos concluir que a decisão do governo de bancar estádios foi uma "prioridade" estabelecida democraticamente.

As condições oferecidas para quem quisesse pegar os empréstimos federais não poderiam ser mais suaves. As obras seriam financiadas em até 75% e a empresa ou governo estadual que recorresse ao BNDES teria doze anos para devolver o dinheiro. A conta da Copa do Mundo, portanto, será fechada apenas no ano de 2021, às vésperas da Copa do Catar.

Os benefícios dados pelo Estado a quem pegou empréstimo não param por aí. A empresa responsável por um estádio teria uma carência de três anos para começar a devolver o dinheiro, com uma taxa de juros bem inferior à que um banco comercial cobraria. Por ano, a taxa seria de apenas 1,9%, menos do que um banco na Suíça cobra em juros, e um verdadeiro presente num país considerado pelo Banco Mundial como tendo uma das taxas de juros mais elevadas do planeta.

Naquele momento, apenas três dos doze estádios eram privados: Morumbi, em São Paulo; Beira-Rio, de Porto Alegre; e Arena da Baixada, em Curitiba.

"A linha de crédito do BNDES tem um teto de R$ 400 milhões por estádio. O banco vai financiar até 75% das obras, com três anos de carência e o prazo de doze anos para o pagamento. Os juros serão TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo], mais 1,9% ao ano", afirmaria Orlando Silva, ao sair da reunião com Lula. Sua declaração contradiz o que ele mesmo havia anunciado em 29 de novembro de 2007, na abertura do 8º Encontro Nacional de Arquitetura e Engenharia. "O governo pensa em não destinar dinheiro público para a

construção ou remodelação de estádios. Essa questão deve partir da iniciativa privada", declarou o ministro, que cairia anos depois por conta de um escândalo de desvio de dinheiro.

Ao tentar justificar a mudança radical no comportamento do governo, Lula deu uma explicação em uma entrevista à ESPN em 2009 que, mais uma vez, desafia o conceito do que é o "dinheiro público". "O Governo Federal, através do BNDES, se dispôs a criar uma linha de financiamento em que nós emprestamos o dinheiro ao governo do estado, se o estádio for público, ou emprestamos à empresa que for dona do estádio, ou seja, não é dinheiro público, é um financiamento [...] os governadores tomarão dinheiro emprestado e terão que pagar", declarou.

Assim como Dilma faria em 2013, Lula também jogou com as palavras. A ordem é falar apenas de "empréstimos", sem dar explicações. Além disso, o dinheiro não será federal. Mas sim estadual. De fato, em 2010, governadores estaduais foram até Brasília pedir a Lula para que os empréstimos do BNDES para a Copa fossem repassados aos estados em uma condição extralimite. Em outras palavras, que não fossem contabilizados no cálculo do limite de endividamento dos estados nas negociações de outros empréstimos. Um dos que defendeu essa tese foi o governador mineiro, Aécio Neves.

Não há como negar: a Copa está sendo preparada com dinheiro público, por mais que políticos tentem convencer a população de que isso não é verdade. E o empréstimo feito por estados sequer está entrando no calculo do endividamento público. Uma verdadeira engenharia contábil e de cinismo nas contas da União.

Em 2009, momento de virada na posição da CBF e do governo, fui até a Fifa questionar o secretário-geral, Jérôme Valcke, sobre o fato de que a promessa sobre as verbas públicas estava sendo ignorada. Sua resposta foi reveladora. "Não cabe a mim decidir se o dinheiro será público ou privado. O que eu quero é a garantia de que os estádios serão construídos", declarou. A Fifa lavava suas mãos.

Hoje, os números falam por si só. Dos R$ 8,9 bilhões que custarão os estádios no Brasil, o BNDES vai financiar R$ 3,9 bilhões. Isso inclui R$ 400 milhões para o Mineirão, R$ 311 milhões para a Arena Pantanal, R$ 351 milhões para o Castelão. R$ 360 milhões para Manaus, R$ 383 milhões para Natal, R$ 400 milhões para o Maracanã, R$ 323 milhões para Fonte Nova e R$ 124 milhões para Curitiba.

No caso do estádio do Beira Rio, o empréstimo será bem menor, com apenas

R$ 87 milhões. Mas o local apenas foi erguido graças a outros R$ 87 milhões do Banco do Brasil e R$ 87 milhões do Banrisul.

Essa conta revela apenas o valor dos empréstimos. Se levarmos em conta o que o BNDES deixará de ganhar ao emprestar com juros reduzidos, outros R$ 189 milhões em subsídios do Estado teriam de ser somados. A conta é do Tribunal de Contas da União.

Mas a conta não termina com a participação do BNDES. No total, R$ 1,8 bilhão serão gastos diretamente pelos estados para a Copa, além de R$ 1,4 bilhão pelo Distrito Federal e R$ 14,2 milhões pelas prefeituras. Se somarmos ainda o dinheiro da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, a Copa terá movimentado R$ 8 bilhões de recursos de origem pública.

A perspectiva é assombrosa: de cada nove reais gastos nos estádios no Brasil para a Copa, oito deles foram emprestados, bancados, subsidiados ou simplesmente dados pelos diferentes governos.

CONSTITUIÇÃO? QUE CONSTITUIÇÃO?

O engodo da Copa poderia ter parado por aí. O que assusta, no entanto, é como esse dinheiro público foi gasto, sempre com a cumplicidade do governo e a pressão da Fifa. Sob o argumento de que não se poderia tolerar atrasos em obras, foi aprovada em 2011 um nova lei de licitação pública, acelerando decisões e tornando os critérios mais "flexíveis" para a escolha de quem seria o fornecedor de um serviço. Assim, praticamente longe dos olhos dos cidadãos, foi aprovado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDCP), relaxando as regras de licitação para obras da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016.

A medida, entre vários pontos, abolia certas exigências para as licitações que envolvessem a Copa do Mundo e dispensava a publicação em diário oficial das compras governamentais que não ultrapassassem R$ 150 mil para obras ou R$ 80 mil para bens e serviços. A lei acabava com os limites no número de contratos aditivos, atualizações dos entendimentos originais e que permitem elevar o preço das obras, e ainda previa um bônus conforme o desempenho da empresa que havia sido contratada, justamente para incentivar que as obras fossem entregues antes do prazo. Tudo isso para que as construções fossem conduzidas a toque de caixa e sem nenhum obstáculo que justificasse o atraso na entrega dos estádios.

Assim, a Copa que seria inicialmente apenas um projeto privado passou não apenas a usar dinheiro público, mas também aboliu as leis que foram democraticamente aprovadas para garantir o controle sobre os gastos do Estado.

Na época de sua aprovação, o Ministério Público Federal e o procurador-geral, Roberto Gurgel, chegaram a alertar que a lei era "inconstitucional". Um dos problemas é que a lei não fixava parâmetros mínimos para identificar obras, serviços e compras que seriam beneficiadas por um processo de licitação mais flexível. Poderiam empresas de aluguel de carros ou de venda de alimentos para os organizadores serem contratados com base nesses critérios "flexíveis"? Gurgel deixava claro o risco que isso poderia representar para o patrimônio público e chegou a alertar que esse foi um dos motivos pelos quais os "Jogos Pan-americanos de 2007 viram o seu orçamento aumentar em dez vezes, para um total de 3 bilhões de reais".

Um grupo de trabalho montado dentro do Ministério Público Federal também chegou à mesma conclusão e apontou que a lei concedia ao Executivo "o poder de definir ou escolher, com base em critério de elevado subjetivismo, o regime jurídico de licitação pública". Em outras palavras, a lei deixaria espaço ao governo para fazer escolhas subjetivas sobre empresas contratadas e obras, sem nem mesmo ter a necessidade de justificá-las. Na época, o Ministério Público alertou para o fato de a lei ser "intoleravelmente aberta", que violaria princípios da Constituição e a "moralidade administrativa".

O alerta dos procuradores foi rebatido pelo líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). "Tem certos integrantes do Ministério Público agindo de maneira ideológica. […] Até porque isso [flexibilizar as licitações por conta do Mundial] não é exceção, é regra. Países com Alemanha e Japão fizeram isso. O objetivo não é colocar em risco a lisura do processo, mas sim possibilitar a Copa", afirmou. O que o deputado não disse é que, se as obras tivessem ocorrido dentro dos prazos, não teria havido a necessidade de acelerar nada, nem mesmo os processos de licitação.

Até mesmo dentro do governo, a percepção era de que a lei representava uma afronta à soberania brasileira, e o Palácio do Planalto não escondeu o temor de ter o projeto rejeitado pela própria base. Não por acaso, a lei tramitou em cinco ocasiões e só passou graças a uma barganha política com deputados e senadores em 2011.

A ideia era mudar o texto do projeto para acomodar interesses políticos e angariar os votos necessários. Um dos casos mais escancarados foi a emenda apresentada pelo líder do PTB, deputado Jovair Arantes, de Goiás. No texto

original, as leis de licitação poderiam ser ignoradas parcialmente para a construção de aeroportos nas doze cidades que receberiam jogos da Copa. Mas a emenda do deputado goiano estendia esse direito a cidades que estivessem a 350 quilômetros de uma das sedes da Copa. Assim, as obras dos aeroportos de Goiânia e de Florianópolis também puderam ocorrer sem cumprir a lei de licitação prevista pelo Brasil, mesmo que essas cidades assistam a Copa de longe.

Enfim, os organizadores do Mundial tinham tudo em mãos: a injeção de dinheiro público sem limite pelos estados, o apoio do governo federal com empréstimos que seriam pagos apenas em doze anos (quando a prática é o pagamento em seis anos) e regras de licitação que poderiam ignorar a Constituição brasileira. "Não há nada mais fácil que gastar dinheiro público", já dizia o ex-presidente americano John Calvin Coolidge, às vésperas da quebra de seu país em 1929. "Parece que não pertence a ninguém." Coolidge seria acusado anos depois por ter contribuído a levar os EUA à Grande Depressão diante de um descontrole total da economia americana.

Romário, que em 2007 estava ao lado de Teixeira promovendo a Copa, se deu conta do tamanho do escândalo. "Essa palhaçada vai piorar quando estivermos a um ano e meio da Copa", escreveu em 2012. "O pior ainda está por vir, porque o governo deixará que aconteçam as obras emergenciais, as que não precisam de licitações. Aí vai acontecer o maior roubo da história do Brasil", disse. "Esse Brasil é um circo e os palhaços vocês sabem bem quem são." "O governo federal está enganando o povo. E a presidente Dilma está sendo enganada ou se deixando enganar", finalizou. É verdade que a indignação de Romário pode ter seus fins políticos e eleitoreiros. Mas não deixa de ser uma voz de alerta de alguém que, anos antes, estava no centro da candidatura do Brasil na Fifa.

LUCROS MILIONÁRIOS, IMPOSTO ZERO

A Copa do Mundo não estaria completa sem que outro pilar fundamental fosse adicionado: a isenção milionária de impostos, que beneficiará todos os envolvidos no evento. No total, o Brasil deixará de arrecadar mais de R$ 1 bilhão em impostos.

A começar pela Fifa: a principal exigência que a entidade faz a todos os países que pretendem sediar uma Copa é a isenção total de impostos. A razão, segundo a Fifa, é que "sempre foi assim". Pode até ser verdade, mas o que a Fifa

não conta é que jamais na história uma Copa gerou tantos lucros para a entidade como agora. O Mundial de 2014 deve gerar uma renda de mais de US$ 4 bilhões, um recorde e duas vezes superior ao que foi arrecadado na Alemanha em 2006. Além disso, por conta das leis suíças, a Fifa também não paga impostos no país que abriga sua sede.

O Brasil abriu mão dos impostos antes mesmo da inspeção dos estádios. Em maio de 2007, o governo Lula enviou para a Fifa documentos garantindo ao presidente da entidade, Joseph Blatter, que o país se comprometia a não falar de impostos. Esse era um dos onze compromissos financeiros do Brasil com a Fifa. Em outubro daquele ano, o Brasil foi anunciado como sede do Mundial.

Quem questiona essa exigência perde as chances de sediar o evento. Foi o caso da Bélgica, que, ao lado dos holandeses, apresentou uma candidatura para sediar a Copa de 2018. Parlamentares belgas rapidamente fizeram um alerta: se o Mundial fosse dado para o país, a Fifa não receberia isenções de impostos. Dos 24 votos da Fifa que a candidatura poderia obter, a Bélgica e Holanda obtiveram apenas três. E um deles foi de um belga que tinha obrigação moral de votar por seu país.

No Brasil, esse debate nem sequer existiu e, segundo dados oficiais da Receita Federal, a Fifa somará um ganho em isenção fiscal de R$ 558,83 milhões apenas em impostos federais. A entidade começou a ser beneficiada já em 2011 e, pelo acordo, seguirá sendo beneficiada até mesmo após a Copa. A Fifa ganhará isenções avaliadas em mais de R$ 55 milhões ainda em 2015. No total, oito impostos deixaram de ser cobrados da Fifa nos últimos quatro anos, entre eles impostos de importação, imposto de renda dos funcionários da entidade e vários outros.

A Fifa não é a única beneficiada. Pela mesma lei, aprovada em 2010, um vasto programa de incentivos fiscais foi concedido a todas as empresas e parceiros comerciais envolvidos na construção dos estádios. O programa ficaria conhecido como Recopa. Para sediar a Copa, o governo emprestou dinheiro a um valor irrisório, deu doze anos para receber o investimento de volta e abriu mão dos impostos.

Pela lei, as empresas teriam isenção de impostos na compra de cimento ou quaisquer materiais e serviços para erguer os estádios. Entre 2010 e 2014, a renúncia fiscal das doze obras de estádios no Brasil chega a R$ 329 milhões.

Essa é apenas parte da história. Em praticamente todos os estados que receberão os jogos, os governos também adotaram leis suspendendo a cobrança de tributos. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por exemplo, aprovou

uma lei que concede isenção tributária entre 2011 e 2014, decisão também tomada por outros estados. No total, o Tribunal de Contas da União estima que mais de R$ 1,08 bilhão deixarão de ser arrecadados só pelo governo federal por conta dos benefícios concedidos às empresas e à Fifa.

Quem paga por isso não é apenas o estado, mas os próprios trabalhadores. Todos os brasileiros que, nos últimos quatro anos, foram contratados pela Fifa para trabalhar no país foram obrigados a pagar impostos mais elevados, justamente para compensar o fato de que o empregador estava sendo beneficiado por uma isenção de tributos. Se em condições normais um trabalhador autônomo paga 11% de impostos sobre seu salário para o INSS, no caso dos contratos da Fifa esse valor sobe para 20%. Claro, da entidade mundial nenhum centavo é exigido. Uma realidade distorcida, num país que insiste que a Copa será também um evento social e com ganhos para a sociedade.

Voltamos ao 30 de julho de 2007. O clima ameno do verão europeu permitia que aquela conversa com Teixeira e cartolas ocorresse num jardim do hotel Baur au Lac, enquanto na distância o sol se punha entre os Alpes e o lago de Zurique. O cenário era de um filme e, sobre a mesa, estava um projeto que determinaria os próximos anos de um país e um sonho de milhares de apaixonados pelo futebol.

Estava eu diante de visionários que, com as melhores das intenções, queriam levar a Copa para o Brasil como um instrumento de desenvolvimento social e de projeção do País no exterior?

Hoje, sem ilusões, podemos confirmar: a Copa que em poucos meses vai acontecer no Brasil será a mais cara da história e será bancada com dinheiro público, com isenções milionárias de impostos e com regras de licitação que violam a Constituição brasileira.

2. Uma Copa, muitas agendas

Dia 6 de dezembro de 2013. O sorteio das chaves da Copa do Mundo na Bahia servia como uma espécie de termômetro da expectativa mundial que iria se criar para o evento em junho de 2014. Afinal, aquele momento definiria os adversários das seleções e traçaria o caminho que cada uma delas teria até a grande final no Maracanã.

Os sorteios foram sempre coloridos, marcados por polêmicas, debates e curiosidades. Em 1978, por exemplo, o então presidente da Fifa, João Havelange, levou ao palco do sorteio seu neto, Ricardinho. Na verdade, Havelange apenas estava repetindo o gesto que, em 1938, Jules Rimet inaugurou na história das Copas. No sorteio para aquele Mundial às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o então mandachuva do futebol levou ao palco Yves, seu neto, para fazer o sorteio.

Em 1950, no Brasil, a ausência de algumas seleções atrapalhou o sorteio. Mas houve quem se beneficiou. O Uruguai acabou ficando no grupo 4, sozinho com a Bolívia, já que os demais times de seu grupo optaram por não viajar até o distante Brasil. A própria Fifa hoje se pergunta: um programa mais leve para a Celeste na primeira fase teria facilitado a vida do Uruguai na vitória do Mundial?

Há também inúmeras acusações de sorteios manipulados. Sophia Loren, em 1990, não disfarçava sua alegria ao sortear para enfrentar a sua Itália os times da Tchecoslováquia, Estados Unidos e Áustria, num grupo considerado como fácil para os donos da casa. A acusação no dia seguinte foi de que ela usava um anel magnetizado e que atrairia as "bolas corretas". Em 2006, na Alemanha, Lothar Matthäus foi acusado de ter sido orientado a procurar as bolas frias que haviam sido colocadas num congelador antes do evento para garantir um grupo mais fraco para o time da casa.

Nenhuma dessas acusações jamais foi provada e os rumores apenas contribuíram para alimentar uma espécie de magia que se forma cada vez que o Mundial se aproxima.

Mas, no caso do sorteio na Bahia, a polêmica não dizia respeito a como ele foi realizado. O debate começou quando percebeu-se o que aquelas tabelas

acarretavam para os times. Treinadores, cartolas e torcedores estrangeiros se deram conta de que, em apenas um mês de torneio no Brasil, seriam obrigados a percorrer longas distâncias entre os jogos, passando ocasionalmente de um clima tropical a um inverno num espaço de três dias.

A seleção mais afetada foi a dos Estados Unidos, que terá de viajar 15 mil quilômetros, quase metade da circunferência do planeta. Os italianos percorrerão outros 14 mil. A França, por exemplo, joga dia 15 de junho contra Honduras em Porto Alegre. Cinco dias depois, estará em Salvador para enfrentar a Suíça e, no dia 25, termina a primeira fase no Rio de Janeiro. A Nigéria joga na abafada Cuiabá no dia 21 de junho contra a Bósnia e, quatro dias depois, entra em campo na fria Porto Alegre contra a Argentina.

Na cabeça de muitos, a mesma pergunta: quem é que montou esse calendário?

Inútil buscar uma resposta nas regras do futebol ou mesmo em considerações esportivas. Acima de tudo, a Copa do Mundo é um projeto político e, portanto, não é de se estranhar que a definição de seu calendário, jogos e sedes sejam resultados de arranjos políticos. Mesmo que isso signifique que o sacrificado seja o futebol. O fator que definiu o calendário da Copa do Mundo no Brasil é apenas um: as alianças políticas.

Lembro-me perfeitamente do dia em que o Brasil foi escolhido pela Fifa para ser a sede da Copa, em 30 de outubro de 2007. Dos lugares que a Fifa havia reservado para a imprensa em uma das salas de conferência, via-se um cenário que dificilmente conseguiria ser repetido no Brasil.

No palco, ao lado da réplica da taça da Copa do Mundo, a comitiva brasileira que comemorava a designação do País não era composta por jogadores ou ex-craques. Mas sim por Teixeira, rodeado como um rei por um grupo desconcertante formado pelos governadores Eduardo Braga (AM), Alcides Rodrigues (GO), Ana Júlia Carepa (PA), José Serra (SP), Sérgio Cabral (RJ), Aécio Neves (MG), Binho Marques (AC), José Roberto Arruda (DF), Jacques Wagner (BA), Cid Gomes (CE), Blairo Maggi (MT) e Eduardo Campos (PE). Isso, claro, além de Lula e alguns de seus ministros.

O sorriso escancarado no rosto daqueles políticos e os aplausos efusivos a Teixeira e a Blatter mostravam a força daquele evento como trampolim eleitoral. Ali já estava a chave para se entender a magia pela qual a Fifa — entidade que deve zelar pelo futebol — aceitou que o maior evento esportivo do planeta obrigue seleções a viajar o equivalente à metade do planeta em apenas um mês.

CANDIDATO ÚNICO

No fundo, não apenas o calendário da Copa, mas a própria escolha do Brasil para sediar o evento em 2014 foi resultado de um acerto entre os cartolas. Não restam dúvidas hoje de que a escolha do Brasil como sede foi, acima de tudo, uma definição política e resultado de um acordo e de barganhas que impediram que o país sequer enfrentasse um concorrente para sediar o maior evento coletivo da sociedade moderna e o torneio mais cobiçado do mundo do esporte.

Tudo começou em 2000. A Fifa havia decidido voltar a adotar o sistema de rodízio entre os continentes e, depois de mais de trinta anos, a Copa retornaria para a América do Sul. Estava dado o primeiro passo para garantir que o Brasil fosse a sede. Numa reunião da Conmebol em 2003, em Assunção, algo inédito aconteceria. As dez federações sul-americanas anunciariam que dariam todo o apoio para que o Brasil fosse a sede da Copa de 2014. O maior evento do mundo ocorreria sem que houvesse mais de um candidato, algo inexplicável aos olhos do resto do mundo.

Teixeira, naquele momento, já apontava que a escolha do Brasil com onze anos de antecedência permitiria ao país criar a infraestrutura básica para ter uma Copa. "Normalmente, os países só sabem que vão sediar a Copa seis anos antes, isso nos dá uma grande vantagem", disse. "Temos muito tempo para trabalhar e podemos realizar isso aos poucos. O Brasil está à altura do desafio", concluiu Teixeira.

De fato, nenhum país no mundo jamais teve onze anos para se preparar para uma Copa, e tudo isso sem o temor de perder a vaga para um concorrente. Ao longo dos anos, ficaria claro que o único adversário do Brasil seria sua própria classe política e seus cartolas-coronéis.

Na época, chegou-se a cogitar que a Federação Peruana de Futebol poderia apresentar um projeto para uma Copa Andina, envolvendo Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. O projeto se revelaria impraticável. Primeiro porque isso exigiria que todas as quatro federações envolvidas participassem da Copa, num continente que tem apenas cinco vagas. Outro fator que inviabilizava o projeto era a questão das grandes altitudes das capitais andinas.

Mas a escolha do Brasil como candidato único seria, acima de tudo, um feito de Ricardo Teixeira, presidente da CBF. Costurando alianças, distribuindo

favores e prometendo apoios, ele simplesmente anulou qualquer concorrente. O contexto regional também ajudaria. A Argentina vivia momentos complicados em sua economia e uma instabilidade política num país onde o drama dos tangos imita a realidade. Já a Colômbia enfrentava o auge da guerra contra o narcotráfico e a guerrilha. O Brasil ainda tinha um argumento forte: o país do futebol não sediava a competição havia mais de meio século.

O resultado foi um apoio unânime à CBF que, em troca, garantia para o presidente da Associação de Futebol Argentino, Julio Grondona, sua manutenção como vice-presidente da Fifa e seu comando de fato sobre as finanças da Conmebol. Naqueles mesmos anos, a CBF ainda aprovaria uma ampliação da Copa Libertadores para atender equipes menores do continente e abriria mão de organizar a Copa América por três décadas. A última vez que o país recebeu o evento regional foi em 1989, e uma nova competição continental somente ocorreria no Brasil depois da Copa do Mundo de 2014, mais especificamente em 2019.

Na Fifa, a escolha do Brasil como sede também caía como uma luva para seu presidente, o suíço Joseph Blatter. O cartola havia assumido o comando da entidade em 1998 das mãos de Havelange. Mas não escondia de pessoas próximas que seu grande temor era o poder de outro brasileiro: Ricardo Teixeira. Bem mais jovem que o suíço, dono da maior seleção do mundo e ex-genro de Havelange, o presidente da CBF era visto como uma real ameaça em futuras eleições. Dar a Copa ao Brasil, portanto, serviria para "engessar" Teixeira na CBF por pelo menos dez anos. Blatter, assim, poderia se concentrar em vencer eleições e acumular mandatos, sem ter de temer o poder do brasileiro. E de fato foi isso que ocorreu. Depois de já ter sido reeleito uma primeira vez em 2002, o suíço voltaria a vencer em 2007 e em 2011.

Mas nem tudo sairia como planejado. Blatter, ao longo dos anos, acabaria em parte lamentando seu apoio incondicional ao Brasil, justamente por se dar conta de que, sem um concorrente, a CBF poderia apresentar um projeto vazio para sediar a Copa do Mundo e, ainda assim, levaria o Mundial. Os mais irônicos dentro da Fifa apontam que o real problema de não ter um concorrente contra o Brasil era a incapacidade dos cartolas da entidade de "barganhar" seu voto entre diferentes países. Ou seja, fazer um leilão com seu apoio à candidatura que oferecesse as melhores condições para o cartola.

Manipulador, Blatter passaria a lançar alertas contra o Brasil, ainda que sempre soubesse que o Mundial ficaria com o país. Em cada entrevista dada, ele apontava que não havia garantias de que o Brasil seria a sede da Copa e que,

antes, o país precisaria provar que tinha condições de realizar o Mundial. Outra de suas estratégias foi convidar outros países a furar o compromisso da Conmebol e apresentar candidaturas alternativas à do Brasil.

Em uma entrevista que me concedeu em 2005, o suíço lançaria uma polêmica: ele propunha que Argentina e Chile lançassem uma candidatura conjunta para 2014, mesmo que ele tivesse declarado apenas dois anos antes que jamais repetiria o "erro" de dar uma Copa a dois países — no caso o Mundial de 2002 no Japão e Coreia do Sul.

No mesmo dia em que Blatter lançou a proposta, os governos de Buenos Aires e de Santiago enviariam cartas à Fifa alertando que não tinham qualquer intenção de acatar a sugestão. Ao me encontrar com Blatter semanas depois, ele me confessaria que não imaginava que a reação dos dois governos seria tão negativa.

Ele finalmente conseguiria que o Canadá expressasse interesse em sediar a Copa do Mundo de 2014. Mas, por não estar na América do Sul, o país apenas entraria na briga se o Brasil se mostrasse incapaz de produzir uma candidatura. Blatter faria a mesma sugestão em relação aos EUA, apontando que o país estava pronto para receber o evento.

A única real ameaça à CBF viria de uma iniciativa pessoal do então presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que anunciou em julho de 2006 que o país se candidataria para ser sede do Mundial de 2014. O registro da candidatura ocorreria no último dia do prazo, em dezembro, e faltando apenas horas para o encerramento das inscrições. Ao cruzar com Teixeira naqueles dias em Zurique, comentei com o cartola a notícia que chegava de Bogotá. "Você tem certeza?", questionava. "Quando aconteceu isso?", insistia, visivelmente irritado. Ao perceber que a notícia era real, Teixeira passou à segunda parte de sua estratégia: menosprezar e ridicularizar qualquer adversário. "Aquele governo sequer controla seu território. Vamos ter as Farc sediando jogos também?"

Curiosamente, Blatter, que tanto buscou uma alternativa ao Brasil, foi quem enterrou as chances dos colombianos. Em março de 2007, ele acusaria a proposta de Uribe de ser apenas uma "jogada de relações públicas". De fato, o presidente colombiano anunciou que pretendia sediar não apenas a Copa, mas o concurso de Miss Universo.

Blatter estava disposto a tudo. Menos a um coadjuvante que usasse seu evento para fins pessoais e que permitisse que o Brasil saísse com a sensação de vencedor, sem sequer ter um orçamento ou projeto para a Copa. Para o suíço, a meta dos colombianos não era a de receber o Mundial, mas de usar o evento e a

campanha para mostrar ao mundo que, apesar da guerrilha, a Colômbia era um país que caminhava para a normalidade a ponto de poder receber uma Copa. Ainda estava na mente dos cartolas da Fifa o fiasco da Copa América de 2001 na Colômbia. Por conta da violência, a seleção argentina sequer compareceu ao torneio.

Os comentários de Blatter caíram como uma bomba nas ambições de Bogotá e, no dia 11 de abril de 2007, a Federação Colombiana de Futebol enviou um comunicado para a Fifa anunciando que estava desistindo de sua candidatura e apoiando incondicionalmente o Brasil como sede do Mundial de Futebol.

A disputa internacional havia sido evitada. Teixeira e a CBF poderiam se dedicar a leiloar os jogos da Copa dentro do Brasil aos governadores, prefeitos, empreiteiras e clubes.

A DISPUTA DOMÉSTICA

Para chegar ao mirabolante calendário dos 64 jogos espalhados por doze estádios, o trabalho da Fifa e da CBF não foi nada fácil. No total, 57 versões do que seria a Copa do Mundo foram produzidas, até que as promessas políticas fossem atendidas e que o organograma respeitasse também o interesse das televisões e patrocinadores. Enfim, todos foram consultados. Menos o futebol.

Em sua inspeção de 2007, a Fifa deixava claro: a Copa no Brasil ocorreria em oito sedes. Pelo menos dois motivos eram considerados naquele momento. O primeiro era justamente a questão da distância. Na última vez em que a Fifa realizou uma Copa num país continental, em 1994, nos EUA, um limite de nove sedes foi estabelecido. Ainda assim, o número apenas foi autorizado porque cinco delas ficavam no Nordeste americano. O segundo motivo era o temor de que, com doze sedes, as chances de que a Fifa fosse acusada de erguer elefantes brancos eram multiplicadas.

Mas a CBF e a classe política brasileira convenceram a Fifa de que, uma vez mais, as regras deveriam ser revistas para a Copa no Brasil. Oficialmente, o argumento era de que, com doze sedes, a Copa iria a todos os rincões do País e que, ao contrário da Copa de 1950, não seria justo um Mundial apenas para algumas regiões. A realidade é que apenas com doze sedes a CBF e o governo federal poderiam atender a todos os seus aliados políticos. Quem também comemorou foram as empresas de construção que, no lugar de reformar ou erguer apenas oito estádios, poderiam atuar em doze cidades diferentes. Nove

deles seriam novos. Todos ganhavam. Menos o futebol.

Nos bastidores, a disputa por quem seria sede da Copa começou imediatamente depois de o Brasil ter sido escolhido, numa corrida desenfreada entre políticos para seduzir a CBF e o governo federal. Não apenas mais de uma dezena de governadores e ministros foram até Zurique, em 2007, como a CBF reuniu um total de 22 cidades que se apresentavam como potenciais candidatas para o evento.

Oficialmente, Teixeira e mesmo o governo federal insistiam que a escolha seria realizada com "critérios técnicos". O que se viu nos meses seguintes foi uma disputa política que pouco tinha a ver com o futebol e que envolveu diretamente até mesmo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife/Olinda, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Teresina e Campinas iniciaram um lobby que envolvia não apenas viagens frequentes até Brasília, mas promessas de apoio a Teixeira no Rio de Janeiro. O cartola havia conseguido para ele e para a CBF tudo o que Blatter, com a candidatura única do Brasil, não conseguiu para a Fifa: o poder de barganhar com cada um que quisesse ser sede da Copa.

Se a decisão de dar a Copa ao Brasil foi tomada em Zurique, parte da história do Mundial ocorreu no gabinete do então líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), que em diversas ocasiões cedeu seu escritório quando Ricardo Teixeira estava na capital e precisou se reunir com deputados, governadores e senadores. O local foi testemunha de bajulações de deputados que defendiam que suas cidades fossem sede da Copa, num exercício que, embora legítimo, consistia em dar sinais implícitos de que iriam poupar Teixeira de qualquer tipo de acusação ou investigação. Calheiros e a CBF ainda mantinham outro ponto de aliança: o então diretor de Assuntos Legislativos da CBF, Vandenberg Machado, havia sido um servidor do Senado e chefe de gabinete de Calheiros nos anos em que o senador foi o Ministro da Justiça, entre 1995 e 1998. O diretor também já havia servido anos antes como assessor do presidente José Sarney.

O número de deputados com algum tipo de relação com a CBF também era expressivo. A entidade já tinha, inclusive, um escritório em Brasília. Na verdade, pode-se dizer de tudo do endereço da CBF na capital. Menos qualificá-lo de "escritório".

Na mansão alugada desde 1997 do Lago Sul, na chácara 17 da QI 15, não era

difícil no início dos anos 2000 encontrar políticos e seus assessores, cartolas, presidentes de federações e lobistas desfrutando da piscina na casa de dois andares. Uma vez por semana, eles ainda eram convidados a um animado rachão num gramado perfeito. O dia não terminaria sem um churrasco oferecido pela CBF, regado a bebida. Oficialmente, a explicação para a existência da mansão era a necessidade de cuidar de passaportes de jogadores na Polícia Federal e manter o diálogo com embaixadas estrangeiras. Mas ninguém escondia que o lobby para defender diante dos legisladores os interesses da CBF era sua principal atividade.

No mesmo período, a CBF passou a fazer doações para campanhas eleitorais de deputados, prefeitos e vereadores. A entidade liderada por Teixeira, por exemplo, financiou as campanhas dos deputados Darcísio Perondi (PMDB), José Rocha (PFL-BA) e Eurico Miranda (PPB-RJ), todos membros da comissão que, em 2001, formaria uma CPI para investigar os contratos entre Teixeira e a Nike. Eurico, o folclórico ex-presidente do Vasco da Gama, recebeu em 1998 cerca de R$ 50 mil da CBF, que, na prática, bancou metade dos custos de sua candidatura. Anos depois, ele seria o vice-presidente da CPI cuja finalidade era a de investigar a CBF. Os senadores do PMDB Gilvam Borges (AP) e Renan Calheiros (AL) também foram financiados na época pela CBF.

A distribuição de "gentilezas" da CBF ainda envolvia as federações estaduais onde presidentes e cartolas apoiassem Teixeira. Um levantamento feito pelo então deputado Silvio Torres e outros congressistas indicou que a entidade doou R$ 12,5 milhões às federações e políticos entre 1998 e 2000. Constatou-se que, em momentos eleitorais, o volume de dinheiro crescia. "Em 1998, as doações intensificaram-se no período eleitoral, a partir de setembro, e chegaram ao máximo em dezembro desse ano, estendendo-se até janeiro de 1999, num valor total de R$ 1 885 768,00. Em 1999, as doações se mantiveram iguais durante o restante do ano, na faixa de R$ 300 mil por mês. Em 2000, ano das eleições municipais, novamente as doações intensificaram-se depois de agosto", indicou o informe.

Um dos objetivos era justamente financiar a campanha de cartolas para que pudessem se eleger para cargos públicos. O futebol não apenas era um palanque para futuros políticos, mas financiava suas campanhas. Em 1998, por exemplo, o presidente da Federação do Acre, Antônio Aquino Lopes, recebeu R$ 57,5 mil para sua campanha eleitoral. Em troca, segundo o informe, a CBF apenas esperava um apoio político a Teixeira.

A prática continuaria nas eleições em 2006, quando um total de oito

candidatos receberam R$ 500 mil para suas campanhas da CBF, entre eles Roseana Sarney, com R$ 100 mil. Seu irmão, Fernando Sarney, ocupou cargos na CBF.

O investimento de Teixeira conseguiu render frutos por anos e o blindou de uma ação que poderia ter derrubado o cartola anos antes de sua saída da CBF, em 2012. Em mais de uma ocasião, a "Bancada da Bola" no Congresso evitou passar projetos de leis que complicariam a vida da CBF e dos clubes, impediu a criação de CPIs e fez questão de atuar nos bastidores para abafar qualquer tipo de críticas a Teixeira.

Nos últimos anos de seu mandato, não era raro ver o presidente da CBF em Brasília, inclusive em reuniões no Palácio do Planalto, chegando a ser recebido pelo ex-ministro das Relações Institucionais de Lula, Luiz Sérgio. O objetivo central era sempre o de impedir a criação de uma CPI para investigar a condução da entidade nos preparativos da Copa de 2014. Teixeira atuou de forma intensa para convencer o governo federal a dar instruções à sua base aliada para não aderir a qualquer tipo de CPI. Enquanto o cartola não estava em Brasília, era o representante da CBF na capital, Vandenberg Machado, quem percorria os corredores do Congresso, articulando formas para impedir a criação de uma CPI e fazendo promessas.

Parte dessa ação teria um resultado positivo para os interesses da oligarquia do futebol brasileiro. Em 2013, por exemplo, a CBF conseguiu derrubar uma emenda que exigia transparência no esporte. O texto do projeto de lei obrigava um cartola ou um clube que recebesse recurso público a assegurar uma gestão transparente do clube beneficiado. Mas, para a CBF, isso era pedir demais e a emenda à Medida Provisória (MP) 615 foi retirada do relatório elaborado pelo senador Gim Argello (PTB-DF). O político admitiu naquele momento que, misteriosamente, não havia conseguido o apoio da base do governo para sua proposta e que, de fato, a ordem do Palácio do Planalto era para que a emenda fosse abolida. Em seu lugar, entraria uma proposta que iria justamente no sentido inverso: ela permitiria que os clubes continuassem a receber dinheiro de projetos como a loteria Timemania, mesmo devendo para a Receita Federal e sem se comprometer com a transparência de suas contas.

Em outra iniciativa de sucesso da CBF, o Congresso aprovou uma lei isentando os dirigentes esportivos de qualquer responsabilidade se seus clubes se afundassem em dívidas. Coincidência ou não, o projeto foi apresentado pelo deputado José Rocha (PR-BA) que, segundo os registros do TSE, recebeu mais de R$ 150 mil para suas campanhas eleitorais justamente dos cofres da CBF.

A aprovação dessas leis ou a blindagem a Ricardo Teixeira não têm uma relação direta com a Copa do Mundo. Mas, diante dessas relações incestuosas entre Brasília e a CBF, fica claro que nenhuma decisão referente à Copa do Mundo seria tomada sem levar em consideração interesses políticos e eleitorais. É por esse prisma, portanto, que precisamos olhar para entender a forma pela qual as sedes no Brasil foram escolhidas. A primeira definição viria dois anos depois da escolha do país para sediar o evento.

Em 31 de maio de 2009, a Fifa abandonou sua ideia de apenas oito sedes e anunciou que doze cidades receberiam a Copa do Mundo no Brasil. A entidade havia entrado em um acordo com a CBF e com o governo federal ampliando os dividendos que Teixeira e o próprio governo Lula teriam em 2009, com mais quatro estados agraciados. Em troca da ampliação da Copa, a Fifa recebeu garantias do Palácio do Planalto que haveria dinheiro público nesses estádios.

O pacote estava fechado: de um lado, Brasília e a CBF ampliariam o número de aliados e, de outro, o governo abriria as torneiras do BNDES para assegurar que não faltaria dinheiro.

Nas semanas que antecederam a escolha, o que se viu foi uma movimentação intensa entre Brasília, as capitais estaduais e a CBF. Teixeira recebeu todos os governadores e prefeitos das cidades candidatas.

Algumas já haviam ficado pelo caminho. João Pessoa, Maceió, Teresina e Campinas retiraram suas candidaturas. Na última rodada, ficaram de fora Florianópolis, Rio Branco, Belém, Campo Grande e Goiânia.

Assim, a Copa de 2014 ocorreria em doze cidades: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Manaus.

Em seu congresso anual de 2009, nas Bahamas, a Fifa se apressou em tentar explicar que a definição das sedes havia sido técnica. "Não ouvimos interferências políticas. Houve gente que disse que deveríamos ir aqui ou ali. Mas pensamos no esporte", garantiu Blatter.

Longe dali, dirigentes comemoravam e davam declarações efusivas à imprensa, demonstrando que a opção fora, acima de tudo, política. Se oficialmente fazia sentido uma Copa em todo o território nacional, impedindo que o evento ficasse concentrado no Sudeste, esse argumento escondia a intenção de políticos e cartolas de usar a Copa como um instrumento para atender interesses clientelistas, além de escancarar a lógica eleitoral de apoio entre o governo federal e seus aliados estaduais.

Um dos casos mais polêmicos foi a escolha de Manaus, por exemplo, em

detrimento à candidatura de Belém, considerada pelos informes técnicos como a terceira melhor do país. A CBF acabou optando pela capital do Amazonas e abriu um verdadeiro tiroteio por parte das autoridades de Belém. A cidade paraense havia gasto R$ 2,5 milhões na época para viabilizar sua campanha. Apesar de já ter um estádio que poderia apenas ser reformado para a Copa, a cidade perdeu para Manaus, que foi obrigada a construir sua arena do zero. Parte da explicação estaria no gabinete do então governador do Amazonas, Eduardo Braga, e de um partido — o PMDB — que formava parte da base de sustentação do governo Lula. O Palácio do Planalto precisava atender seus aliados e a distribuição de jogos da Copa não ficou de fora dessa lógica política.

Entre os mais inconformados pela derrota de suas cidades, não faltaram nem mesmo as teorias da conspiração para tentar explicar o motivo pelo qual Manaus levou a Copa. Até hoje, políticos de Belém insistem que outro ponto também teria pesado: o fato de que tanto a Sony quanto a Coca-Cola, patrocinadoras da Fifa, contam com fábricas em Manaus. As empresas jamais comentaram a decisão.

Até mesmo os políticos de cidades e estados que perderam a Copa tentaram se beneficiar com o clima de expectativa que se formava naquele momento. Mesmo sabendo que deveria ficar de fora da lista de doze sedes, o governo da paraense Ana Júlia Carepa organizou uma festa para acompanhar o anúncio das cidades em 2009. O evento reuniu mais de 20 mil pessoas, com direito a trio elétrico, distribuição de bebidas e tudo animado por grupos musicais.

De fato, de Norte a Sul do Brasil, a realidade é que, no momento do anúncio das doze sedes em 2009, a escolha se transformou imediatamente em um cabo eleitoral para os governos, prefeitos, deputados, senadores e vereadores que se autoproclamaram os responsáveis por suas cidades terem sido as escolhidas para a Copa, mesmo que Blatter tenha rejeitado essa versão.

Um palanque foi montado em Manaus dentro do estádio Vivaldo Lima para acompanhar o anúncio. As 40 mil pessoas que foram até o local puderam escutar da parte dos políticos como eles haviam garantido a cidade no mapa da Copa. Só a festa daquele dia custou quase R$ 800 mil aos cofres públicos.

Na cidade de Cuiabá, que acabou batendo Campo Grande, aliados do governador Blairo Maggi (PR) se apressaram em mostrar à população que a escolha da Fifa fora fruto da ação nos bastidores do político que, desde 2007, visitava Zurique e a CBF cada vez que a Copa era assunto. No estado vizinho, o prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho, esperou a eliminação de sua cidade para desmentir Blatter e confessar: “a decisão foi política”.

Em Salvador, dias antes do anúncio, o mesmo deputado José Rocha que estava na folha de pagamentos da CBF confessaria que a capital da Bahia seria uma das escolhidas para receber a Copa. Ele chegou a declarar que a entidade com sede no Rio de Janeiro havia pedido que ele organizasse uma festa no Barradão (o estádio do Vitória) para marcar o fato.

Se os vencedores estavam gratos a Teixeira e passaram a acumular uma dívida política com o cartola, a CBF sabia que não poderia abandonar as demais candidatas. Habilmente, Teixeira iniciaria quase que imediatamente uma campanha para não criar adversários nas cidades preteridas. Ele passou a distribuir pelo Brasil o restante dos eventos da Fifa, como os seminários de árbitros e os centros de treinamento que receberiam as seleções. O cartola sabia já em 2009 que não poderia se dar ao luxo de criar inimigos.

A CBF rapidamente comunicou aos líderes partidários no Congresso que já tinha planejado uma forma de compensação e chegou a indicar ao governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), que Vitória poderia até mesmo receber a Seleção Brasileira para o período de preparação. A dezenas de outros, a promessa é de que poderiam ser "subsedes" da Copa, uma garantia dada pela CBF que não significaria muito, mas que poderia ser usada por políticos locais a seus eleitores para mostrar que o estado não havia sido excluído. No total, mais de oitenta cidades foram selecionadas como subsedes para eventualmente receber as 32 seleções da Copa.

A peregrinação ao gabinete de Teixeira não pararia, nem mesmo com a definição das sedes. Marconi Perillo, governador de Goiás, chegou a viajar até o Rio de Janeiro para colocar o estado à disposição, caso houvesse algum problema com uma das doze cidades escolhidas.

Nos bastidores, a Fifa passou a acusar abertamente o governo federal e o ex-ministro dos Esportes, Orlando Silva, por ter barganhado benefícios políticos na escolha de cidades que receberiam os jogos. Assessores que trabalhavam com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda confirmaram que ele se envolveu nos debates das sedes, interveio e fez questão de colocar aliados políticos nos planos da Fifa. Mas, finalmente, as sedes da Copa estavam definidas. Ou pelo menos isso era o que pensava a Fifa em 2009.

A VEZ DOS GOVERNADORES

A entidade máxima do futebol acreditava que finalmente poderia passar a se

concentrar nas obras dos estádios, que já naquele momento davam sinais claros de atrasos. A Fifa descobriria que os problemas estavam apenas começando, e pelo menos outros dois anos foram necessários para que um calendário conseguisse ser desenhado.

Parte significativa das sedes escolhidas não tinha como pedir ao setor privado que bancasse a construção das arenas. Manaus, Natal e Cuiabá corriam o risco de erguer elefantes brancos, e seus times locais dificilmente teriam um público suficiente em seus jogos para justificar que os clubes ou outras empresas bancassem as obras.

A conta acabou caindo na mesa de governadores e prefeitos que, depois de fazer o lobby para trazer a Copa a suas cidades, agora teriam de abrir seus cofres, sempre com a ajuda do BNDES. O problema era justificar diante da população gastos milionários em estádios para receber três ou quatro jogos de seleções eventualmente fracas e sem qualquer apelo aos torcedores.

Assim, uma segunda rodada de lobby começou: quais das doze sedes receberiam a Seleção Brasileira e quais delas ficariam com as outras grandes seleções da Copa, como Espanha, Argentina ou Alemanha?

Já em 2007, num almoço na Fifa que contou com Lula, o então governador de São Paulo, José Serra, e Sergio Cabral do Rio, ficou estabelecido que a capital paulista abriria a Copa e que o Maracanã encerraria o evento. Faltava definir os outros 62 jogos.

Nos bastidores, governadores e prefeitos iniciaram uma pressão que beirou a chantagem: se não recebessem jogos de peso na Copa, não liberariam verbas para erguer os estádios. Era o troco dos governadores a uma CBF que, até então, havia leiloado a Copa pelo Brasil.

A solução uma vez mais foi política e o calendário foi anunciado apenas em 2011, quatro anos depois de o Brasil receber o direito de sediar o Mundial, algo jamais visto pela Fifa.

Ao contrário da história das Copas, não haveria mais a separação de grupos por regiões de um país. Seleções não ficariam mais apenas em um estado e todos teriam de viajar por todo o Brasil. Se isso não fazia sentido em termos esportivos, pouco importava. Governadores receberiam seleções de diversos pesos e o perigo de sediar apenas uma partida entre Bósnia e Irã estava afastado.

A Fifa havia apelado ao Brasil para montar um esquema que dividisse o país em quatro regiões, concentrando cada grupo e evitando viagens de longa distância para os times e torcedores. De fato, em 2010, Teixeira daria uma coletiva de imprensa no Soccer City Stadium de Johanesburgo confirmando

que existia o plano de dividir o país em quatro regiões, justamente para evitar que as seleções tivessem que percorrer um continente durante um mês e, ao mesmo tempo, apresentar o melhor de seu futebol.

Mas, quando o calendário foi apresentado em 2011, todas as promessas e as considerações esportivas foram ignoradas. A própria plateia do evento sediado em Zurique mostrou a dimensão política do calendário. Mesmo sem ser convidados pela Fifa, os governadores do Distrito Federal e representantes de Pernambuco e Minas Gerais viajaram até a cidade suíça. Nenhum dos governadores tinha sequer uma agenda a ser seguida na Fifa. Mas ainda assim estavam lá. Os jogadores e ex-estrelas foram mantidos longe do evento.

Depois de desenhar 57 versões diferentes do calendário para a Copa, Teixeira anunciaria um cronograma com um forte cunho político. A divisão do país por regiões estava abolida e todos teriam de atravessar o país.

Dois anos depois, em 2013, no sorteio das chaves da Copa na Bahia, estava confirmado o plano: praticamente todas as cidades receberiam grandes seleções, um alívio para seus governadores.

Os investimentos de São Paulo no novo estádio do Corinthians estavam justificados com a abertura entre Brasil e Croácia, além de outros cinco jogos com Uruguai, Inglaterra, Holanda e uma das semifinais.

Belo Horizonte também comemorou seus seis jogos, inclusive uma semifinal, além da passagem de Argentina e Inglaterra pela cidade. Mesmo Manaus, questionada, acabaria recebendo quatro jogos, de equipes como a da Inglaterra, Itália e Portugal de Cristiano Ronaldo.

Brasília, depois de erguer um dos estádios mais caros da história no mundo, acabaria ficando com sete jogos, inclusive com uma partida da Seleção Brasileira.

O Nordeste também saiu valorizado e um terço da Copa ocorrerá na região, um forte contraste com a Copa de 1950, que destinou apenas um jogo para os estados nordestinos. Em 2014, das 64 partidas que serão disputadas, 21 acontecerão no Nordeste. Natal, uma das últimas a entrar na Copa, receberá quatro jogos, inclusive as seleções do Uruguai e Itália. Salvador acumularia seis jogos, com Alemanha, Espanha, Holanda, França e Portugal. Já Fortaleza será a única cidade a ver o Brasil duas vezes, além de Alemanha e Uruguai.

Apenas Cuiabá não teve sorte, mesmo diante do conchavo político. A cidade ficará sem receber pelo menos um campeão mundial. A capital mato-grossense terá quatro partidas, envolvendo seleções como Chile, Austrália, Rússia, Bósnia e Colômbia.

CALOR? QUE CALOR?

Superado o leilão político da Copa, restava apenas mais um elemento para a Fifa estabelecer o calendário do evento: os horários dos jogos. O trabalho não seria fácil. Afinal, a entidade teria de adequar as promessas políticas a um organograma que atendesse ao formato também das televisões e a interesses comerciais.

O resultado não poderia ter sido mais desastroso para o futebol: a Copa vai colocar seleções para jogar nos momentos mais quentes do dia.

Em Brasília, cinco jogos começarão às 13 horas, incluindo uma partida das oitavas e outra das quartas de final. Em Fortaleza, outra cidade-sede quente, uma das partidas também será neste horário e pode ser da Seleção Brasileira. Caso a equipe se classifique em segundo lugar do grupo A, jogará as oitavas de final no Castelão logo no início da tarde.

Dois jogos em Salvador, ambos da primeira fase, começarão às 13 horas. As seleções que jogarão em Natal e Recife também terão de se preparar melhor, pois três partidas estão previstas para começar no horário mais quente do dia.

A Fifa insiste que levou em consideração a temperatura nas cidades-sede para marcar os horários dos jogos. Mas a realidade é que nem mesmo os campeonatos regionais nesses estados contam com jogos nessas horas do dia. Ainda que julho seja um mês de inverno no Brasil, o Nordeste marca temperaturas elevadas nos horários estabelecidos.

A Federação Internacional de Jogadores se queixou da decisão e enviou para a Fifa um dossiê completo sobre os riscos que atuar nesses horários representaria. A pressão de seleções também foi intensa e a Fifa acabou modificando o horário de duas partidas por conta do calor: Camarões x Croácia e EUA x Portugal foram adiadas das 16h para as 19h em Manaus.

Mas acabou vencendo o lobby das transmissoras de tevê que pagaram verdadeiras fortunas para ter o direito de transmitir os jogos e insistem em mostrar as partidas das seleções europeias em horário nobre na Europa, e não no meio da madrugada.

Assim, a partida entre Inglaterra e Itália que ocorreria às 22h em Manaus foi antecipada para 19h, o que permitiria que fosse exibida nos canais europeus em um horário mais favorável. Espanha x Chile foi antecipado de 19h para 16h, também para beneficiar a audiência espanhola.

O ajuste não ocorre por acaso. Hoje, metade da renda que a Fifa obtém da Copa vem dos contratos assinados para a transmissão do evento aos quatro cantos do mundo. Para a Copa de 2014, a entidade irá arrecadar US$ 2,2 bilhões em receitas de direitos de transmissão. A realidade é que a Fifa conseguiu multiplicar seus lucros com o evento.

A Copa da Itália de 1990, por exemplo, teve uma renda obtida com as emissoras de US$ 95 milhões. Quatro anos mais tarde, o valor chegou a US$ 110 milhões, passando para US$ 135 milhões em 1998, US$ 1,3 bilhão na Copa de 2002. Entre ingressos, direitos de TV e marketing, a Copa de 2006 gerou US$ 1,7 bilhão.

Em 2010, quatro mercados — Reino Unido, França, Alemanha e Espanha — pagaram juntos à Fifa 1 bilhão de euros pelos direitos de TV. Nos Estados Unidos, a ABC e a ESPN se uniram para pagar US$ 100 milhões pela transmissão das copas de 2010 e 2014, esta última sem sede definida à época do contrato. Ainda no mercado americano, a Univision Communications Inc. pagou US$ 325 milhões pelos direitos de transmitir apenas em espanhol as duas próximas copas do mundo, inclusive por celulares.

Em resumo: entre 1990 e 2014, a arrecadação da Fifa com as emissoras aumentou em mais de vinte vezes. E não seriam detalhes como o calor em sedes escolhidas por motivos políticos que iriam impedir a entidade de colocar jogos em horários nobres para as audiências mais ricas.

Para a Copa de 2018, porém, a Fifa já aprendeu com o Brasil e prometeu que não vai deixar que a mesma disputa política se repita na definição dos jogos. A Rússia organizará a Copa apenas na parcela ocidental do país e com uma distância máxima entre cidades de apenas duas horas de voo. A definição das sedes ocorreu no mesmo ano em que os russos foram selecionados.

A Fifa nunca escondeu que realizar uma Copa em um país sem democracia é mais fácil. Afinal, bastaria uma definição de cima e as coisas aconteceriam, sem o questionamento de governos estaduais e, principalmente, sem ter de prestar contas à população.

O problema no caso do Brasil é que não foi a democracia que atrasou o processo de escolha de sedes e definições, mas justamente o fato de o poder público e os cartolas-coronéis terem se apoderado da Copa para transformar o evento em um instrumento eleitoral e de barganha política. Quem perdeu não foi só o futebol, mas também os cidadãos que jamais foram consultados.

3. Chute no traseiro

Demorei anos para entender o alerta que recebi de Maite Nkoana-Mashabane, com sua voz suave e pausada, em uma conversa na sede da ONU, em 2010. Nkoana-Mashabane é a ministra de Relações Exteriores da África do Sul e uma das diplomatas mais respeitadas do continente africano. Dias depois do fim da Copa do Mundo da África do Sul, perguntei a ela o que sugeriria ao Brasil para garantir o sucesso da Copa. Num tom elegante e direto, ela alertou: "Sugiro que o país assuma a Copa, que pense mais em si mesmo, no interesse de sua população e que não aceite todas as condições exigidas pela Fifa". Hoje, às vésperas da Copa de 2014, seu recado continua ressoando.

A Fifa nunca escondeu que a Copa do Mundo é propriedade dela e que os governos são apenas anfitriões de um evento privado. Por conta disso, a marca "Fifa World Cup" está registrada em mais de 150 países do mundo.

Qualquer debate sobre o papel social do Mundial, de sua relevância ou até mesmo do poder da Fifa deve partir, antes de tudo, dessa base. Desde os compromissos assumidos pelo Brasil na candidatura até as leis que foram modificadas para atender à entidade e passando por exigências comerciais, legais e esportivas, tudo numa Copa do Mundo é estabelecido pela Fifa.

Sem complexos, a entidade não rejeita essa realidade e alerta que apenas assim pode garantir que seu evento tenha lucros e que seja protegido. Teoricamente, esses lucros seriam depois distribuídos para a comunidade internacional do futebol, desenvolvendo o esporte pelo mundo. Isso é em parte verdade, ainda que a Fifa não aprecie quando se pergunta o salário de Blatter e nem o motivo pelo qual meia dúzia de cartolas ganham, juntos, cerca de US$ 35 milhões por ano.

A Fifa também não tem qualquer problema em dizer claramente que é a Copa do Mundo que garante sua renda por quatro anos e paga por todos os demais eventos. Assegurar o sucesso comercial do evento, portanto, é tão importante quanto garantir a sobrevivência financeira da Fifa. Nem mais, nem menos.

Não foram poucas as vezes que, nos últimos meses, Joseph Blatter se defendeu dos ataques que recebia no Brasil com a seguinte frase: "Foram vocês

no Brasil que queriam a Copa. Não forçamos ninguém no Brasil a sediar o evento". Ele tem absolutamente toda razão. Mas pressupõe que, quando a CBF e o governo decidiram se lançar em uma campanha para receber a Copa, todos os cidadãos foram informados do custo que isso teria. E insiste em mostrar que, ao garantir bilhões de reais em lucros para a Fifa, o Brasil também está se beneficiando. O alerta quase arrependido da sul-africana Nkoana-Mashabane era uma prova de que nem todas as promessas do futebol e da Fifa se transformam em realidade.

De fato, a África do Sul praticamente se colocou de joelhos diante da Fifa nos anos de sua preparação, aceitando todas as exigências da entidade e ainda acatando que estrangeiros fossem estabelecidos em Johanesburgo para tocar o evento, numa humilhação e sinal de que a Fifa simplesmente não confiava que as coisas funcionariam na África do Sul se elas fossem deixadas apenas aos gerentes locais.

Era para ser a Copa da África, o evento que mostraria que o continente estava pronto a passar para uma nova etapa de sua história. Apesar de todo o medo preconceituoso dos europeus em relação à Copa, os sul-africanos não deixaram nada a desejar em 2010. No geral, tirando talvez os jogadores da medíocre seleção da França e o técnico Dunga, todos saíram satisfeitos com a Copa do Mundo na África do Sul, a primeira no continente africano.

Mas as promessas de que o evento mudaria o destino de milhões de pessoas na região não passaram de um sonho. Cinco dias antes da abertura do Mundial, eu estava em Pretória, na sede do governo, num evento com Joseph Blatter e o presidente sul-africano, Jacob Zuma. Ali, ninguém mais falava nos benefícios sociais da Copa ou nos ganhos financeiros para o país. Zuma preferia falar em ganhos de outras dimensões e, num discurso que beirava a ironia, insistiu que o impacto positivo provocado pela Copa só era comparável ao efeito político que teve a libertação do líder Nelson Mandela da cadeia, vinte anos antes. "Não há preço para o que ganhamos ao abrigar essa Copa", disse Zuma, diante de jornalistas. "O maior legado dessa Copa é o orgulho nacional e isso não tem preço." O político não poderia ser mais astuto: transformou os benefícios da Copa em um bem intangível e, assim, justificou todos os gastos.

O rombo nas contas do governo, no entanto, era mais que real diante de uma Copa que custara onze vezes o previsto inicialmente. O governo sul-africano estimava inicialmente que os ganhos da Copa do Mundo seriam de 0,5% do PIB. Mas o Conselho de Pesquisa de Ciências Humanas do país calculou que os gastos públicos foram o equivalente a 6,4% do PIB em 2010, cerca de US$ 8

bilhões. Por exigência da Fifa, o governo ainda deixou de coletar US$ 15 milhões em impostos de importação e teve de disponibilizar para a "Família Fifa" dois jatos, trezentos carros e um serviço de saúde que custaram US$ 80 milhões. Até hoje, o saldo para o país é incerto. Já a Fifa não precisou esperar para saber se ganhou ou perdeu. A entidade conseguiu uma receita 50% superior ao que obteve na Copa da Alemanha em 2006, com cerca de US$ 3,2 bilhões.

Passada a euforia do mês da Copa, que de fato foi contagiante, milhões de cidadãos continuavam desempregados e a África do Sul voltava à sua dura realidade. Depois que o circo deixou o país, ficaram a pobreza, a aids, a violência, a desigualdade social e, principalmente, uma divisão profunda entre os líderes sobre qual deve ser o projeto de país para a África do Sul.

Poucas horas depois de Iker Casillas levantar a taça de campeão do mundo, o governo sul-africano ordenava que tropas ocupassem algumas das regiões mais miseráveis de Johanesburgo para frear uma tensão latente de ataques xenófobos contra imigrantes estrangeiros. No dia seguinte, funcionários de empresas de energia confirmavam a intenção de entrar em greve. Eram recados claros à população de que, com o fim da Copa, a vida voltaria a ser o que era antes. E sinais de que o futebol não opera milagres, salvo graças a jogadas espetaculares dentro de campo.

Quanto ao prometido "orgulho nacional", até mesmo os jogadores da seleção da África do Sul admitiam longe das câmeras que não seria a bola que mudaria as condições sociais de um país. Sozinha, a euforia não passaria de uma cortina de fumaça para esconder o fato de que o Mundial, por si só, não garante benefício algum se ele não for muito bem instrumentalizado pelo governo justamente para gerar desenvolvimento.

Ainda em Johanesburgo, mantive uma longa conversa com o zagueiro Matthew Booth, o único jogador branco do time sul-africano comandado por Carlos Alberto Parreira. Falamos da experiência da Copa, das pressões e de futebol. Mas quando o questionei sobre o impacto da Copa para superar a divisão racial e social na sociedade que ainda prevalecia, vinte anos depois da queda do Apartheid, Booth foi taxativo. "Não será o futebol que vai mudar as coisas. O que mudará a vida das pessoas serão políticas públicas", disse. "Quando a bola parar de rolar, a vida voltará ao que era", afirmou. O jogador era o personagem perfeito para mostrar a imagem do que seria um novo país. Casado com uma modelo negra de Soweto e capa da *Sports Illustrated*, ele representava a diversidade em um esporte dominado pelos negros na África do

Sul e a capacidade da nova geração de superar as barreiras da raça. Mas nem mesmo aquele que era a imagem idealizada de um país conseguia esconder que a realidade não correspondia aos sonhos que são oferecidos por aqueles que de fato lucram com um Mundial.

Bastava ir até um dos subúrbios das grandes cidades sul-africanas para constatar o que Booth acabava de afirmar. Lilian, uma moradora do Soweto, aceitou conversar comigo na porta de sua casa, mas desde o primeiro minuto alertou que não iria sair em defesa da Copa. "As promessas eram que nossa vida mudaria. Agora, a Copa acabou e continuo desempregada. Se o governo teve dinheiro para gastar com estádios, podia ter aberto um hospital para a sua própria população", disse, indignada.

De fato, o dinheiro usado para o Mundial pelo governo seria suficiente para construir casas para 12 milhões de sul-africanos que vivem em favelas. O escritor sul-africano Rian Malan definiria de forma precisa o que havia sido a Copa. "A Fifa encorajou o governo a gastar bilhões que não tínhamos em estádios de que não precisamos. Agora, infelizmente, ficaremos com dívidas por anos", disse.

Para o CEO da Copa, Danny Jordaan, ver o Mundial dessa maneira era uma "prova de miopia". "A longo prazo, todos vão ganhar", garantiu. Ele não poderia dizer outra coisa de seu próprio evento.

Um ano depois de terminada a Copa do Mundo, o próprio governo sul-africano surpreendeu a todos anunciando a retirada da candidatura para receber os Jogos Olímpicos de 2020, um projeto que tinha sido promovido antes do Mundial de 2010. A cidade de Durban era apontada como uma das favoritas, já que tinha parte da estrutura já preparada por conta da Copa e ainda ajudaria o aristocrático COI a levar os Jogos pela primeira vez para o continente africano.

Mas Zuma explicou a retirada da candidatura: com o dinheiro investido na campanha e no lobby por votos, milhares de casas poderiam ser construídas para a população que ainda vive em favelas no país. O porta-voz do governo, Jimmy Manyi, alegou que o governo havia decidido focar suas atenções em investimentos sociais e concentrar em garantir serviços básicos para a toda a população. "Acreditamos que apenas o custo da candidatura seria de cerca de US$ 50 milhões. Vocês sabem quantas casas populares poderíamos construir só com isso?", questionou. Manyi indicou que a meta do governo era a de concentrar seus esforços na educação, diminuição da criminalidade, saúde, emprego e desenvolvimento rural.

O sonho de realizar a primeira Olimpíada em solo africano seria adiado para,

pelo menos, 2024.

E SE DESTRUÍSSEMOS UM ESTÁDIO?

Os africanos não foram os únicos a descobrir que transformar um evento mundial em um catalisador de desenvolvimento não é um processo automático e nem assegurado. É o caso de Portugal. Dez anos depois de sediar a Eurocopa, e de ter construído mais sedes do que eram exigidas, estádios com dinheiro público e, em alguns casos, em lugares sem tradição de futebol, Portugal agora também sofre.

Hoje, Lisboa está ainda descobrindo o tamanho da fatura da falta de planejamento, da ambição sem fundamento de dirigentes esportivos e das promessas não cumpridas do futebol. Alguns dos estádios construídos para o evento de 2004 estão vazios e, diante da pior crise econômica de sua era democrática, prefeituras já quebradas estão tendo de socorrê-los. Já se fala inclusive na possibilidade de demolir alguns deles.

A Eurocopa de 2004 foi realizada em meio a um sentimento de boom econômico em Portugal. A Uefa não pediu. Mas os portugueses decidiram realizar o evento em oito cidades, com um total de dez estádios. Isso tudo para apenas dezesseis seleções. Não há como não pensar em um paralelo com o Brasil. A Fifa também não pediu os doze estádios e, mesmo assim, a decisão foi a de seguir adiante com o plano faraônico.

No caso de Portugal, seis estádios foram construídos com dinheiro público e, na época, consumiram 1,1 bilhão de euros. Uma década depois, parte das prefeituras não sabe o que fazer com os estádios diante de uma crise que vem exigindo corte de gastos, demissão de milhares de funcionários, redução de salários e de aposentadorias. Alguns foram construídos onde sequer havia um time na primeira ou na segunda divisão e hoje apenas acumulam prejuízos.

Apenas para pagar pelos juros dos empréstimos feitos nos bancos para as obras, seis cidades destinam todos os anos mais de 13 milhões de euros. Informes preparados pelas Câmaras Municipais das cidades envolvidas revelam um cenário crítico.

O caso de Leiria é o mais dramático. O time local, o modesto União de Leiria, teve um público médio de 868 pessoas por jogo na segunda divisão nos últimos anos e, no ano passado, caiu para a terceira divisão por conta de sua crise financeira. O resultado é que o time que tem um estádio "padrão Uefa" e

com capacidade para pelo menos 30 mil pessoas agora é um clube amador. Para encher o estádio, o clube precisaria levar para a arquibancada metade da população da cidade.

Os dirigentes do time decidiram abandonar o estádio, alegando que os custos de jogar no local chegam a ser maiores que os salários que paga aos jogadores. Só em juros, 1,2 milhão de euros são necessários para que a prefeitura local pague aos bancos pelo empréstimo para erguer o estádio de 90 milhões de euros.

Outro caso crítico é do estádio Faro-Loulé, no Algarve, que custou mais de 60 milhões de euros. O local sequer tem um time profissional. Na região, o Farense foi campeão da terceira divisão e o Louletano, da desconhecida Série D, espécie de quarta divisão. Por dia, o estádio custa 10 mil euros às prefeituras de Loulé e Faro e os prejuízos se acumulam. Em 2007, a empresa que gera o estádio teve uma perda de quase 1 milhão de euros. Em 2013, o prejuízo ficou em mais de 600 mil euros.

As autoridades tentaram usar o estádio para outros eventos. Mas, diante da crise em Portugal, poucos estão dispostos a pagar pelo aluguel. Desde 2004, as duas prefeituras já repassaram para o estádio mais de 40 milhões de euros para pagar pelas contas do local. A opção, no momento, tem sido usar algumas das áreas do estádio no Algarve para salas de aula de um colégio público.

Mesmo o estádio de Braga, cidade com um time de certa relevância nacional, vive uma grave crise. A manutenção da arena que custou 161 milhões de euros consome 10% do orçamento anual da Câmara Municipal da cidade, cerca de 1 milhão de euros.

Em Aveiro, o estádio municipal que custou 63 milhões de euros chegou a ser alvo de um estudo para que fosse demolido. O custo diário de sua manutenção chega a 9,4 mil euros, considerando os juros pagos aos bancos pelo empréstimo para suas obras. Por conta do valor elevado, a Câmara Municipal cogitou sua destruição. Já a empresa de energia do país, a EDP, chegou a cortar a luz do estádio por falta de pagamentos. Os vereadores não são os únicos a colocar esse tema na agenda das reuniões. O ex-ministro da Economia de Portugal, Augusto Mateus, já fez essa proposta em inúmeras ocasiões desde que a crise econômica começou.

Até mesmo uma das teses mais defendidas pelos cartolas foi reprovada em Portugal. A tese consiste em apontar que a construção de um estádio em um local onde o futebol é ainda incipiente vai ajudar a região a desenvolver o esporte. Mas, desde 2004, os clubes portugueses descobriram que são os campos

construídos para a Eurocopa que ameaçam afundar os times. O caso mais dramático é do Estádio do Bessa, no Porto, sede do time do Boavista. Diante da dívida do clube, as autoridades penhoraram o estádio usado na Eurocopa e exigem sua venda pelo valor mínimo de 28,3 milhões de euros. O problema é que não há comprador e a dívida acabou afetando a capacidade do clube de reforçar seu elenco e disputar títulos.

João César das Neves, professor de economia da Universidade Católica de Lisboa, já publicou artigos em que estima que os estádios foram, em sua época, os símbolos de um "gasto sem controles". Mas, nos intermináveis debates hoje sobre o que fazer com os elefantes brancos portugueses, parte dos políticos insiste que a culpa é da Uefa, que, naqueles anos, exigia estádios de pelo menos 30 mil lugares. Na Suíça, representantes da confederação europeia confirmam que esse é o tamanho mínimo para um estádio. Mas insistem que não foi a Uefa que decidiu que seriam necessários dez estádios diferentes para sediar o torneio. No ano 2000, por exemplo, o torneio foi realizado na Bélgica e Holanda e, ainda assim, apenas oito sedes foram usadas, quatro em cada país. Já em 2008, o torneio seria compartilhado uma vez mais, agora entre suíços e austríacos. E, mesmo assim, o número de sedes não passaria de um total de oito. O mesmo número seria usado em 2012, na Polônia e Ucrânia.

Segundo a Uefa, a Eurocopa em Portugal foi a única a ter dez sedes desde que o torneio começou, há cinquenta anos, e essa foi uma decisão tomada exclusivamente pelos portugueses.

Entre os portugueses, a esperança era de que a Fifa concedesse ao país o direito de sediar, ao lado da Espanha, a Copa de 2018. Isso acabaria justificando os investimentos nas sedes e aliviando a pressão financeira sobre as cidades. Mas a entidade máxima do futebol acabou dando essa função para a Rússia que, claro, irá erguer novos estádios e uma vez mais desafiar qualquer lógica econômica.

DEUSES ENDIVIDADOS

No mesmo ano em que Portugal achava que um evento esportivo o colocaria de volta no mapa-múndi, a Grécia comemorava com orgulho o fato de que, depois de mais de cem anos, os Jogos Olímpicos finalmente voltavam a seu berço.

O preço do "orgulho" chegou a 11 bilhões de euros, duas vezes mais que o

que estava planejado. Dez anos depois, a herança olímpica e o esporte na Grécia estão em ruínas. Os cortes no orçamento do governo por conta da crise econômica mais séria já vivida pelo país e a recessão estão levando a um desmonte de tudo o que havia sido construído para os Jogos Olímpicos. Para muitos, o legado do evento é hoje apenas um acumulado de dívidas que apenas contribuiu para um calote do país.

Em uma certa ocasião, perguntei ao presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, o que ele achava do impacto dos Jogos de Atenas na crise grega. Sua resposta não foi surpreendente. Para ele, era uma "verdadeira injustiça" culpar os Jogos pelo desastre econômico vivido pelos gregos desde 2009. Não há dúvidas de que um evento não levou um país a um calote. Mas ele foi para muitos o símbolo de uma elite dirigente e de políticos que consideravam que qualquer gasto se justificava diante da projeção que a Grécia teria no mundo e do suposto legado que os Jogos deixariam à população.

Mas o que era para ser o espelho de um país moderno se transformou no símbolo de um gasto irresponsável. Hoje, documentos internos do governo enviados à Comissão Europeia deixam claro que, já em 2004, a Grécia acumulava uma dívida impagável, camuflada com a ajuda de economistas sem escrúpulos. Em outras palavras: Nuzman tem razão em dizer que não foi a Olimpíada que fez a Grécia se enterrar em dívidas. Mas a realidade é que o país jamais teve recursos para de fato bancar a festa. Era tudo uma grande ilusão que o tempo provou ser mentira.

Hoje, no processo de reforma do país exigido pelos credores, o esporte não ficou isento de cortes profundos. O primeiro golpe contra o esporte grego veio em janeiro de 2011. O governo anunciou o corte de 33% na ajuda a federações esportivas, minando de forma dramática a capacidade de algumas equipes e de esportistas de elite para se preparar para os Jogos Olímpicos de 2012, em Londres. Quem quisesse se preparar para o evento teria de pedir recursos ao COI ou buscar patrocínio. O Comitê Olímpico Grego teve em 2011 uma ajuda estatal de meros 8 milhões de euros, depois de receber mais de 30 milhões de euros nos últimos anos.

Os problemas não pararam por aí. Atenas perdeu o direito de sediar os Jogos Mediterrâneos de 2013, uma espécie de Pan-Americano dos países do Mar Mediterrâneo. A exclusão da Grécia do evento ocorreu depois que o governo decidiu retirar 190 milhões de euros do projeto. O próprio estádio Olímpico, construído para o evento de 2004, foi colocado à venda e faz parte do plano do governo de vender as "joias da Coroa", para pelo menos se manter vivo. Mas,

por enquanto, o governo não encontrou nenhum comprador para o estádio.

A grande maioria das 22 instalações usadas para os Jogos de 2004 está hoje abandonada. A empresa criada para gerenciar o "legado Olímpico", a Olympic Properties S. A., é hoje uma estatal com uma dívida considerada impagável. Apesar de toda a infraestrutura deixada pelo COI em 2004, o país hoje não tem recursos nem mesmo para pagar o uso das instalações.

O caos financeiro também atinge os esforços de controle do doping. O governo reduziu pela metade o apoio ao único laboratório do país certificado pela Agência Mundial Antidoping (WADA) e a medida pode fazer com que a entidade simplesmente desconsidere o laboratório de sua lista por não atender a critérios mínimos. Se isso ocorrer, o país que deu origem ao movimento olímpico ficará sem qualquer possibilidade de realizar seus próprios testes de doping. "A verdade lamentável é que as Olimpíadas de Atenas podem não deixar qualquer legado em termos de controle de doping", afirmou a WADA em um comunicado.

Os cortes não se limitariam à tesoura do governo no início de 2011. No final daquele mesmo ano, foi a vez do então vice-ministro de Finanças, Filippos Sachinidis, anunciar que o esporte sofreria novas reduções de orçamento, alegando que não era "o momento de recreação". A declaração incendiou os movimentos de atletas. "A decisão de cortar ainda mais os recursos para as federações vai destruir o esporte grego", alertava Vasilis Sevastis, presidente da Associação de Atletismo da Grécia. "Há um grande desespero entre os atletas. Tudo o que se tentou criar nos últimos anos está sendo destruído", alertou. Para Sevastis, o impacto do fechamento de clubes, terrenos de esporte e outras facilidades pode ser a explosão do descontentamento social. "Com centenas de jovens sem ter para onde ir, veremos problemas sociais enormes", disse.

Na prática, centenas de atletas gregos estão hoje abandonando os campos de treinamento e dedicando seu tempo a encontrar uma nova forma de financiamento, ou pelo menos encontrando um emprego que pague seus aluguéis. Em 2011, o time de polo aquático feminino da Grécia ganhou o Campeonato Mundial. Mas, no clube que serve de base para a seleção nacional, a Associação Náutica Vouliagmeni, os atletas estão deixando de treinar para buscar um trabalho.

Parte do problema, porém, não é a crise atual, e sim o sistema montado por décadas na Grécia para financiar atletas de elite e o próprio evento em 2004. Muitos atletas recebiam cargos públicos apenas para justificar o pagamento de um salário enquanto treinavam. O problema é que essa ajuda era ineficiente,

criava confusões administrativas e distorções nas contas do Estado. "Os gastos com o esporte grego são ineficientes", justificou Panos Bitsaksis, naquele momento a pessoa que ocupava o cargo de secretário-geral para Esportes no governo. "Precisamos examinar se o dinheiro dado ao esporte trouxe resultados. Muitos atletas recebiam salários por posições que sequer existiam. Houve abuso de privilégios, até mesmo por atletas que já haviam se aposentado", denunciou.

As distorções nos gastos também chamam a atenção. Em 2009, por exemplo, o governo destinou o mesmo volume de recursos para maratonistas e para hóquei sobre gelo, no país mediterrâneo.

Uma prática recorrente no mundo esportivo grego por anos foi a de apresentar a candidatura do país para receber um determinado evento, mesmo sem o sinal verde do Ministério das Finanças. Uma vez conquistado o direito de sediar o torneio, a federação envolvida pressionava o governo para liberar recursos e normalmente conseguia. Isso, claro, até o país descobrir que estava quebrado e que todos esses eventos jamais geraram qualquer tipo de legado real para a sociedade ou para as contas públicas.

Em 2012, nos Jogos Olímpicos de Londres, a delegação da Grécia era o exemplo de um grupo que não soube tirar proveito de ter sediado uma Olimpíada, menos de dez anos antes. Atletas confessaram que viajaram até a Inglaterra sem médicos e obrigados a estudar ou trabalhar enquanto treinavam. Em comparação a 2008, a delegação grega enviada aos Jogos foi reduzida em 34%. O resultado foi um desempenho medíocre do país, que somou apenas duas medalhas de bronze. Em 2004, os gregos somaram dezesseis medalhas. Em 1896, quando sediou os primeiros Jogos Olímpicos da história moderna, os gregos terminaram com 46 medalhas, das quais dez foram de ouro. O país terminaria em Londres em 75º lugar na tabela final e foi superado até mesmo pelo Gabão, Botsuana e pelos vizinhos de Montenegro.

O mal-estar se aprofundou depois que jornais ingleses revelaram como os dirigentes esportivos da Grécia se dedicam a cada noite a percorrer clubes privados na capital britânica e escancararam a fortuna que destinaram para alugar o luxuoso e elitista Carlton Club como sua sede em Londres. Só no aluguel, destinaram 230 mil euros. E a cada noite, políticos, dirigentes e amigos se reuniam para festas regadas a vinho. Ironicamente, no último fim de semana do evento de 2012, os dirigentes gregos acabariam sendo despejados do local. Motivo: não tinham pago a conta.

O DESEMBARQUE

Agora, chegou a nossa vez. O circo da Fifa volta a desembarcar em outro país disposto a gastar bilhões em estádios. E a verdade é que, antes mesmo de sabermos quem será o artilheiro da Copa, quem será o campeão e quem será o craque do Mundial, a Fifa já comemora e está com suas contas fechadas. Com acordos fechados um ano antes de a bola rolar, a Fifa já registrava a Copa mais lucrativa da história, com uma renda 100% superior à Copa de 2006, na Alemanha.

A previsão inicial da entidade era de que o Mundial renderia uma receita de US$ 3,8 bilhões. Mas dentro da Fifa já se fala que a conta passou da marca de US$ 4,1 bilhões, enquanto consultorias estimam que o valor poderá atingir US$ 5 bilhões. Se o cálculo mais conservador for mantido, a Copa já terá uma renda de pelo menos US$ 600 milhões a mais que na África do Sul em 2010. Já na Copa de 2006, na Alemanha, a renda havia sido de US$ 2,1 bilhões, metade do que pode ocorrer no Brasil.

Do total em 2014, US$ 2,2 bilhões foram receitas de direitos de transmissão. O restante viria de acordos comerciais com patrocinadores que, pelo direito exclusivo de usar o nome "Copa do Mundo" em suas marcas, pagam verdadeiras fortunas. Só em 2012, os relatórios financeiros da entidade apontam que a receita com a Copa já superou a marca de US$ 1,1 bilhão.

A Fifa também investirá mais no Brasil que na África do Sul para organizar o evento. Segundo o orçamento, a entidade gastará com a Copa no País cerca de US$ 1,38 bilhão, US$ 300 milhões a mais que na África do Sul. A Fifa também distribuirá um prêmio recorde às seleções. Os 32 times receberão um pacote de US$ 454 milhões em prêmios, o maior da história das Copas do Mundo. Para 2010, o prêmio foi de US$ 420 milhões. Já na Alemanha em 2006, as 32 seleções receberam um total de US$ 261,4 milhões. Na Copa de 2002, vencida pelo Brasil no Japão, o prêmio foi de apenas US$ 154 milhões.

Mas como é que um evento que deixa um legado tão duvidoso aos países consegue gerar tal volume de dinheiro? É verdade que a Fifa nunca investiu em um país como fez no Brasil, e esse poderia ser um dos argumentos para explicar os lucros. Mas como é que, em plena crise mundial entre 2008 e 2013, a Fifa conseguiu desafiar todos os economistas e continuar a acumular uma fortuna inédita por conta de sua Copa do Mundo?

Parte da explicação está na capacidade da Fifa de definir as próprias leis do país que servirá de sede para seu evento, com a garantia de que essas normas

vão proteger desde a marca da Copa até a escolha dos alimentos que serão oferecidos nos estádios. Essas leis vão estabelecer quem paga o quê, quem tem o direito de usar a Copa para se promover e, acima de tudo, quem bancará um prejuízo se algo der errado.

O "desembarque" da Fifa em um país é feito por meio da aprovação do que ficou conhecido no Brasil como a Lei Geral da Copa, um compromisso que o governo teve de assumir antes mesmo de prometer que haveria grama nos estádios para o Mundial.

A única forma de entender como a Fifa chegou a tal resultado é entrando nos detalhes do acordo entre a Fifa e o governo que irá sediar o evento. Trata-se de um documento que revela o tamanho do poder que é concedido à entidade do futebol por meio de uma lei que chega, no caso do Brasil, a violar a própria Constituição. Mas, como sempre diz a Fifa, não foi a entidade que obrigou o país a sediar o evento. Foi o Brasil quem pediu e se candidatou para receber a Copa. E voltamos ao ponto central deste livro: talvez, se tivéssemos sido consultados sobre o que isso significaria, nem todos estivessem de acordo.

A Lei Geral da Copa exigiu anos de negociações entre os compromissos assumidos pelo Brasil em 2007 e a aprovação do projeto em 2012 pelo Congresso Nacional. O princípio do novo regulamento é relativamente simples. Ao Brasil caberia toda a responsabilidade — fosse financeira, médica, de segurança etc. — sobre os funcionários da Fifa, além de parceiros comerciais e seleções. À Fifa caberia todo o lucro, em contratos absolutamente blindados.

A realidade é que a lei não deixa nenhuma brecha para qualquer dúvida. A Copa é da Fifa. Ela apenas acontece no Brasil.

Um dos pontos que mais escancara essa relação é a proteção que a Fifa exige de sua marca. A lei estabelece que apenas a entidade mundial do esporte pode definir quem tem o direito de usar os nomes "Copa do Mundo", "Mundial 2014" e "Fifa". A lógica é relativamente simples: para exigir de patrocinadores volumes de dinheiro cada vez maiores, a única forma de que a Fifa dispõe é a de garantir a essas empresas que elas serão as únicas no mundo a poder vincular seus produtos à Copa do Mundo.

A Fifa pode cobrar o quanto quiser de licenciamento. Mas, para garantir os direitos obtidos a preço de ouro pela Coca-Cola, Visa ou Adidas, o Brasil foi obrigado a aceitar a inclusão de novos crimes em sua lei penal durante o período da Copa e num prazo que acaba apenas em 31 de dezembro de 2014. Assim, passa a ser crime a reprodução ou falsificação de símbolos da Fifa e divulgação de produtos relacionados à Copa. A lei estabelece que a pena é a

detenção de três meses a um ano, além de uma multa. Curiosamente, o governo brasileiro não pode acionar a Justiça caso identifique um crime parecido. Um processo apenas é lançado se a Fifa decidir ir adiante com um caso.

A questão da proteção comercial é tratada com tanta seriedade na Fifa que a entidade decidiu criar nos anos 1990 um departamento responsável exclusivamente por proteger suas marcas e processar violadores dos direitos, contando com mais de 150 especialistas. A lógica da entidade era clara: somente poderia inflacionar o valor de sua marca se garantisse ao pequeno número de empresas que assinassem os contratos que eles seriam os únicos em todo o planeta a colocar seus produtos ao lado do nome "Fifa" ou "Copa do Mundo". Para garantir esse direito, registrou o logotipo da Copa da Alemanha em 153 países. A Fifa identificou mais de 3,3 mil empresas em 84 países que teriam usado de forma ilegal seu nome em 2006, às vésperas da Copa do Mundo da Alemanha. Em 1994, no Mundial dos Estados Unidos, essas violações somaram 258 casos em 39 países. Se essa é uma prática legítima no mundo do marketing e uma lei até mesmo justa levando em consideração o valor pago para defender uma marca, o que chama a atenção no caso da Fifa e da Copa é que até mesmo o governo do país-sede precisa pagar para usar o Mundial para se promover.

Isso aconteceu com o Brasil, numa verdadeira inversão de papéis entre a Fifa e o governo. Para que possa montar atividades com informações nas instalações da Copa e levar seus clientes estrangeiros aos jogos como forma de seduzir o investidor, o governo foi obrigado a se transformar em patrocinador do evento, em um acordo entre a Agência de Promoção de Exportações (Apex) e a Fifa. O acordo ainda permitirá que a agência distribua cerca de mil ingressos para jogos para empresários estrangeiros.

Por ser um acordo que a Fifa mantém em total sigilo, o montante que a Apex pagou à entidade para usar os próprios estádios erguidos com empréstimos do BNDES para sua promoção não é divulgado, mesmo que se trate de dinheiro público. A própria Apex reconhece que é a Fifa quem impede que os valores sejam revelados. Mas, em Brasília, estima-se que a agência do governo tenha pago R$ 20 milhões.

No fundo, o governo recebeu o mesmo tratamento que qualquer outra empresa que queira ter seu nome vinculado ao torneio e com a possibilidade de usar de forma exclusiva as marcas da Copa, como a Garoto ou o Banco Itaú.

"Não há como organizar uma ação (na Copa) sem ter o status de patrocinador

da Fifa", reconheceu Ricardo Santana, coordenador dos projetos da Apex. Ele acredita que a iniciativa terá um forte retorno, atraindo ao Brasil investidores que poderiam fechar contratos.

A Fifa chegou a ter uma patrulha durante o Mundial de 2006 e 2010 para vistoriar as áreas próximas aos estádios e garantir que nenhuma marca fosse mostrada, além daquelas de seus patrocinadores. Em dia de jogos, cerca de cem pessoas eram destacadas para inspecionar as ruas de Berlim, Munique ou Hamburgo. Até as cervejas tradicionais das cidades que sediavam a Copa ou mesmo as salsichas — algo quase sagrado para um torcedor de futebol na Alemanha — eram proibidas. Isso porque a rede McDonald's tinha obtido a exclusividade de servir lanches nas áreas próximas aos estádios.

Não por acaso, para 2014, a Fifa já fechou um acordo com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) no Brasil para prevenir a falsificação de produtos para a Copa do Mundo no Brasil.

Enquanto isso, a entidade conseguiu a aprovação de um projeto de lei que tornou propriedade exclusiva da Fifa e da CBF uma série de termos corriqueiros relacionados à Copa. Pela regra, serão de uso privativo da Fifa frases como "Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014", "Copa do Mundo" ou mesmo "Brasil 2014". Só ela pode dizer quem pode ter o direito de usar esses termos em publicidade, produtos ou mesmo vitrines de lojas.

No caso da CBF, a entidade tem o direito exclusivo sobre termos como "Seleção Brasileira de Futebol", "Seleção Brasileira", "Seleção Canarinho" ou simplesmente "Seleção".

O desembarque da Fifa no Brasil ou em qualquer outro país-sede de Copa também significa que um território é cedido à entidade. A Lei Geral da Copa permite que a Fifa estabeleça áreas de restrição comercial num perímetro de dois quilômetros em volta de cada um dos doze estádios. Nessa área, quem manda são os interesses comerciais da Fifa, ainda que um bar, um restaurante ou um comércio tenha estado ali pelas últimas décadas. No prazo determinado pela Fifa, um bar ou uma loja dentro desse perímetro fica proibido de fazer qualquer tipo de publicidade de marcas concorrentes aos parceiros da entidade do futebol.

A força da Fifa exigiu até mesmo que as leis dentro dos estádios fossem modificadas. Diante do patrocínio da Budweiser, a entidade exigiu que o Brasil suspendesse as regras que proibiam a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. A proibição fazia parte do Estatuto do Torcedor (uma legislação federal) e havia sido implementada no Brasil justamente para evitar a violência nos estádios.

Para justificar essa brecha para cervejas, o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, uma certa vez em 2011 me deu uma explicação.

"Isso é algo que já foi informado desde o primeiro dia", disse, repetindo o mantra da Fifa de que o Brasil sempre foi informado das exigências antes de se lançar na corrida para receber a Copa. "Isso é algo que na Rússia (que sedia a Copa de 2018) já está resolvido, mesmo num país que tem tantos problemas com as bebidas e onde o governo está agindo contra o alcoolismo. A Rússia concordou que, nos estádios, a Fifa estará autorizada a vender. Não estamos falando de vodca ou uísque. Estamos falando de cerveja. Sei que se pode ficar bêbado tomando muita cerveja. Mas, uma vez mais, dissemos desde o primeiro dia que há cerveja na Copa do Mundo. Temos um acordo que deve haver isenção nos estádios. Li inclusive que o Catar (que sedia a Copa de 2022) oficialmente anunciou que iria autorizar a venda de cerveja em locais determinados, o que é algo que também vai contra não apenas a regulamentações, mas também talvez contra uma visão da religião. Baseado na proteção de nossos parceiros comerciais, o que estamos pedindo não é algo que surgiu na semana passada. É algo que o Brasil já sabia antes mesmo de receber o direito de sediar a Copa", explicou. Ignora-se a segurança dos torcedores, suas visões religiosas e mesmo sua saúde.

O modelo de proteção de marcas e a promoção dos patrocinadores não é uma prática exclusiva da Fifa. Nas sofisticadas salas de estar do clube de tênis de Wimbledon, os sócios do lendário local não disfarçavam sua irritação durante os Jogos Olímpicos de 2012. Sua associação havia sido cedida ao COI para sediar o torneio de tênis das Olimpíadas. Mas, com isso, o desembarque também incluiu patrocinadores que transformaram os luxuosos restaurantes do local em pontos de venda de fast-food.

Dos locais da mais alta aristocracia de Londres às ruas de operários e imigrantes, os superpoderes do COI e de seus patrocinadores foram mais que visíveis e temidos nos Jogos de 2012. Londres, desde o início do evento, se transformou em uma cidade sitiada pelas empresas que bancaram os Jogos e, segundo especialistas em marketing, nunca o controle do uso de marcas foi tão rigoroso como naquele ano. A constatação é de que os poderes do COI, que serão repetidos no Rio de Janeiro em 2016, são totais.

Enquanto atletas competiam em ginásios e estádios sem qualquer tipo de marcas sendo expostas ao público, a realidade pelas ruas era bem diferente. O COI e a Autoridade Olímpica britânica enviaram centenas de fiscais pelo país para garantir que apenas os patrocinadores oficiais estavam usando a marca

olímpica. Trezentos monitores, que começam a ser chamados de "polícia religiosa" das multinacionais, tiveram o direito e o poder de entrar em lojas e restaurantes, aplicando multas em nome dos interesses de Adidas, McDonald's, Coca-Cola e BP.

As regras, assim como no caso da Fifa, eram claras: empresas que não são patrocinadoras não podem colocar em suas vitrines palavras como "Jogos Olímpicos" e nem "Olimpíada". A lista de palavras proibidas também incluem "ouro", "prata", "bronze", "verão" e mesmo "Londres". No total, oitocentas lojas de alimentos no perímetro dos locais de jogos foram impedidas de vender batatas fritas, uma exigência de um dos patrocinadores que exigia o monopólio sobre o produto: o McDonald's.

O imigrante português Jorge Almeida, dono de uma padaria em Londres, também sentiu na pele a ação da "polícia". Seu estabelecimento fica dentro do perímetro do estádio de Wembley e, enquanto eu aguardava uma das partidas do torneio de futebol feminino dos Jogos, descobri um empresário furioso com o impacto do evento.

"Vieram me dizer que eu teria de remover os anéis olímpicos de minha vitrine", me contou o português que há trinta anos vivia na cidade. "Me deram dois dias, ameaçando voltar e aplicar a multa", contou. "Troquei os anéis por pães, no formato dos aros olímpicos. Mesmo assim, vieram e me disseram que isso também era ilegal. Deram a multa, mas não sei se vou pagá-la", contou. O que o sr. Almeida não sabia é que os fiscais que o visitaram têm mandado da Justiça para fazer a ação. Marina Palomba, da agência de publicidade McCann Worldgroup, confirmou que a lei de marketing aprovada para os Jogos foi "a mais draconiana já estabelecida em um evento".

Os atletas também se queixaram. Durante o evento, um grupo de esportistas americanos lançou uma ofensiva para pedir que o COI modificasse suas regras em relação aos patrocinadores. A lei estabelecia que aqueles que não usavam os produtos oficiais dos patrocinadores dos Jogos estavam impedidos de levar em suas roupas os nomes das empresas que os apoiam. Já atletas com patrocinadores iguais aos dos Jogos poderiam exibir as marcas.

O COI se defendeu alegando que decidiu controlar a imagem divulgada justamente para "proteger o esporte". Segundo a entidade, era justamente a proteção dos patrocinadores que garantia a sobrevivência financeira dos Jogos, um evento que nos anos 1970 e 1980 chegou a ser ameaçado por falta de interesse comercial. Para Londres, a entidade fechou contratos de 1,4 bilhão de libras esterlinas com onze multinacionais e conseguiu superar até mesmo a

crise financeira internacional que assolava o mundo.

A troca seria simples: pelo dinheiro que dão ao COI, as empresas exigem um verdadeiro monopólio sobre a cidade sede. Jogadores que não usavam produtos Adidas, por exemplo, tiveram de mudar de roupa para subir no pódio. A tenista russa Maria Sharapova foi uma das que se queixou das exigências de marcas do COI. "Fomos obrigados a modificar até as sacolas que usamos para levar as raquetes", contou. "Os bonés precisam ser transformados para que os símbolos das empresas não fiquem na testa, e sim de lado", disse. "O controle é mesmo rígido."

Em Wimbledon, os tradicionais uniformes brancos dos jogadores de tênis foram trocados por uniformes coloridos — uma verdadeira heresia no clube. Mas quem imaginava que os uniformes trariam as cores das bandeiras dos países dos atletas estava enganado. As cores eram determinadas pelos patrocinadores, em busca de promover seus novos produtos.

Nas lojas de Wimbledon, nada podia ser vendido sem a autorização das empresas parceiras do COI. Nas lanchonetes, a mesma situação. Depois de muita polêmica, os sócios do clube mais tradicional de tênis do mundo conseguiram comemorar uma vitória e manter pelo menos uma de suas tradições: a venda de morangos com champanhe.

LUCROS PRIVADOS, PREJUÍZOS PÚBLICOS

Mas, diante de tal poder da Fifa no Brasil ou em qualquer outro país sede de uma Copa, quais são as responsabilidades da entidade mundial do futebol em caso de prejuízo, segurança e tantos outros itens da organização de um megaevento?

É nesse ponto que as incoerências são escancaradas. Se a Lei Geral da Copa e todos os compromissos assinados pelo Brasil garantem que o Mundial é, acima de tudo, um evento privado da Fifa, a entidade praticamente está isenta de qualquer responsabilidade por um eventual fracasso. O princípio não poderia ser mais claro: os lucros são privados e até o nome "Seleção" é propriedade de alguém. Mas os eventuais prejuízos são públicos. Um cínico não teria como negar: o caráter democrático da Copa está assegurado.

As normas aprovadas no Congresso Nacional, por exemplo, estipulam que o cancelamento da Copa exigiria que o governo brasileiro ressarcisse a Fifa, numa conta certamente bilionária. Problemas com um centro de treinamento, hotel

de uma seleção, transporte e até a devolução de ingressos dos jogos poderiam cair na conta do governo. De fato, o dinheiro não teria de vir diretamente do Tesouro Nacional. Mas cabe ao governo brasileiro contratar e, claro, pagar por uma seguradora disposta a cobrir o eventual cancelamento da Copa.

Os artigos 22 e 23 da Lei Geral da Copa dão a dimensão do que o governo — ou seja, os cidadãos — teriam de arcar. "A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à Fifa, seus representantes legais, empregados ou consultores", aponta o texto da lei. "A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a Fifa, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos."

Não por acaso, a Procuradoria Geral da República chegou a entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo justamente o cancelamento de artigos que preveem o ressarcimento por parte do governo à Fifa. O argumento legal era de que o governo assumiu a responsabilidade de arcar com riscos sem que a lei tenha os definido. Isso, para a procuradoria, seria inconstitucional.

Mais uma vez, a resposta da Fifa foi clara: não fomos nós quem forçamos o Brasil a sediar a Copa e essa exigência já existia antes mesmo de 2007, quando a candidatura foi aprovada.

As responsabilidades do Brasil não se limitam a isso. A União fica obrigada a arcar com todos os custos de segurança e serviços médicos. O texto ainda muda o próprio controle das fronteiras brasileiras, exigindo que a emissão e concessão de vistos a estrangeiros que detêm ingressos sejam isentas de qualquer cobrança nos consulados espalhados pelo mundo. Isso tudo, claro, sem contar com o que já apresentamos em capítulos anteriores: o uso de dinheiro público para os estádios e a isenção tributária para a Fifa, apesar de o evento ser o mais bilionário da história.

Enfim, a Copa do Mundo que vamos sediar — e digo "vamos" porque ela está sendo organizada com nosso dinheiro — é uma aberração democrática.

O Mundial de 2014 vai acontecer em estádios que, originalmente, eram projetos privados. O Estado foi acionado para bancar essas obras com o dinheiro do contribuinte. Por sua vez, as cidades onde esses estádios foram erguidos não respeitam as necessidades esportivas locais, mas barganhas eleitoreiras.

As empresas que ergueram essas arenas — algumas das mais caras do mundo — não precisarão pagar impostos e os processos de licitação chegaram ser considerados inconstitucionais.

Uma vez construídos, esses espaços públicos serão privatizados durante a Copa do Mundo por uma entidade — a Fifa — que determinará até mesmo o que pode ser consumido como bebida dentro desses locais. Um território próprio onde as leis nacionais são substituídas pelas regras da Fifa será estabelecido. Bares e lojas no perímetro desses estádios construídos com dinheiro público terão de atender às exigências de patrocinadores e multinacionais que jamais os consultaram.

Parte da Constituição estará suspensa, novos crimes vão vigorar e, no caso de um fracasso ou prejuízo de um evento privado, será o cofre da União que terá de se responsabilizar.

O que ficará disso tudo para a sociedade? Não sabemos ainda. A Fifa, sim, já fechou suas contas e, assim que o torneio terminar, desmontará sua barraca e partirá para um novo empreendimento.

Essa é a Copa como ela é. Esse é o Mundial feito a partir de leis de exceção, mentiras, dinheiro público e garantias de lucro para poucos, enquanto as massas terão de se contentar em torcer para a sua equipe nacional sair campeã. Isso tudo sem saber que, no fundo, estão pagando, e caro, para ver o circo. Mesmo aqueles que não conseguiram ingressos estão pagando. Mesmo aqueles que dizem que, durante a Copa, não vão nem ligar a televisão.

Nem mesmo um novo Leviatã poderia aceitar construir um sistema parecido sem temer que fosse legitimamente questionado.

No dia 2 de março de 2012, em Londres, o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, faria uma declaração que marcaria a história da Copa do Mundo de 2014. Questionado sobre o que ele achava da preparação do Brasil e dos atrasos nas obras, ele não se conteve: "O Brasil merece um chute no traseiro".

Imediatamente, abriu-se uma imensa polêmica. O governo o declarou *persona non grata*, alguns saíram em sua defesa, alegando que de fato era uma vergonha o atraso nas obras, enquanto o país tomou as dores e se sentiu humilhado. Valcke ficou sem viajar ao Brasil por meses, até esperar a poeira baixar. O Palácio do Planalto, em uma iniciativa que beirava o populismo, chegou a exigir da Fifa que trocasse a pessoa que teria a função de liderar a preparação da Copa do Mundo, o que jamais aconteceria.

Inútil hoje debater se ele tinha ou não razão, se usou as palavras adequadas ou se apenas desabafou em um momento errado justamente diante de jornalistas. Inútil também tentar entender como o governo, depois de criticá-lo abertamente, passou a chamá-lo de "parceiro" nos últimos meses da preparação da Copa. Inútil entrar aqui no debate sobre a semântica da frase ou o real

significado de sua crítica.

O que de fato essa declaração revelava não era a falta de sensibilidade de um dirigente. Mas, acima de tudo, é um reflexo da posição de poder de que de fato a Fifa desfruta ao desembarcar num país para organizar a Copa.

Valcke deu um "chute no traseiro" do Brasil porque simplesmente as leis e condições estabelecidas entre a Fifa e o governo o permitiam. Valcke atuou com arrogância porque de fato se sentia no direito de exigir. O cartola, talvez de forma inconsciente, não se deu conta da gravidade de sua declaração porque, na realidade, a verdadeira humilhação não seria o chute no traseiro, mas as condições pelas quais a Fifa obrigou o Brasil a mudar leis, gastar dinheiro público e suspender parte da Constituição para que o evento de propriedade da entidade fosse realizado.

A real humilhação não era a frase. De fato, ela já era resultado de um contexto em que um evento privado estava ditando as regras nacionais. O chute no traseiro já havia sido dado, longe das câmeras, diluído em promessas de ganhos sociais ao longo prazo e brados nacionalistas.

O chute no traseiro já havia sido dado quando cartolas brasileiros, em seus projetos pessoais, transferiram a conta do evento para os cidadãos, enquanto mantiveram os lucros em contas privadas. O chute no traseiro já havia sido dado quando, sem consultar, as sedes da Copa foram escolhidas por critérios políticos e partidários. O verdadeiro chute no traseiro foi dado quando, de fato, um país passou a ser usado para que alguns poucos fizessem verdadeiras fortunas ou garantissem reeleições.

4. Os donos da bola

"Se a senhora um dia tivesse que definir a malandragem, no bom sentido, claro, ela se chamaria Ricardo Teixeira." A frase foi dita por João Havelange à jornalista Daniela Pinheiro, publicada pela revista *piauí* em meados de 2011. A definição do ex-presidente da Fifa sobre aquele que havia sido seu genro e seu herdeiro político poderia até parecer um elogio. E de fato essa era exatamente a intenção de Havelange.

Isso se não tivesse vindo da boca de um dirigente que teve de renunciar a seus cargos de presidente de honra da Fifa e membro do Comitê Internacional Olímpico para evitar uma condenação pública por fraude e corrupção. Um dirigente esportivo que flertou abertamente com ditadores em todo o mundo e que não hesitou em emprestar a Seleção Brasileira aos militares em Brasília nos piores anos do regime militar.

Havelange tinha razão em muitos sentidos. Teixeira provaria ser um dos cartolas mais hábeis do futebol brasileiro. Multiplicou os lucros da CBF, levou o Brasil a ganhar Copas do Mundo e trouxe o Mundial ao país. Mas, para ele, tão importante quanto o desenvolvimento do futebol no Brasil era sua carreira e interesse pessoal. Em mais de vinte anos no comando, ele tornou o futebol brasileiro um negócio privado e não escondia isso. Para Teixeira, a CBF não devia explicações a ninguém. Afinal, era uma entidade privada.

Teixeira havia também planejado a Copa de 2014 para ser o seu trampolim. Um trampolim para ser presidente da Fifa, um trampolim para abafar todas as acusações que existiam contra ele por corrupção e um trampolim para colocá-lo na história do futebol brasileiro. O projeto pessoal de Teixeira havia começado muito antes de qualquer pedra ter sido colocada na construção dos estádios no Brasil.

Teixeira ocupava a presidência da CBF desde 1989 e passou a comandá-la com um estilo que marcaria a gestão do futebol nacional por quase um quarto de século. Não eram raras as eleições com apenas um candidato, com processos questionados na Justiça comum entre acusações de corrupção e compra de votos. Teixeira, a cada quatro anos, conseguia superar os obstáculos e os adversários. No total, ele venceria seis eleições.

Mas seriam os seus últimos anos como presidente da CBF que escancarariam sua obsessão pelo poder e o fato de ele ter privatizado e personificado tanto a entidade que controla o futebol brasileiro quanto a própria Copa do Mundo.

Nessa obsessão pelo poder, tudo era planejado nos mínimos detalhes. Em 2006, um ano antes de o Brasil ganhar da Fifa o direito de sediar a Copa, Teixeira já selava seu próprio futuro. Naquele ano, por unanimidade, a assembleia anual da CBF aprovou uma proposta feita pelo presidente que prolongaria seu mandato por mais sete anos, algo inédito na história da entidade.

Sua proposta era clara: quem estivesse ocupando o cargo de chefia da entidade da CBF no momento em que o Brasil fosse eleito para sediar a Copa de 2014 ficaria no cargo até o evento. Segundo Teixeira, a prorrogação de um mandato ainda serviria para garantir a "continuidade" dos projetos da Copa, evitando atrasos nas obras.

Mesmo o mês da eleição havia sido cuidadosamente planejado. Ela ocorreria antes da Copa de 2014, ainda que o novo presidente assumisse a entidade apenas depois do evento. A lógica era simples: se o Brasil não vencesse o Mundial, as críticas seriam de tal proporção que dificilmente ele conseguiria se eleger ou apontar seu sucessor. Assim, ficou estabelecido que a eleição ocorreria antes de a bola rolar.

O plano estava traçado. Ele e o mundo sabiam que o Brasil seria escolhido para sediar a Copa. Ou seja, sabia que iria permanecer no comando da CBF por mais sete anos. Sua manobra, se a CBF fosse um governo, poderia bem ser chamada de um "golpe brando". Mas, sem qualquer disposição de ser classificado como um cartola adepto ao tapetão no futebol, Teixeira tentou dar uma explicação racional. "Quem for eleito em 2007 terá o mandato definido até depois da Copa. Não é prorrogação. Não estamos mudando nada neste mandato agora", justificou Teixeira na época. Poucos saíram convencidos de que aquilo não era um golpe.

Sérgio Rangel, premiado repórter da Folha de S. Paulo no Rio de Janeiro, revelaria os bastidores daquela reunião que prorrogaria o poder de Teixeira. A presidência da assembleia havia ficado nas mãos de Delfim Peixoto, presidente da Federação de Santa Catarina. O catarinense tinha dois motivos para comemorar ao final do encontro. O primeiro foi o de ter conduzido o processo evitando crises internas e, claro, aprovando a proposta que Teixeira o havia instruído a seguir. Mas Peixoto também comemorava o fato de ter sido premiado no sorteio realizado após a reunião pela própria CBF. Claro, por total

coincidência. A entidade escolheu dez presidentes de federações para assistir à Copa de 2006 na Alemanha. O pacote incluía voos, hospedagem e ingressos para os jogos. Todos com direito a um acompanhante. Peixoto foi um dos "sorteados".

Pelas novas regras, Teixeira ficaria no comando do futebol brasileiro até 2014 e a Copa seria sua plataforma para chegar até a presidência da Fifa, cuja eleição ocorrerá justamente em 2015. O plano era perfeito. Se chegasse ao final, ele se transformaria no cartola que mais tempo ocupou o poder no futebol brasileiro: 26 anos. Ele superaria até mesmo Havelange, que comandou a antiga CBD por dezesseis anos, de 1954 a 1978.

Assim, quando a Fifa deu sem surpresas a Copa ao Brasil, a entidade também estava garantindo Teixeira no comando do futebol brasileiro por outros sete longos anos.

Centralizador, Teixeira passaria a controlar todo o futebol brasileiro e a acumular cargos. Não apenas mandava na CBF como também passou a ser o presidente do Comitê Organizador Local da Copa, uma entidade que, nos outros Mundiais, era sempre presidida por uma pessoa que não acumulava as funções de direção da federação local. Afinal, uma coisa é ser o presidente da federação responsável por organizar campeonatos, cuidar da Seleção Brasileira e desenvolver o futebol de base no Brasil. Outra coisa é presidir sobre a organização da Copa do Mundo e a construção de estádios. Ele era ainda o representante do Brasil no Comitê Executivo da Fifa e, num caso único em décadas, a realidade é que Teixeira acumulava todos os cargos de relevância do futebol nacional.

Na prática, Teixeira mandava no calendário do futebol, nas regras dos campeonatos, controlava a Seleção Brasileira, decidia quem seria seu técnico, fechava ou cancelava acordos comerciais e, com a Copa, decidia também quais cidades e quais clubes teriam novos estádios. Na Fifa, influenciava as decisões mundiais do futebol, suas regras, a distribuição de dinheiro entre federações, elegia as próximas sedes das Copas e manobrava até parcerias comerciais. Enfim, um monopólio avassalador no futebol brasileiro que nem mesmo escândalos pareciam ameaçar. E esses escândalos não foram poucos.

Teixeira contaria à jornalista Daniela Pinheiro que, apesar das intensas críticas, colocava em prática uma velha máxima de que uma notícia que não seja veiculada na TV Globo simplesmente não existe para o público brasileiro. "Não ligo. Aliás, caguei. Caguei montão", disse na entrevista quando foi questionado sobre o que achava das críticas veiculadas nos demais jornais do

país. “Só vou ficar preocupado, meu amor, quando sair no Jornal Nacional.”

A reportagem da *piauí* dá o tom de como era a relação entre a TV Globo e Teixeira. “Durante a CPI da Nike, em 2001, a rede levou ao ar uma reportagem no Globo Repórter sustentando que a renda de Ricardo Teixeira era incompatível com o seu patrimônio e padrão de vida. A CBF anunciou pouco depois, do nada, uma mudança no horário de transmissão de uma partida Brasil x Argentina, clássico sul-americano que costuma bater recordes de audiência. Em vez de ser exibido no horário de praxe, depois da novela das oito, o jogo foi marcado para as 19h45, contou a reportagem.

“Pegava duas novelas e o Jornal Nacional. Você sabe o que é isso?”, cochichou Teixeira à jornalista. “Como a Globo transmitiu a partida, amargou o prejuízo de deixar de mostrar diversos anúncios no horário nobre, o mais caro da programação. A partir daí, não houve mais reportagens desagradáveis sobre o presidente da CBF na Globo”, completou a revista.

E esse acordo seria mantido até o fim da gestão de Teixeira na CBF. O cartola renunciaria ao cargo de presidente da CBF em março de 2012. Naquela noite, o Jornal Nacional dedicaria vários muitos a uma reportagem apontando o cartola como responsável por ter resgatado o futebol brasileiro, praticamente um mecenas moderno.

“No comando da CBF, Ricardo Teixeira organizou o calendário do futebol nacional e instituiu a fórmula dos pontos corridos para o Campeonato Brasileiro. Foram medidas benéficas para a economia dos clubes, que passaram a ter atividade o ano inteiro”, indicou o Jornal Nacional. “Teixeira assumiu a Confederação Brasileira de Futebol quando a seleção tinha apenas dois patrocinadores. Deixa a seleção com dez patrocinadores e a CBF com o faturamento anual de R$ 271 milhões — números de 2010”, indicou. “Sua última realização à frente do futebol brasileiro não foi alcançada no gramado. Em 2007, Ricardo Teixeira comandou a campanha vitoriosa que fez a Fifa conceder ao Brasil o direito de organizar a Copa do Mundo de 2014”, contou a emissora.

O Jornal Nacional admitiu o que todos sabiam: que Teixeira era acusado na Justiça por corrupção. Mas, na reportagem que marcaria sua despedida, apenas uma parcela da história foi contada. “Ao longo da carreira, Ricardo Teixeira foi alvo de denúncias. Diante de todas elas, Teixeira sempre disse que as acusações eram falsas e tinham caráter político”, afirmou. “A denúncia mais contundente foi a de que ele e um grupo ligado à Fifa teriam recebido dinheiro de forma irregular nas negociações de uma empresa de marketing esportivo, em 1999.

Viu os processos serem arquivados pela Justiça", disse a reportagem do Jornal Nacional.

O que a TV Globo não contou foi o motivo pelo qual o processo foi arquivado: Ricardo Teixeira e João Havelange pagaram uma indenização de mais de R$ 5 milhões depois de terem sido formalmente acusados pela Justiça suíça de terem fraudado a própria Fifa. A decisão de arquivar o caso não veio da constatação de que os brasileiros eram inocentes. Muito pelo contrário. Eles haviam montado um verdadeiro banco paralelo à Fifa, por onde passaram milhões de dólares em propinas durante mais de vinte anos. E sempre de forma impune.

O CAIXA 2 DA FIFA

Aquela de fato seria uma das maiores dores de cabeça da história da Fifa. Mas, na origem da disputa, ninguém jamais poderia ter imaginado o terremoto que ela causaria, anos depois.

Tudo começaria com uma briga interna pelo poder, como é frequentemente o caso em entidades, governos e empresas.

Em 2002, o então secretário-geral da Fifa, Michel Zen-Ruffinen, abriu um processo contra seu próprio chefe, Joseph Blatter. As alegações vinham às vésperas de mais uma eleição na Fifa e Blatter estava convencido de que precisava de um segundo mandato. Nos meses precedentes ao voto, o suíço até mesmo aumentou o salário de cada um dos membros do Comitê Executivo para US$ 50 mil ao ano, tentando apaziguar as diferenças. Seu concorrente vinha da África: Issa Hayatou, que já havia feito campanha contra Blatter em 1998 e liderava a Confederação Africana de Futebol, com mais de cinquenta votos.

As acusações de Zen-Ruffinen caíam como uma luva para o africano. "A Fifa é hoje dirigida como uma ditadura", afirmou o secretário-geral em uma entrevista no dia 5 de maio de 2002 à CBC Sports. O número de acusações era imenso. Elas apontavam desde a ação de Blatter para comprar aliados e até mesmo pagar outros para garantir a "morte" de seus inimigos diante de revelações bombásticas.

O ex-árbitro nigeriano Lucien Bouchardeau, por exemplo, seria acusado de ter recebido dinheiro para levar evidências contra o vice-presidente da Confederação Africana de Futebol, Farah Addo. Addo havia sido um dos

críticos da gestão de Blatter e a forma pela qual ele teria manipulado os votos já nas eleições de 1998. "O presidente (Blatter) lhe deu diante de dois empregados da Fifa um cheque de US$ 25 mil indicando que Bouchardeau receberia outros US$ 25 mil se as informações que trouxesse servissem aos objetivos do presidente", afirmou Zen-Ruffinen.

Entre várias acusações, a principal delas se referia à falência da empresa de marketing ISL. A companhia havia sido criada justamente para negociar acordos de transmissão da Copa do Mundo, um dos negócios mais rentáveis do planeta. Mas, misteriosamente, a empresa quebrou.

Naquele momento, não eram poucos os que acreditavam que os dias de Blatter na Fifa estavam contados. O suíço, segundo seus inimigos, teria conduzido a entidade à beira da falência. Blatter foi pressionado a pedir demissão, mas se recusou e alegou que tudo aquilo não passava de acusações políticas. Mostrando mais uma vez sua habilidade em contornar as maiores crises, Blatter reconstruiu sua rede de aliados e garantiu mais uma vitória nas eleições da Fifa de 2002.

Um desses "amigos fiéis" seria o então presidente da Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe, Austin Jack Warner. Figura polêmica, Warner começou como professor de História nos colégios de Trinidad e Tobago. Mas logo descobriria o poder do futebol. Ele passou a ser o dono do time Joe Public F.C., ganhou espaço no futebol caribenho, foi eleito como membro do Comitê Executivo da Fifa já em 1983 e até mesmo ocupou cargos de Ministro de Estado em seu país.

Seu envolvimento no futebol e na Fifa também representava lucros. Nos anos 1980, Warner recebia os direitos de transmissão dos Mundiais da Fifa e pagava um simbólico US$ 1,00 pelo contrato. Mas os revendia a preço de ouro para as televisões da região do Caribe. Na Fifa, Warner praticamente controlava 35 votos nas eleições e, para completar, era um dos vice-presidentes da entidade.

Outro fiel aliado de Blatter era Mohamed Bin Hammam, uma das maiores fortunas do Catar e que chegou a ceder seu jato para que o suíço saísse em campanha pelo mundo. Uma década depois, Blatter retribuiria os favores com uma humilhação pública a Bin Hammam, que justamente havia decidido concorrer à presidência da Fifa em 2011. Mas, pelo menos naqueles anos, o xeque era um dos maiores cabos eleitorais do suíço. Com amigos como Warner e Bin Hammam, Blatter sobreviveria no cargo.

Ninguém poderia imaginar as consequências daquela briga. Zen-Ruffinen havia formalizado sua denúncia num tribunal suíço, como forma de pressionar

Blatter. Numa estratégia quase suicida para tentar mostrar que não tinha nada a temer, o próprio Blatter decidiu abrir um processo na Justiça, argumentando que esperava recuperar cerca de US$ 122 milhões da quebra da ISL. Essa iniciativa seria usada dezenas de vezes por ele para se defender publicamente. "Por que é que eu tenho de temer algo que fomos nós quem começamos", afirmou em fevereiro de 2008, quando questionado se estava preocupado com o processo.

Mas tudo aquilo não passava de um teatro. Na Fifa, ninguém queria que uma auditoria externa ou a Justiça começasse a vasculhar as contas da entidade, um verdadeiro buraco negro. Tanto Blatter quanto Zen-Ruffinen acabariam retirando seus casos da Justiça quando a turbulência política passou e as eleições foram definidas. Para quem estava na Fifa naqueles anos, o fim das eleições, a vitória de Blatter, a demissão de Zen-Ruffinen e o arquivamento dos casos davam a sensação de que a paz voltaria a reinar na Fifa.

A realidade é que a história estava apenas começando e o ato mais inesperado viria desta vez da própria Justiça suíça. O Ministério Público decidiu que não fazia sentido encerrar a investigação sem antes entender o que estava acontecendo com uma entidade com sede na Suíça, presidida por um suíço e que esteve à beira de uma falência.

Em 2002, Thomas Bauer, responsável pela liquidação da ISL, investigou o caso e se deparou com a constatação da existência de volumosos subornos para cartolas da Fifa. Ele escreveu então uma carta sigilosa a vinte membros da entidade pedindo que devolvessem o dinheiro da propina. Sem receber respostas, abriu um processo. No final, conseguiu um acordo, os envolvidos pagaram milhões em multas e o caso foi encerrado sem a publicação dos nomes das pessoas que receberam o dinheiro.

Para se entender a importância da quebra da ISL para o futebol e o impacto da descoberta de subornos em sua relação com o futebol, é necessário entender como a Fifa operava no que se referia à venda dos direitos de transmissão dos Mundiais. Desde o início dos anos 1990, é a renda dos contratos de televisão que sustenta o futebol mundial e a própria Fifa. Tratar da empresa que cuidava desse segmento significa investigar a coluna vertebral do futebol. Hoje, mais da metade do dinheiro arrecadado com uma Copa vem das televisões, num dos maiores negócios do esporte mundial.

No centro desse esquema estava justamente a ISL. Ela havia sido fundada em 1982 pelo presidente da Adidas, Horst Dassler, o mesmo que apoiou Havelange e depois Blatter em suas eleições. Ele foi provavelmente um dos primeiros a

entender o esporte como um veículo de publicidade para seus produtos. Por anos, a Adidas vem sendo a parceira inseparável da Fifa e seus representantes passaram a fazer parte do círculo mais íntimo da entidade. O assistente direto de Dassler, Jean-Marie Weber, conhecia Blatter desde os anos 1970. Depois da morte de Dassler em 1987, Weber ficou como responsável pelo relacionamento com a Fifa dentro da Adidas. Para muitos, era conhecido simplesmente como "o homem da mala", por seu suposto papel em levar e trazer dinheiro de comissões.

Mas, em 2001, às vésperas da Copa do Mundo no Japão e Coreia e das eleições na Fifa, a ISL decreta sua falência, deixando uma dívida de US$ 300 milhões. Era a segunda maior falência da história corporativa da Suíça. Na visão do Ministério Público do país alpino, não havia como deixar que o caso fosse resolvido apenas entre cartolas sem que se entendesse o que estava por trás de um fenômeno inexplicável em termos empresariais.

Assim, seria a partir da pequena cidade de Zug, no interior da Suíça, que o terremoto sobre a Fifa começaria a ser formado, com um segundo processo. As investigações do procurador Thomas Hildbrand mostrariam um grande esquema de corrupção, com inúmeras evidências. Sua suspeita era de que a empresa teria sido usada para fazer pagamentos paralelos para cartolas que, em troca, garantiam contratos para grupos de mídia transmitirem a Copa. A empresa não faliu porque não dava lucro. Ela teria falido porque, na prática, era um banco paralelo.

Para chegar a esse resultado, Hildbrand viajou ao Brasil e a vários outros países para coletar informações. Uma de suas constatações foi de que parte do dinheiro que teria sido desviado teria vindo também de pagamentos de redes de televisão no Brasil para cartolas da Fifa, justamente para garantir que, em concorrências com outras redes, saíssem vitoriosos nas disputas para transmitir as Copas do Mundo.

Hildbrand denunciou os dirigentes da empresa por fraude, desvio de dinheiro e falência fraudulenta, pedindo inclusive a prisão de alguns deles. Só isso, segundo ele, explicaria como a empresa ISL coletou 2,2 bilhões de francos suíços na venda dos direitos de transmissão da Copa de 2002 e 2006 e, mesmo assim, faliu. As contas não fechavam.

O caso se arrastaria por anos. Mas, finalmente, em março de 2008, a corte de Zug acusou formalmente a ISL de pagar propinas por meio de uma fundação em Liechtenstein. Seis executivos teriam distribuído milhões de dólares a pessoas envolvidas em negociações de direitos de transmissão para vários

eventos e poderiam pegar até quatro anos de prisão, se condenados. A fraude ainda chegava a pelo menos US$ 98 milhões.

A investigação ainda mostrou que duas fundações foram abertas justamente para receber e distribuir a propina. A NUNCA e a Sunbow — a primeira registrada em Liechtenstein e a segunda nas Ilhas Virgens Britânicas — serviriam como canais de pagamento da corrupção.

A Sunbow abriu suas contas no banco LGT e, em maio de 1999, 32 milhões de francos foram depositados na conta 193.223.31, com apenas uma informação: "Custos de aquisição de direitos". Dessa conta, 18,1 milhões de francos teriam sido transferidos para pessoas envolvidas em contratos com a ISL. O restante do dinheiro foi distribuído para uma série de fundações registradas em Vaduz, capital de Liechtenstein. Pelas leis do paraíso fiscal vizinho à Suíça, os donos de fundações podem manter seu anonimato e nem mesmo um endereço precisam fornecer às autoridades locais.

O escândalo representava um dano considerável para a reputação da entidade. Afinal, o caso culpava os executivos da empresa, mas deixava claro que eles haviam recebido o dinheiro do mundo do futebol. O que representava um alívio para a Fifa era o fato de que o tribunal havia optado por não revelar os nomes dos dirigentes esportivos que estavam implicados na corrupção. O fenômeno, assim, poderia ser tratado como um caso "condenável", mas sem repercussões práticas. A direção da entidade poderia se esconder no fato de que os nomes dos envolvidos não eram conhecidos. No fundo, a Fifa saía arranhada. Mas não os interesses pessoais de cada um dos cartolas.

Existia algum risco de esses nomes virem a público. Um homem que saberia quem eram esses dirigentes era Jean-Marie Weber, justamente a pessoa de confiança da Adidas e que chegou a ocupar também o cargo de vice-presidente da ISL. No momento da falência, ele não tinha um contrato escrito, mas recebia cerca de US$ 870 mil por ano. Ele, ao lado dos seis executivos da empresa, seria indiciado e, dentro da Fifa, o temor era de que Weber acabasse revelando detalhes de quem recebeu dinheiro. Mas, em seu depoimento, Weber optou pelo silêncio total sobre quem teria feito os pagamentos e quem os recebeu. Coincidência ou não, o executivo acabaria voltando nos anos do processo para os círculos mais íntimos da Fifa. No hotel Baur au Lac, em Zurique, não foram poucas as vezes que cruzei com Weber no saguão, esperando para ter uma palavra com os dirigentes. Em 2009, em Copenhague, vi Weber circulando tranquilamente entre chefes de Estado, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva e o rei Juan Carlos, na festa inaugural do Congresso do COI. Durante a Copa de

2010 na África do Sul, fui convidado para um café da manhã com Issa Hayatou, o chefe do futebol africano, num evento promovido pela Adidas. Surpreendentemente, quem entrou na sala e se sentou ao lado de Hayatou foi justamente Weber. Ele mostrou-se um fiel aliado dos cartolas e jamais os entregou para a Justiça.

Por algum tempo, Blatter e a Fifa acreditavam que o caso estava encerrado. O suíço não se cansava de anunciar que a Justiça tinha arquivado o processo e que os culpados da ISL já tinham sido condenados. Ele dizia com um orgulho que beirava a ironia: ninguém da Fifa estava mencionado no processo.

Mas, para a Justiça, o caso não estava concluído. Depois de processar os executivos da ISL, o Ministério Público suíço decidiu abriu um processo justamente para investigar os subornos e quem os teria recebido. Hildbrand, em Zug, mais uma vez se transformaria num pesadelo para a entidade. Em 2010, a Justiça confirmaria que propinas milionárias haviam sido pagas em troca de contratos de transmissão dos Jogos da Copa de 2002 e 2006.

Os documentos do processo confirmavam que cartolas da Fifa admitiram diante do tribunal que receberam subornos milionários nos anos 1990. "Nos procedimentos, os acusados negam responsabilidade criminal, mas não o recebimento dos fundos", afirmou um dos documentos do Tribunal de Zug.

Enquanto o planeta acompanhava a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, longe dos gramados, os advogados dos dirigentes fechavam na surdina um acordo com a Justiça suíça para que os nomes dos envolvidos fossem lacrados para sempre. Para isso, estavam dispostos a pagar uma indenização milionária à Fifa por terem fraudado a organização.

O acordo seria possível porque, pela lei suíça, receber subornos não era um crime ainda nos anos 1990, justamente quando a prática dominava os bastidores da entidade. Portanto, os cartolas não estavam errados legalmente ao garantir que não haviam cometido crimes. Mas, para barrar um escândalo público, chegaram a um acordo que foi aceito pela Justiça.

Uma vez mais, os cartolas acreditavam que tinham conseguido evitar uma humilhação pública, blindando os nomes dos envolvidos e salvando suas honras. Na Fifa, o acordo era comemorado por todos. O esquema de corrupção e fraude que tanto ameaçava a entidade estava enterrado de vez. Pelo menos para a Justiça. Os próprios procuradores suíços consideraram a blindagem dos nomes uma aberração. Mas nada podiam fazer se a multa havia sido paga e se, antes da condenação, a Fifa e os corruptos haviam fechado um acordo extrajudicial.

Pouco a pouco, porém, as informações começaram a ser vazadas para a imprensa. A BBC colocaria no ar um programa que abalaria as estruturas da entidade, ainda que incompleto e apenas com o que provaria ser a ponta do iceberg de um esquema de corrupção muito maior. Ainda assim, a revelação da televisão britânica era das mais fortes. Os envolvidos no caso de subornos na ISL e na Fifa eram nada mais nada menos que o todo-poderoso presidente da Fifa durante o período investigado, João Havelange, e seu ex-genro, Ricardo Teixeira.

O nome de Teixeira, por exemplo, aparecia em um documento ao lado de uma menção à Adidas, com um valor de US$ 100 mil. A revelação foi ao ar enquanto Joseph Blatter, presidente da Fifa, insistia em discurso no Japão que a entidade era "limpa".

Dados publicados no jornal de Zurique, *Tages-Anzeiger*, também apontaram que Teixeira teria recebido pagamentos de US$ 9,5 milhões da ISL entre agosto de 1992 e 28 de novembro de 1997, em uma conta secreta em Liechteinstein. As remessas eram de US$ 250 mil cada, em uma empresa fantasma registrada num paraíso fiscal. Uma empresa de fachada em Liechtenstein teria sido criada para receber os recursos. A empresa era a Sanud Establissement, registrada na cidade de Domizil, em Liechtenstein.

No Brasil, publiquei uma série de reportagens revelando de que forma Teixeira e Havelange estavam envolvidos no esquema de corrupção, detalhes dos processos e indicações claras de representantes da Justiça de que, de fato, os envolvidos eram os dois cartolas brasileiros.

A reação da CBF diante das reportagens era a de intimidação e punição. A entidade me acusou de estar escrevendo "ficção", em discursos sempre permeados pela truculência de seus funcionários, numa clara tentativa de humilhar os jornalistas diante dos demais profissionais. Também não foram poucas as vezes em que a direção da CBF decidiu fechar as portas a entrevistas com jogadores da seleção como punição pela publicação de determinadas histórias. O jogo era claro: quem não estivesse ao lado da CBF simplesmente não teria como realizar uma cobertura decente da seleção em campo, com entrevistas exclusivas com o craque daquele ano ou o técnico do time.

A direção da entidade parecia acreditar plenamente que estava ainda nos anos da censura e da ditadura. Nos anos 1970 e mesmo nos anos 1980, jogos da Seleção Brasileira no exterior eram acompanhados por rádios levadas pela CBF com tudo pago, em troca de uma cobertura "positiva" da Seleção Brasileira. No fundo, para uma pequena parte da imprensa, isso não mudou até hoje. Lembro-

me de estar em um táxi com um outro colega jornalista durante a Copa da África do Sul e escutar a seguinte pergunta: "Jamil, quanto você ganha?".

Nem mesmo comecei a dar uma resposta e fui interrompido. "Quando é que você vai entrar no esquema? Precisamos encontrar uma boquinha para você. Não dá para continuar vivendo com o salário de jornalista."

Um ano antes, na festa em Copenhague da comemoração da vitória do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, um ex-ministro não poupou palavras ao me abordar. "O que é que você está fazendo ainda na Suíça?", disse. "Volta para o Brasil. Estamos ganhando muita grana. Você está ficando de fora."

Prova de que esse pensamento de que cartolas podem "comprar" a imprensa ainda existe foi uma situação constrangedora que eu e outro colega brasileiro vivemos em 2012, quando Marco Polo Del Nero e José Maria Marin foram para suas primeiras reuniões da Fifa. Esperamos por sete horas a chegada dos cartolas na porta do hotel Baur au Lac, em Zurique. Eles finalmente apareceram. Deram as entrevistas que solicitamos, responderam às perguntas e, ao final, Del Nero nos indagou com muita educação: "Vocês têm hotel? Querem ficar aqui? Podemos arranjar tudo", fazendo com a mão o sinal de que pagaria.

Imagino que nossa reação de surpresa diante da proposta indecente e a recusa imediata de ambos ficaram claras. O cartola rapidamente tentou consertar. "Claro, vocês trabalham para jornais grandes", ponderou.

O que a CBF certamente não entendia é que já não poderia mais controlar a imprensa. E essa talvez tenha sido uma das principais lições do caso da ISL.

Se em 2012 todos já sabiam que Teixeira e Havelange eram os nomes citados no esquema de corrupção, a realidade é que o caso apenas explodiria de fato quando os nomes fossem identificados claramente em documentos oficiais da Justiça suíça.

E, uma vez mais, a imprensa teve um papel fundamental nesse processo. Os nomes dos cartolas apenas seriam confirmados depois que a BBC e quatro jornais suíços, liderados pelo jornalista Jean François Tanda, decidiram entrar com um recurso para ter acesso aos documentos do caso que havia sido encerrado com o pagamento de uma multa e o arquivamento do processo. O recurso dos jornalistas chegou ao Tribunal Superior da Suíça, e a verdade é que, para os jornais locais, não era exatamente o nome de um ilustre desconhecido Ricardo Teixeira que interessava, mas a transparência na Justiça do país. Afinal, um caso de corrupção e pagamento de propinas precisava ser esclarecido, mesmo que não houvesse um condenado. Os jornalistas sustentavam que a revelação dos

nomes era de "interesse público", uma tese que era compartilhada pelos procuradores do caso.

Inicialmente, a Fifa, Havelange e Teixeira fizeram de tudo para impedir que os nomes e os detalhes do processo fossem revelados. Uma série de recursos foi apresentada e o caso se arrastou. Uma vez mais, seriam os interesses políticos e as brigas internas na Fifa que acabariam determinando os acontecimentos.

Pressionado a agir contra a corrupção e diante de novas eleições em 2011, o presidente da Fifa, Joseph Blatter, retiraria naquele ano sua oposição à publicação dos nomes dos envolvidos no processo da ISL. Na prática, ele estava declarando guerra ao então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e ao mesmo tempo tentando dar a impressão de que era favorável à transparência, num dos momentos mais críticos da história da entidade. Na Fifa, e mesmo na CBF, não foram poucas as vozes que acusaram Blatter de cinismo. Afinal, ele havia sido o braço direito de Havelange durante os anos em que essa propina era paga. Além disso, Havelange é que o colocara no cargo de presidente da Fifa em 1998. Agora, o suíço retribuiria entregando seus velhos padrinhos políticos a uma humilhação pública.

Blatter tentou se defender em uma entrevista concedida para seu próprio site, com perguntas combinadas e com respostas lidas por advogados antes de serem publicadas.

"O senhor supostamente sabia (do pagamento de propinas)?", questionou o site da Fifa. "Saber o quê? Que comissões eram pagas? Naquela época, tais pagamentos podiam ser deduzidos até mesmo de impostos, como gastos de negócios", respondeu Blatter. "Hoje, eles seriam punidos pela lei. Mas não se pode julgar o passado com base nos padrões de hoje. Caso contrário, acabaria como justiça moral. Eu não poderia saber de uma ofensa que na época não era ofensa'", defendeu-se.

O que Blatter não diz é que os juízes também acusaram a Fifa de omissão, de não ter controlado o fluxo de dinheiro irregular e de ter usado a empresa ISL como caixa 2 durante décadas. A Fifa foi obrigada a pagar pelos custos do processo e os juízes indicaram que a entidade também foi responsável pela existência do esquema de corrupção. Pelos documentos, ficava claro que Blatter sabia de tudo e que ainda havia defendido na corte os brasileiros.

Mas o suíço não perdeu um só segundo em usar o caso como um poderoso instrumento político contra seus inimigos. De um lado, ele mostraria que estava agindo contra a corrupção e, ao mesmo tempo, daria um golpe duro em Teixeira e em suas pretensões para as eleições de 2015.

"Não há nenhum suíço envolvido. Apenas estrangeiros", afirmou. "Esse caso já causou muita perturbação. Decidimos que o dossiê deve ser aberto e esse assunto será esclarecido", disse Blatter.

Com a virada de mesa da Fifa, era apenas uma questão de tempo até que os documentos fossem publicados. Nas semanas que antecederam esse anúncio, recebi telefonemas praticamente diários de representantes da CBF com uma informação: a entidade e Teixeira estariam preparando um dossiê devastador contra Blatter como forma de contra-atacar o suíço caso ele fosse adiante com seu projeto de divulgar os nomes dos envolvidos. Os representantes da CBF dispararam ligações a todos os principais jornais, sempre com a mesma: a de que o jornalista com quem estavam falando naquele momento havia sido o "escolhido" para fazer a revelação sobre Blatter. Cheguei a escutar que Teixeira, de fato, tinha muito apreço pelo meu trabalho, algo que sinceramente não sabia se recebia como uma ofensa ou um elogio sincero. Descobriria meses depois que o comentário quase sedutor fora feito a cada um dos jornalistas contatados pela CBF naquela "operação abafa". A meta era clara: tentar atrair a imprensa, evitar que ela "comprasse" apenas a versão de Blatter e, sempre, insinuar que favores seriam dados ao jornalista que optasse por passar para o lado da CBF. O dossiê secreto sobre Blatter, porém, jamais surgiu.

Poucas semanas mais tarde, o Tribunal Federal da Suíça entendeu que o assunto era de "interesse público" e, em 42 páginas avassaladoras, mapeava um esquema de corrupção que tomou conta da Fifa por anos. Um sistema de subornos havia sido montado por Havelange e Teixeira para tirar milhões do futebol e usar a Fifa praticamente como um banco privado.

Nada disso era "ficção", como diziam os assessores da CBF ao me atacar publicamente meses antes. Não se tratava de uma campanha para sujar a imagem de um dirigente. O que a Justiça revelava era a realidade dos bastidores da poderosa Fifa, uma entidade mergulhada na corrupção.

Segundo os documentos oficiais da Justiça da Suíça, Havelange e Teixeira receberam subornos no valor de, pelo menos, R$ 45 milhões. De acordo com a Justiça, os brasileiros cometeram "enriquecimento ilícito", causaram prejuízo para a entidade e colocaram seus interesses pessoais acima dos interesses do futebol. As provas estavam todas ali, detalhadas em movimentações bancárias e depoimentos.

No total, o pagamento de comissões da ISL a cartolas pelo mundo chegava a US$ 122,5 milhões (R$ 225 milhões). Como regra geral, segundo a Justiça, a propina teria sido paga a Teixeira e Havelange para que influenciassem a Fifa

na decisão de quem ficaria com os direitos de transmissão das Copas de 2002 e 2006, inclusive no mercado brasileiro. Uma emissora de televisão com atuação no Brasil é citada como uma das envolvidas no suborno, ainda que seu nome tenha sido mantido em sigilo. Para os suíços, o serviço dos dois foi "comprado" por empresas que queriam manter relações com a Fifa.

O documento revela uma movimentação milionária na conta desses cartolas. Os subornos eram depositados em contas em paraísos fiscais e ocorreram entre 1992 e 2004. Diante dessa constatação, o tribunal havia decidido processar os brasileiros por "atos criminosos em detrimento da Fifa". "Eles causaram prejuízos para a Fifa por seu comportamento e enriqueceram ilicitamente."

Parte substancial da denúncia era dirigida a Havelange, acusado de não repassar pagamentos aos cofres da Fifa. Havelange era ainda acusado de "administração desleal". "Havelange usou ilegalmente ativos confiados a ele para seu próprio enriquecimento em várias ocasiões", aponta o documento. A Justiça não deixava dúvidas inclusive de sua atuação no Brasil. O cartola agiu para garantir o contrato de empresas para a transmissão da Copa de 2002 e recebeu propinas de uma delas para garantir o contrato para a transmissão do Mundial no mercado brasileiro naquele ano. Havelange "embolsava o dinheiro" e empresas o pagavam para usar sua influência como presidente da Fifa para garantir contratos.

A investigação conduzida pelo procurador Thomas Hildbrand ainda evidenciou um esquema de corrupção que fazia parte da Fifa desde os anos 1970, quando Havelange assumiu o poder. Testemunhas contam que a ISL foi usada como caixa 2. Abriu contas em paraísos fiscais como Liechtenstein e Ilhas Virgens Britânicas para receber e pagar propinas.

Teixeira também foi alvo das propinas, que recebia de empresas interessadas em usar seus serviços. Segundo a Justiça, ele presidia a federação de futebol "mais poderosa" do mundo. Com um pagamento de propina a ele, a empresa conseguia dois objetivos: influência na Fifa e garantia de contratos no Brasil.

O pagamento ao ex-presidente da CBF ocorria por meio de uma empresa que ele estabeleceu em Andorra, outro paraíso fiscal. Um intermediário era usado para transferir, em nome do brasileiro, o dinheiro para suas contas. O agente retirava os ativos em espécie e alimentava contas de Teixeira. Antes da Copa de 1998, o Brasil fez uma parada em Andorra para jogar um amistoso contra a seleção local. Pessoas que faziam parte daquela comissão técnica confirmaram ao Estado que o jogo foi uma forma de Teixeira agradecer aos atravessadores locais pelo serviço de suposta lavagem de dinheiro. O uso de Andorra pelo ex-

dirigente teria perdurado até 2004.

"Teixeira usou ilegalmente ativos confiados a ele para seu próprio enriquecimento em várias ocasiões", apontou o documento, indicando como ele agia em nome da Fifa, mas acabava embolsando o dinheiro. Só entre 1992 e 1997, recebeu US$ 12,7 milhões (R$ 25,4 milhões). O dinheiro viria de comissões de acordos entre empresas e a Fifa, para o uso do nome da Copa do Mundo, assim como para "a transmissão da Copa de 2002 no Brasil".

Para tentar se defender, os advogados contratados pela Fifa apresentaram à Justiça um argumento que era tão impactante quanto a confirmação do esquema de corrupção montado por Teixeira e Havelange. Em um dos trechos do processo, o tribunal relatava como os advogados da Fifa tentavam convencer os juízes em uma audiência de que não viam problemas na atitude de Teixeira e Havelange e alegavam que a proposta da Justiça de que os cartolas devolvessem US$ 2,5 milhões para os cofres da organização seria impossível de ser implementada. Entre os vários motivos para não pedir o dinheiro de volta, os advogados da Fifa apresentaram um argumento surpreendente: o de que a "maioria da população" de países da América do Sul e África tem nos subornos e propinas parte de sua renda "normal".

"Os representantes legais da Fifa são da opinião ainda que implementar a devolução do dinheiro seria quase impossível", indicou o documento. "Eles justificam isso, *inter alia*, com o argumento de que uma queixa da Fifa na América do Sul ou África dificilmente seria aplicada, já que pagamentos de subornos pertencem ao salário recorrente da maioria da população". Ou seja, Teixeira não devolveria o dinheiro porque, em nossa suposta "cultura", todos temos parte da renda completada por subornos.

Não vamos confundir as coisas. A corrupção existe e é endêmica no Brasil, assim como na África. Mas também existe na civilizada Suíça, na gigante Siemens da Alemanha ou nos Estados Unidos.

Mas querer justificar a dificuldade em receber o dinheiro de volta alegando que somos todos corruptos no Brasil não é apenas surpreendente como argumento legal, mas uma ousadia que beira o preconceito. Curiosamente, esse argumento sobre o suborno vem de uma entidade que sempre soube do esquema montado por Havelange e que, por anos, Blatter optou por abafar.

Quando Jérôme Valcke sugeriu que o Brasil recebesse um "chute no traseiro" pelos atrasos na Copa, um vice-presidente do COI chegou a me dizer que a Fifa havia sido "racista", adotando um ar de superioridade. Na época, achei que ele exagerava e que não poderia haver lugar para um racismo tão escancarado

assim. Mas, lendo o comentário dos advogados diante de um tribunal, me dei conta de que algum tipo de preconceito parece ainda existir, ainda que não seja baseado em raça.

As surpresas geradas pela publicação daqueles documentos da Justiça suíça pareciam não estar limitadas às 42 páginas do processo. No momento da publicação do informe, eu estava em um trem entre a Basileia e Genebra. Lia cada uma daquelas páginas do processo sem saber se ficava surpreendido diante das revelações ou com o sentimento de que aquilo era tudo o que já havíamos constatado.

Durante aquele trajeto de trem de pouco menos de três horas, eu receberia uma ligação de um número desconhecido do Brasil. Uma voz de mulher me anunciava que o senhor Antenor Madruga queria falar comigo. Eu conhecia Madruga dos tempos em que ele era o responsável no Brasil por justamente procurar o dinheiro de corruptos no exterior, bloqueá-lo e repatriá-lo aos cofres públicos nacionais. Em Genebra, em mais de uma ocasião, nos encontramos para trocar informações sobre casos como o de Paulo Maluf e suas contas na Suíça e Jersey.

Seu percurso era mesmo impressionante. Segundo seu próprio site, "entre 1996 e 2007, foi Advogado da União, tendo ocupado diversos cargos, como Secretário Nacional de Justiça, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça, Adjunto do Procurador-Geral da União, membro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e coordenador da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)".

Ele ainda foi presidente do Grupo de Peritos em Cooperação Internacional e Vice-Presidente da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. "Chefiou a delegação brasileira nas negociações de tratados de assistência mútua judiciária em matéria penal entre Brasil e Alemanha, Espanha e China, tendo participado da negociação de vários outros tratados. Foi Consultor do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC)."

Quando Madruga entrou na ligação, sua voz tímida em nada me lembrava a pessoa que eu conhecia. Logo entenderia: ele se apresentava como advogado de Ricardo Teixeira e ligava justamente para dar a versão do cartola. Segundo ele, nunca houve uma condenação e o acordo impediu até mesmo que o processo fosse adiante. A defesa do ex-dirigente brasileiro também apontava que não houve nem mesmo confissão de culpa. Anotei tudo. Mas não podia deixar de

me surpreender. Teixeira havia contratado simplesmente o maior especialista brasileiro em crimes de fraude no exterior para defendê-lo no maior caso conhecido de fraude e corrupção na cúpula da Fifa.

Como bem disse Havelange, a própria definição de malandragem era Teixeira.

FIM MELANCÓLICO

Para todos os cartolas envolvidos, aquelas revelações seriam divisores de águas em suas carreiras. Mas elas seriam especialmente impactantes para Havelange, considerado por anos como o cartola mais poderoso do mundo e o homem que, de certa forma, transformou a Fifa em um poder paralelo. Havelange, ainda nos anos 1970, entendeu rapidamente o processo de descolonização da África e da Ásia e foi buscar seus aliados naquelas regiões do mundo. Aqueles novos Estados que nasciam depois de guerras sangrentas e de milhares de mortos precisavam de uma bandeira e de um hino. Mas também de uma seleção de futebol que representasse a independência conquistada nos campos do mundo e enfrentasse de igual para igual as ex-colônias. Havelange entendeu essa necessidade e ofereceu a esses Estados um lugar em sua entidade, que logo se expandiu. Em troca, recebeu a gratidão eterna de cartolas espalhados pelo mundo, numa relação clientelista das mais básicas. Não por acaso, ele venceria cinco eleições na Fifa, justamente enquanto expandia também os lugares na Copa do Mundo de dezesseis seleções nos anos 1970 para 32 times.

Mas, mesmo com todo seu poder, ele não resistiria às revelações de sua corrupção milionária. Havelange renunciou a seu cargo de presidente de honra da Fifa, num fim melancólico para quem já chegou a ser recebido como um chefe de Estado pelo mundo. A renúncia em abril de 2013 foi feita em silêncio total e não foi comunicada nem pela Fifa e nem pelo próprio cartola até dias depois da entrega de sua carta abandonando a entidade. Fui o primeiro a publicar a história, mas apenas dez dias depois da renúncia.

Sua saída, porém, não era apenas uma queda, mas também um acordo entre ele e Blatter para que jamais fosse investigado, punido ou expulso pela própria Fifa. O Comitê de ética da Fifa, uma farsa em si mesmo, explicou na época que, como o brasileiro havia renunciado a seu cargo, não haveria como punir o cartola. Pelas leis, apenas funcionários e pessoas envolvidas com a entidade podem ser alvos de processos internos.

Assim, Havelange não seria punido e a saída foi justamente uma forma de evitar ser expulso. A decisão de renunciar encerrava de vez o caso e dispensaria a necessidade de que a entidade tivesse de passar pelo constrangimento de expulsá-lo.

Era o fim de uma era no futebol. Mas a impunidade dava sinais claros de continuar reinando. Não havia como não sentir frustração diante da constatação de que tais cartolas sempre conseguiriam escapar de alguma forma da Justiça.

A realidade é que Havelange adotaria a mesma tática no Comitê Olímpico Internacional. O brasileiro era um dos membros da entidade que, por conta das revelações de corrupção, foi obrigada a abrir um processo contra ele. A investigação levaria a uma punição de Havelange pelo COI e, acima de tudo, a uma repreensão pública, com a possibilidade de expulsão da entidade. Uma semana antes de o resultado do processo ser anunciado ao público, o brasileiro enviou uma carta ao COI em Lausanne informando que ele estava renunciando a seu cargo por "motivos de saúde". Assim, a investigação foi obrigada a ser arquivada, já que o estatuto da entidade impede que uma pessoa de fora da organização seja alvo de um processo interno.

Jacques Rogge, o então presidente do COI, foi outro aliado fiel de Havelange. Pressionado pela imprensa de todo o mundo a explicar sua atitude de arquivar o processo, o belga sustentaria que Havelange havia renunciado por questões de saúde. "Não tenho porque duvidar de seus motivos para justificar a renúncia", disse. Em mais de uma ocasião, Rogge fez questão de rasgar elogios ao papel que o brasileiro teve para o esporte mundial.

Ainda que sem uma punição, Havelange caminha para o fim melancólico de uma carreira de poder e influência, mas também de atitudes polêmicas. Em seu livro *Foul*, o inglês Andrew Jennings conta parte dessa história, com revelações de como o ex-presidente da Fifa teria usado a Seleção Brasileira para obter votos das federações e se tornar o presidente da entidade em 1974.

De acordo com o autor do livro, o então presidente da CBD levava a seleção tricampeã do mundo na época para jogar em "países amigos" e deixava a renda das partidas inteiramente para os organizadores do amistoso. O livro ainda faz questão de mostrar como Havelange mantinha boas relações com diversos regimes militares no mundo, inclusive o brasileiro. Segundo Jennings, o presidente da Fifa "prometia dar um pouco de prestígio ao regime desacreditado (no Brasil) e os generais estavam prontos a fazer todo o possível para ajudá-lo".

Enquanto o mundo criticava a Copa de 1978 por ser realizada em um dos

períodos mais duros da ditadura argentina, Havelange afirmava que o Mundial mostrava "finalmente a verdadeira cara da Argentina". Em outro episódio, o livro mostra que ele enfrentou organizações de direitos humanos ao designar a Nigéria, durante o regime de Sani Abacha, para realizar o Mundial de Juniores em 1997.

Havelange também teria descoberto, já nos anos 1970, o poder de suas alianças com os patrocinadores. O livro de Jennings, escritor consagrado e que provocou a demissão de membros do Comitê Olímpico Internacional graças a suas revelações nos anos 1990, narra que Havelange teve o apoio fundamental da Adidas para ser eleito para o cargo na Fifa nos anos 1970. Horst Dassler, presidente da Adidas, decidiu apoiar o brasileiro contra o então presidente da Fifa, o britânico Stanley Rous. Na noite anterior ao voto, Dassler teria colocado por baixo da porta dos quartos do hotel onde se realizava o evento envelopes com dinheiro aos delegados indecisos para que votassem por Havelange. Assim, o brasileiro venceu as eleições por 68 votos contra 52, criando uma surpresa internacional. Em pouco tempo a Adidas foi recompensada. Dassler ganhou o poder exclusivo de comercialização dos direitos da Fifa. Em 1976, Dassler foi quem conseguiu levar a Coca-Cola para patrocinar os projetos de Havelange, entre eles o de ampliar a Copa do Mundo. A Adidas ainda seria recompensada com acordos para fornecer uniformes para dezenas de seleções pela África.

Quarenta anos depois, Havelange viveria uma situação radicalmente diferente ao ter de renunciar a seus cargos para tentar de forma desesperada salvar pelo menos sua dignidade. Seu esquema de propinas seria revelado não apenas no Brasil, mas seu nome ficaria marcado em toda a imprensa internacional como sinônimo de corrupção e de um estilo de comandar o futebol baseado na personificação do poder e no coronelismo.

Nem a Fifa e nem o COI o puniram. De fato, a Fifa continua pagando sua aposentadoria, apesar da constatação de que ele fraudou a entidade. Mas a realidade é que seu último troféu pode também ser retirado: o estádio que será usado para a Olimpíada de 2016 e que leva seu nome.

Já em Londres nos Jogos de 2012, uma coletiva de imprensa concedida pelo Brasil para anunciar como seria o evento quatro anos depois acabaria sendo marcada pelo ataque feroz de dezenas de jornalistas estrangeiros, que queriam saber como o COB e o Rio mantinham o nome de Havelange no estádio, mesmo depois de todos os escândalos. Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB, insistia que não via qualquer problema nisso e que Havelange era "um grande brasileiro".

EXÍLIO DOURADO

Já Ricardo Teixeira optaria por outra via para escapar da humilhação pública, confirmando a tese de Havelange de que ele era a definição mais exata de malandragem. No dia 12 de março de 2012, Teixeira anunciou sua renúncia do cargo de comando do futebol brasileiro. Na verdade, ele sequer anunciou sua saída. No momento da revelação de que seu reinado havia terminado, ele já estava em sua mansão em Boca Raton, na Flórida, longe da sede da CBF no Rio de Janeiro.

A realidade é que Teixeira começou a preparar sua saída meses antes de qualquer suspeita de que ele fosse deixar a entidade. De um lado, ele sabia que não tinha mais aliados na Fifa. Blatter estava disposto a ver seu principal adversário ser exposto por conta da corrupção. Bin Hammam, que apoiaria Teixeira, havia sido excluído da Fifa ao ser pego dando dinheiro a cartolas para votarem por ele nas eleições de 2011. O xeque era a aposta do brasileiro para frear qualquer processo público. Não por acaso, Teixeira foi um dos cartolas da Fifa que deu seu voto para que o Catar recebesse a Copa do Mundo de 2022, uma candidatura considerada um escândalo em todos os sentidos.

No Brasil, sua situação também já não era das mais cômodas depois do fim do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, um político que soube usar e abusar do futebol. Teixeira tinha em Lula um aliado e em mais de uma ocasião tentou retribuir o favor. O presidente da CBF chegou a contratar certos funcionários que serviam ao Palácio do Planalto quando o mandato do presidente terminou.

Todavia, ao contrário do presidente corintiano que abriu suas portas para o dirigente da CBF, Dilma Rousseff ordenou que sua equipe mantivesse distância de Teixeira. Em todo seu mandato, não o recebeu em nenhuma ocasião. Ela se recusava a sair em fotos com o cartola e, na prática, fechou o Palácio do Planalto para Teixeira.

Já as denúncias, polêmicas e todo tipo de acusações continuavam a se proliferar, inclusive com insinuações de que o Ministério Público poderia mergulhar de cabeça nos negócios do cartola. Vendo que seu barco estava afundando e que politicamente não contava com o mesmo apoio dos últimos anos, Teixeira passou a planejar cuidadosamente seu exílio.

A preparação começaria seis meses antes do anúncio de sua renúncia, renúncia essa que já era conhecida pela Fifa. Em um primeiro momento, a Fifa

recebeu a informação de que Teixeira deixaria de acumular as funções de presidente da CBF e presidente do Comitê Organizador da Copa, o que acabou ocorrendo ainda em 2011.

A esperança dentro da entidade era de que, com a mudança, a relação entre os cartolas em Zurique e o governo fosse facilitada. A decisão de Dilma Rousseff de fechar suas portas para Teixeira estava impedindo qualquer diálogo entre os organizadores da Copa, a Fifa e o governo. Na preparação da Copa do Mundo, os problemas se acumulavam e os atrasos já eram evidentes em 2012.

Três meses antes da renúncia, a Fifa também seria informada do próximo passo de Teixeira e de sua ida para Miami. Para a entidade em Zurique, a meta era a de ter garantias de que os acordos e compromissos verbais com a CBF seriam mantidos para a Copa. Jérôme Valcke, ao contrário de Blatter, havia construído uma relação de amizade com Teixeira, chegando a ir a sua fazenda no Brasil em helicóptero. Em coletivas de imprensa em Zurique, Valcke combinava com Teixeira antes do evento o que diria para os jornalistas, assumindo que falava em nome da Fifa pontos que, no fundo, eram defendidos pelo brasileiro. O caso da exclusão do Morumbi da Copa em 2010 e a construção do Itaquerão com a ajuda de Lula, por exemplo, havia sido uma decisão pessoal e política de Teixeira. O estádio do São Paulo em si jamais foi o único problema. Ele apenas foi instrumentalizado. Mas a CBF convenceu a Fifa a anunciar que a opção de excluir o estádio do São Paulo havia sido da organização.

Para a Fifa, naquele momento de crise, o importante na transição era ter um novo dirigente que representasse uma continuidade, pelo menos em termos comerciais, e que não colocasse em questão os arranjos entre a entidade e a CBF. Teixeira também ocupava um cargo no Comitê Executivo da Fifa e um substituto para ele teria de ser encontrado. Não por acaso, a escolha do novo representante foi negociada com antecedência. A continuidade também interessava para Teixeira. O objetivo seria o de não perder o espaço do Brasil dentro da organização e, ao mesmo tempo, manter uma pessoa na cúpula da Fifa que defenderia os interesses do cartola, inclusive o blindando de eventuais novos processos.

O nome de Marco Polo Del Nero, presidente da Federação Paulista de Futebol, foi indicado semanas antes da queda de Teixeira e seria confirmado pela Fifa dias depois da renúncia. Como recompensa por ter sido um fiel aliado de Teixeira, Del Nero seria indicado à vice-presidência da CBF.

Durante o ano de 2012, Del Nero deu mais de uma demonstração de que

mantinha um posicionamento parecido ao de Teixeira em temas dentro da Fifa. Logo em sua primeira reunião, declarou à imprensa que não acreditava que a Fifa teria de passar por reformas profundas depois dos escândalos de corrupção. Ele defendeu acordos assinados por Teixeira com parceiros comerciais da seleção e manteve uma postura crítica, nos bastidores, em relação ao governo, exatamente como seu antecessor.

Em uma ocasião, no lobby de entrada da Fifa em Zurique, escutei do próprio Del Nero a dimensão do confronto que os cartolas mantêm com o governo. Numa conversa reservada com o dirigente uruguaio, Eugênio Figueredo, Del Nero foi taxativo. "Nós temos um ministro do Esporte que é um comunista alucinado", disse, em relação a Aldo Rebelo. Ao ver que eu estava ao lado, o cartola pegou no braço do uruguaio e o afastou para continuar a conversa. O "comunista alucinado" foi um dos que, uma década antes, tentava fortalecer a CPI para investigar os contratos da CBF com a Nike.

Entre os parceiros comerciais, o trabalho de Teixeira para costurar uma transição sem prejuízos também levou meses. Já em julho de 2011, agentes que atuam em acordos comerciais entre seleções foram informados de que uma transição estaria ocorrendo. Entre os parceiros da CBF, a corrida foi para perpetuar contratos e assegurar lucros, mesmo com Teixeira oficialmente fora.

Em novembro, no Catar, Teixeira aproveitou uma partida amistosa da Seleção Brasileira contra a Argentina para renegociar acordos até 2022. Um deles deu o direito à empresa árabe ISE de realizar os amistosos da seleção por dez anos e, curiosamente, por um preço inferior ao que pagava desde 2006. A empresa teria monopólio sobre a seleção. No Natal de 2011, executivos e intermediários ainda viajariam até a fazenda de Teixeira no Brasil para redesenhar os acordos que ainda estavam vigentes e permitir que a transição de poder não afetasse os entendimentos.

Faltava apenas encontrar um cartola que estivesse disposto a assumir a presidência da CBF sem questionar absolutamente nada, sem mudar uma só linha dos acordos comerciais e sem abrir qualquer tipo de investigação sobre o passado da entidade. O escolhido foi José Maria Marin, ex-governador de São Paulo e praticamente um aposentado.

Em mais de uma ocasião questionei Marin se ele não mudaria o contrato que a CBF mantinha com a ISE, assinado por Teixeira semanas antes de ele deixar o poder e ampliando os direitos sobre a Seleção Brasileira para os árabes por dez anos. Marin apenas dizia: "Não podemos. Temos que cumprir contratos".

O contrato deixado por Teixeira com a ISE era de fato surpreendente. Em

2006, a CBF vendeu os direitos de que amistosos fossem organizados para a seleção por US$ 1,15 milhão por jogo realizado. Em 2012, na renovação do acordo, o acordo passou a prever que a CBF receberia 15% a menos até 2022. Isso tudo num período em que o Brasil era o foco da atenção mundial e num momento de Copa do Mundo no Brasil. Só isso já daria à CBF espaço para conseguir um acordo com valores superiores aos de 2006. Nem mesmo a inflação nesse período foi contabilizada para renovar o contrato. No mundo dos esportes, a pergunta que todos fariam era simples: por que motivo Teixeira assinou um acordo renovando os direitos sobre a seleção por um preço mais baixo e sabendo que deixaria o poder?

Meses depois, eu entenderia que, de fato, a organização de amistosos havia se transformado numa máquina de fazer dinheiro, enquanto as partidas eram vendidas ao público como "testes importantes" na preparação do Brasil para a Copa do Mundo.

Cartolas passaram a desviar milhões de dólares a partir da organização de jogos, transferindo renda de bilheteria entre paraísos fiscais e revelando um lado obscuro da globalização do futebol.

Contratos secretos que eu obtive revelam um esquema de enriquecimento de alguns dirigentes graças à Seleção Brasileira e seus amistosos. Não é de hoje que se desconfia que partidas da seleção serviam muito mais para atender a motivos financeiros do que esportivos. O que esses documentos mostravam é que parte do dinheiro pago à CBF como cachê para enfrentar a seleção não era depositada em contas no país, mas sim em empresas registradas em paraísos fiscais. Assim, nem todo o dinheiro que saía das federações estrangeiras, direitos de imagem, bilheteria ou governos de outros países para receber a seleção era enviado ao Brasil. O dinheiro não servia para fortalecer a CBF ou o futebol nacional. A renda ia para o bolso de dirigentes, sem qualquer tipo de controle.

Questionei Marin em um hotel de luxo na Basileia sobre o que ele sabia desses contratos. Nervoso e sem deixar que eu continuasse a falar, o cartola apenas repetia. "Desconheço, desconheço", enquanto segurava meu braço.

Mas o documento que eu tinha em mãos não deixava qualquer dúvida sobre a existência dos desvios de dinheiro. O sistema era relativamente simples.

A ISE detinha o monopólio dos direitos sobre a Seleção Brasileira. Em troca de explorar a marca e vender a emissoras de todo o mundo o direito de transmitir jogos do Brasil, a empresa era obrigada a encontrar um estádio e um adversário para enfrentar a seleção. A cada jogo, a CBF receberia cerca US$ 1,1 milhão em pagamento da ISE. Mas a renda real era bem maior e o restante do

dinheiro — cerca de US$ 450 mil — não era contabilizado na entidade e era depositado em contas secretas.

Pelo contrato, um terço de rendas de 24 jogos da seleção a partir de novembro de 2006 era redirecionado para a Uptrend Development, uma empresa com sede nos EUA. O documento era assinado por um certo Alexander R. Feliu, ou mais conhecido no mundo do futebol como Sandro Rosell, velho parceiro de Teixeira, chefe da Nike no Brasil no momento do acordo com a CBF e, mais recentemente, o presidente do poderoso e milionário Barcelona.

No contrato, assinado entre a ISE e Rosell, fixava-se cerca de US$ 450 mil que, a cada jogo da Seleção, seriam transferidos para Rosell, sem qualquer serviço prestado em troca. No total, US$ 8 milhões acabaram sendo repassados para o dirigente catalão.

O percurso do dinheiro era de fato rocambolesco. A ISE, registrada nas Ilhas Cayman, passaria o dinheiro para a empresa de Rosell, sediada em New Jersey, nos EUA. Fui procurar o endereço da empresa americana e me deparei com outra surpresa: a companhia sequer existia fisicamente. Seu endereço era apenas de fachada.

Oficialmente, a Uptrend ficava na pequena cidade de Cherry Hill, a 140 km de Nova York, no estado de New Jersey. É um prédio de salas de aluguel, e a empresa responsável fornece uma secretária para pegar recados. Mas ela trabalha para uma dezena de companhias que alugam o mesmo serviço, criando assim escritórios virtuais, uma boa alternativa para quem apenas usa o nome de uma empresa para desviar dinheiro ou legitimar pagamentos.

No endereço do registro, a empresa de Rosell ficaria no escritório número 105 da Church Road, número 811. Segundo informou a empresa que aluga o local, o escritório 105 é apenas uma sala de reuniões que qualquer um pode alugar para promover seus encontros. “Essa empresa não existiu fisicamente”, garantiu a secretária do local, que pediu para não ser identificada. “Eu trabalho aqui há dez anos e garanto que eles não existem fisicamente”, insistiu. Em outros documentos, a Uptrend aparece como tendo sido criada em março de 2006 já nesse endereço na cidade de 69 mil habitantes em New Jersey. O registro da empresa teria sido cancelado em abril de 2013.

Na realidade, a Uptrend nem sequer recebia o dinheiro dos amistosos nos EUA. A empresa solicitava à ISE que fizesse grande parte dos depósitos de seu acordo milionário em Andorra, um paraíso fiscal com leis que permitem o sigilo de contas bancárias e seus proprietários. O destino do dinheiro, segundo os documentos, foi o ANDBANK, que conta ainda com escritórios em São Paulo.

A ligação de Andorra com Teixeira e a CBF não era uma novidade. Os documentos da Justiça suíça de 2012 apontam que, no caso da empresa de marketing ISL, Teixeira recebia as propinas justamente em Andorra. Um intermediário era usado para então transferir, em nome do brasileiro, o dinheiro para suas contas. O agente retirava os ativos em espécie e alimentava contas de Teixeira.

No total, a Justiça suíça identificou transferência de mais de US$ 4,7 milhões para a conta 4004028 em nome do cartola em Andorra. Os subornos ainda eram alimentados por outras quatro contas abertas entre 1998 e 2001, indicadas apenas com os códigos CQUE 206-P0078232.0, CQUE 206-P0078233.0, CQUE 206-P704605.60L e CQUE 206-P790860.70P.

Mas as ligações entre a CBF e Rosell não terminariam no acordo de 2006. Um contrato para realizar dez amistosos da Seleção Brasileira em 2012 garantiu o desvio de mais 3 milhões de euros. O primeiro jogo do esquema foi realizado no dia 14 de novembro de 2011, entre Brasil e Egito. O técnico Mano Menezes levou um time com jogadores que seriam testados, entre eles Jonas, Bruno Cesar e Elias.

O local da partida entre Brasil e Egito seria o Catar, justamente o país que mantinha acordos milionários com Rosell. Foi o mesmo cartola que havia rompido décadas de tradição e colocado uma publicidade da Qatar Foundation na camisa do Barcelona.

O "pacote" de dez amistosos incluiu jogos do Brasil contra a Bósnia, contra a Dinamarca em Hamburgo e uma turnê de três jogos nos Estados Unidos. Mas foram dois jogos que chamaram a atenção. A CBF levou a seleção ao interior da Polônia para um jogo contra o Japão, em plena semana e num horário de trabalho da população local. Não por acaso, quando a Seleção entrou em campo, o estádio estava praticamente vazio. O horário foi escolhido não para atender à população local, mas para que as televisões no Japão mostrassem a partida em um horário nobre.

Outro jogo no mesmo esquema foi contra o Iraque, naquele momento comandado pelo técnico Zico. O problema: o jogo ocorreu na Suécia, na cidade de Malmo, e teve um dos menores públicos da história da Seleção. Na época, até Zico se queixou da partida. "Eu pedi para jogar contra o País de Gales e me deram o Brasil", atacou, insistindo que a partida "não fazia o menor sentido."

Em apenas uma semana, o Brasil jogou contra o Japão no interior da Polônia e contra o Iraque na Suécia. Fui a ambos os jogos e não havia como achar

aquele esquema "normal". Mais curioso foi encontrar, no lobby do hotel onde a seleção se hospedava na Polônia, representantes de escritórios suíços especializados na abertura de contas secretas. Naquela semana, mais de um jogador da seleção se reuniu com esses representantes enquanto estavam "concentrados" para os dois jogos amistosos.

Enfim, se alguém ainda tinha alguma dúvida sobre a função dos amistosos da Seleção Brasileira, a resposta está nesses contratos e esquemas: a utilização de um time nacional e a farsa de jogos internacionais para garantir lucros para poucos. O resto — do técnico aos jogadores, passando por comentaristas e correspondentes esportivos que, em toda boa fé, analisam esses jogos amistosos — é perfumaria.

Rosell jamais respondeu aos meus pedidos de esclarecimento. O Barcelona também não se deu ao trabalho nem mesmo de enviar um email negando as informações. O que Rosell fez naquele momento foi dar uma entrevista pré-gravada a uma rádio de confiança em Barcelona para esclarecer que aquele dinheiro não era propina. Segundo ele, seriam "honorários". O que jamais explicou é que tipo de serviços ele prestou à Seleção Brasileira em troca dos mais de US$ 10 milhões que recebeu entre 2006 e 2012.

Rosell, que pouco tempo depois pediu demissão da presidência do Barcelona por conta de outros escândalos, ainda seria confrontado com mais uma revelação. No ano em que saiu da CBF para seu exílio, Teixeira pediu residência em Andorra e, coincidência ou não, quem tramitou o processo foi justamente uma empresa de propriedade do dirigente do Barcelona e com sede no principado. Rosell não apenas recebia em Andorra "honorários" por jogos da seleção, mas ajudou Teixeira a ser residente daquele mesmo lugar.

Por um ano, Andorra concedeu a residência ao brasileiro. Segundo o governo do principado, Teixeira pediu a residência no local em setembro de 2012 e apresentou naquele momento documentos da Polícia Federal e do Ministério da Justiça que mostravam que tinha ficha limpa. No dia 14 de novembro de 2012, a residência lhe foi garantida por um prazo de um ano. Entre as exigências, Andorra solicitava que Teixeira investisse 400 mil euros na compra de um imóvel e depositasse 50 mil euros em uma conta de um banco local. Para completar, teria de passar três meses do ano em Andorra.

O interesse de Teixeira pelo principado não era a possibilidade de estar perto dos Pirineus e nem o fato de respirar o ar puro das montanhas. A realidade é que Andorra e Brasil não contam com acordos de extradição, o que significa que se um dia Teixeira fosse condenado no Brasil, não poderia ser entregue

pelas autoridades do país. Enfim, um exílio quase perfeito.

Mas, no principado encravado entre a Espanha e a França, o governo não disfarçou o mal-estar diante de minhas revelações sobre o envolvimento de Teixeira e Rosell nos escândalos da CBF, que ganharam todos os jornais espanhóis. Nos bastidores, o governo temia ficar manchado por ter dado residência a uma pessoa que a Justiça suíça indiciara por corrupção. Para justificar a mudança de opinião sobre a permanência de Teixeira em seu território, Andorra alegou que o cartola brasileiro não estava cumprindo a exigência de passar pelo menos três meses do ano no Principado.

Assim como fez na Fifa, na CBF e no próprio Brasil, Teixeira se antecipou a uma eventual expulsão e de forma "voluntária" renunciou a sua residência no paraíso fiscal no final de 2013.

Mas teria Teixeira deixado também o comando real do futebol brasileiro ao se mudar para Miami? Estaria ele ainda ditando as regras da CBF?

Os contratos são os mesmos, os parceiros comerciais são os mesmos, os novos dirigentes são seus aliados e até mesmo o assistente que leva a pasta de Marin, seus documentos e seu telefone em suas viagens, Alexandre da Silveira, é o mesmo que atuava como braço direito de Teixeira.

Parceiros comerciais não negam que, quando precisam tratar de assuntos delicados, sabem que uma resposta na CBF pode levar alguns dias para ser dada. Afinal, ela primeiro precisa passar por Miami.

Em uma entrevista a um programa de televisão na Alemanha em outubro de 2013, Marin se mostrou surpreendentemente claro: Ricardo Teixeira continuava fazendo parte da vida da entidade máxima do futebol brasileiro. "Ele colabora com a CBF", declarou Marin. A entidade nunca negou que Teixeira continuava, mesmo depois de sua saída, na ficha de salários da CBF, por seus trabalhos como "consultor internacional" e como alguém que poderia "captar" patrocínios no exterior.

Marco Polo Del Nero, vice-presidente da CBF, também seria entrevistado pela televisão alemã e resumiria o que era a "nova CBF": "As pessoas mudaram, mas o projeto é o mesmo".

5. A Copa já acabou

Antero Greco, experiente jornalista de esportes, sempre dizia uma frase nas coberturas que fazíamos em uma Copa do Mundo. Segundo ele, quando a bola começa a rolar na primeira partida do torneio, a Copa já acabou. É verdade. Nas equipes que formamos para cobrir esses grandes eventos esportivos, semanas e meses de trabalho se acumulam à espera dos Mundiais. São reportagens sobre as seleções, sobre os estádios e prognósticos quase sempre furados de quem será o campeão. São também meses de expectativas, de planejamentos, de cálculos e, para muitos de nós repórteres, a realização de um sonho profissional — e eu diria de um sonho de infância — de estar não apenas em uma Copa do Mundo, mas entre os atores do grande evento mundial. Quando o apito inicial é dado na primeira partida de um Mundial, a realidade é que já estamos na reta final da cobertura.

Tomo a liberdade para emprestar, sem autorização expressa, a frase de Antero Greco, ainda que com um sentido um pouco diferente. A Copa já acabou.

A Copa do Mundo de 2014 no Brasil já acabou para o Brasil. O que foi erguido é o que teremos como legado. Não há nada mais a esperar. Não há milagres até o dia 12 de junho. O que seria feito já foi feito. E o que não foi erguido talvez jamais o será e ficará em alguma gaveta guardado.

Em junho de 2013, eu e o repórter Leonardo Maia entrevistamos o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, em um hotel de luxo no Rio de Janeiro durante a tumultuada Copa das Confederações. Faltando um ano para a Copa do Mundo, o dirigente da Fifa foi claro: o Brasil não passaria por uma revolução no que se refere à infraestrutura entre aquele momento e a Copa, um ano depois. Ele tinha toda razão.

O Mundial de 2014 foi — e digo expressamente no passado — uma oportunidade perdida ao país. Onde estão as obras, os aeroportos que nos foram prometidos, o trem de alta velocidade Rio-São Paulo? Onde estão os ganhos sociais?

A falta de um legado social ou de infraestrutura é tão evidente que até mesmo o Palácio do Planalto e a Fifa abandonaram essa mensagem no seu marketing da Copa. Na entidade máxima do futebol e dentro do governo, a estratégia

passou a ser a de falar sobre a bola, sobre a paixão do brasileiro pelo esporte e em insistir que o foco agora é o de concentrar todos os esforços para levantar a taça, apagar o trauma da derrota contra o Uruguai em 1950 e sair com o sentimento de que somos os melhores do mundo.

Longe das câmeras, fontes na Fifa confirmam que estão preocupadas com os protestos e insistem que as forças de ordem terão de atuar para garantir a competição. Mas, publicamente, o discurso é outro. A nova estratégia ficou clara no pronunciamento pré-gravado realizado pelo presidente da Fifa, Joseph Blatter, para marcar os cem dias para a Copa, no dia 4 de março. "Agora todos os problemas estão sob controle e daqui a cem dias haverá um início excepcionalmente bom para uma competição excepcional: a Copa do Mundo da Fifa no Brasil, o país do futebol. Eles [os brasileiros] receberão o torneio de braços abertos e com todo o coração", disse Blatter.

"É especial uma Copa no Brasil porque, se dizem que o futebol foi organizado ou inventado pelos britânicos — no mínimo organizado, principalmente pela Inglaterra —, eu preciso lembrá-los de que o país onde surgiu o futebol-arte é o Brasil", insistiu o suíço. "O espírito brasileiro e a capacidade do Brasil de jogar futebol fazem desta uma Copa do Mundo muito, muito especial. E também porque a última Copa no Brasil foi organizada em 1950 e vocês lembram que o país perdeu a decisão no Maracanã para o Uruguai, então agora todos os brasileiros esperam que a seleção seja campeã em casa. É por isso que existe uma expectativa tão grande, e tenho certeza de que o torneio será um enorme sucesso."

Ao marcar os cem dias para a Copa, Blatter não fez uma só referência ao fato de que os aeroportos não estavam prontos e de que não haveria tempo para testar todos os estádios. A campanha da Fifa entrava em uma sintonia deliberada com a estratégia do governo brasileiro, que também já deixava de lado o discurso sobre o legado da Copa para concentrar sua mensagem institucional e sua publicidade na paixão do brasileiro pelo futebol.

Logo após a Copa das Confederações, o governo encomendou um informe sobre o impacto dos protestos e o sentimento nacional sobre a Copa. Em mais de quatrocentas páginas de avaliação, a pesquisa mostrou ao Palácio do Planalto uma rejeição importante em relação ao evento esportivo que acontece poucos meses antes das eleições presidenciais em 2014.

O estudo é revelador e não esconde a frustração que o Mundial representa em termos de promessas quebradas. "Havia grande expectativa de que os benefícios sociais e de infraestrutura da Copa seriam concretos e permanentes", diz o

documento. “Esse sentimento está se convertendo em percepção de maquiagem e que tudo voltará a ser como antes quando a Copa terminar.”

Entre as recomendações, a pesquisa sugere ao governo que use mais a palavra “fiscalizar” sempre que mencionar os estádios, alguns dos mais caros da história do futebol. Mas, entre as sugestões, também está a de colocar o futebol no centro do discurso, e não como um instrumento para garantir uma melhor condição social à população. O governo, assim como fez a Fifa, abandonaria o discurso sobre o legado. Dilma Rousseff, orientada por Nizan Guanaes, passaria a adotar à exaustão o termo “Copa das Copas” para se referir ao evento, conforme revelado pela *Folha de S.Paulo* em 9 de fevereiro de 2014.

Nenhuma palavra mais sobre os ganhos sociais. Nenhuma palavra mais sobre o impacto para a vida das pessoas nas grandes cidades.

Nessa estratégia, Dilma ainda faria uma visita à Fifa para mostrar a sintonia entre ela e Blatter. A visita, no início de 2014, reuniu dois líderes que, apesar da fachada amistosa, não perdem uma oportunidade de se atacar nos bastidores. Trabalhando como correspondente na Europa, eu tive, nos últimos anos, a oportunidade de cobrir tanto os assuntos esportivos quanto as visitas presidenciais e diplomáticas do governo brasileiro.

Os bastidores dessas coberturas são sempre mais reveladores que o discurso oficial dos políticos. Nas viagens presidenciais de Dilma, por exemplo, não são poucos os ministros e assessores que confessam a irritação do governo em relação à Fifa, sua equipe e especificamente a Joseph Blatter. Em diversas ocasiões, funcionários do Palácio do Planalto se surpreenderam diante do comportamento do *staff* de Blatter em Brasília, ocupando salas, pedindo para ligar televisões em escritórios do governo para assistir a jogos e fazendo exigências.

Do lado da Fifa, a reação contrária ao governo é também um fato nos bastidores. A começar pelo próprio presidente da entidade, que não perde uma só ocasião para alfinetar Dilma sempre que uma entrevista acaba e o microfone é desligado.

Publicamente, porém, a nova estratégia para resgatar a Copa obrigou Dilma e Blatter a se darem as mãos, sorrir e trocar elogios mútuos. “Essa será uma grande Copa”, afirmou Blatter em janeiro, ao receber Dilma pela primeira vez na sede da Fifa. “É uma questão de confiança, recíproca. A Copa vai acontecer no Brasil. É o país do futebol e não há melhor país para o futebol”, disse. A ordem era deixar as críticas de lado. “Não haverá problemas. No final tudo se resolve, principalmente no Brasil”, disse.

Dilma também deu suas garantias. "Estamos preparados", insistindo que as obras de mobilidade urbana e outras serão concluídas. "Os estádios são obras relativamente simples", garantiu. "O governo fará todo o empenho para fazer a Copa das Copas. Isso inclui estádios, aeroportos, portos. Tudo o que for necessário", disse.

A operação de marketing não tinha qualquer relação com a realidade. Os dois vinham de uma longa reunião em Zurique repleta de problemas e de cobranças. Mas a ordem era a de blindar o Mundial.

O governo e a Fifa montaram um grande teatro, com direito a um palco com a taça da Copa, a bola oficial e bandeira do Brasil. A solução para não estragar a festa foi simplesmente proibir os jornalistas de fazer perguntas, algo que confesso que nunca tinha visto em uma coletiva de imprensa. Por que não responder às perguntas dos jornalistas brasileiros e internacionais? Será que alguém teria a ousadia de perguntar sobre os estádios que não estavam prontos, sobre o fato de que o legado é questionável, sobre o fato de que nunca o apoio popular à Copa foi tão baixo? Será que Dilma e Blatter não estavam preparados para responder sobre sua "nova amizade"? Será que teriam de dizer que o conteúdo da reunião que acabavam de ter era secreto? Será que teria de ficar claro para a sociedade brasileira que decisões que envolviam o dinheiro público não seriam informadas aos contribuintes?

Ironicamente, se um dos objetivos da reunião era o de mostrar que o Brasil estaria pronto, nenhum jornalista precisou fazer perguntas para notar que Dilma chegou à sede da Fifa com trinta minutos de atraso. A Fifa esperou, uma constante nos últimos anos.

Mas a mudança na estratégia de comunicação da Fifa e de Dilma não está baseada apenas na percepção popular e em pesquisas de opinião. A realidade é que dezenas de projetos e promessas jamais saíram sequer do papel. Mesmo entre os planos previstos, nem todos serão entregues, mesmo com os mais de sete anos que o Brasil teve para se preparar para a Copa. Não me canso de lembrar a frase dita por Ricardo Teixeira uma década antes, a de que o Brasil, por ser o único candidato na América do Sul para realizar a Copa, teria mais tempo para se preparar. Até Blatter chegou a dizer isso, em uma conversa com um jornalista suíço que acabou vazando para a imprensa. Segundo ele, nunca um país teve tanto para se preparar para uma Copa. E nunca um país esteve tão atrasado como o Brasil.

Não foi por falta de um plano. Em 2010, o governo anunciou um ambicioso projeto que usaria a Copa para transformar de uma vez por todas a vida dos

moradores de grandes cidades. No total, a Matriz de Responsabilidades assinada pelo governo em 2010 estipulava que dezenas de obras seriam realizadas para a Copa, com um gasto de mais de R$ 26 bilhões, incluindo os estádios. Mas a existência da lista e do dinheiro do governo não foi garantia de que essas obras estivessem prontas.

Uma das provas disso são os aeroportos, uma das grandes promessas do governo como legado da Copa. Em um evento em Genebra em dezembro de 2013, a poderosa Associação Internacional de Transporte Aéreo indicou que o Brasil realizará o Mundial com terminais com "tapa-buracos". Em Belo Horizonte, a reforma de terminais e a construção de uma terceira ala não estarão prontas para a Copa. A reforma no aeroporto de Manaus também não será realizada antes do torneio. Em Porto Alegre, nem a ampliação da pista de pouso e nem o pátio serão entregues dentro do prazo.

Em Recife, a nova torre de controle que havia sido anunciada não será sequer erguida. No Rio de Janeiro e em Salvador, as obras dos aeroportos serão entregues apenas parcialmente. Até o diretor técnico da seleção, Carlos Alberto Parreira, criticou o "descaso" das autoridades em relação às obras da Copa.

No que se refere à mobilidade urbana, dezenas de obras serão entregues apenas parcialmente ou simplesmente ficarão para depois de os turistas terem deixado o Brasil. O jornalista Almir Leite, do Estado de S. Paulo, publicou no dia 10 de fevereiro de 2014 um dos levantamentos mais completos desse segmento.

De 41 intervenções previstas na última versão da Matriz de Responsabilidades, apenas cinco estavam concluídas até fevereiro e tudo indica "muita poeira e lama" às vésperas da Copa. Das obras já terminadas, porém, nenhuma é de grande envergadura. Elas incluem a Estação Cosme e Damião do metrô e o Viaduto da BR-408, em Pernambuco (intervenções próximas ao estádio); as vias de acesso à Fonte Nova, em Salvador; o corredor de ônibus Arrudas/Teresa Cristina, em Belo Horizonte; e a reforma do Terminal Santa Cândida, em Curitiba.

Em Recife, quatro das sete obras de mobilidade que eram previstas não estarão prontas. Existem casos extremos. O processo de licitação para a calçada do entorno do Beira-Rio, em Porto Alegre, ainda não foi lançado. Outro exemplo é a construção do VLT (veículo leve sobre trilhos) entre Cuiabá e Várzea Grande, no Mato Grosso. O governo em diversas ocasiões insistiu que tal projeto só saiu do papel graças à Copa. Mas o Mundial vai acontecer e, até fevereiro de 2014, apenas 5,7 km dos 23 km do percurso estavam concluídos.

Em Brasília, a ampliação da estrada DF-47 tem sua entrega prevista para maio, dois anos e meio depois do prazo, que havia sido inicialmente fixado em 2010.

Para deixar de passar vexame, o governo passou a adotar uma estratégia que beira a hipocrisia. Obras que não estiverem prontas serão simplesmente retiradas da lista da Matriz de Responsabilidade. Assim, ninguém pode acusar o governo de não ter entregado um projeto.

Em janeiro de 2010, quando a Matriz foi anunciada, o governo previa 56 obras de mobilidade e um investimento de R$ 15,4 bilhões. Na época, o valor era três vezes o que se gastaria com estádios e, para os organizadores, uma prova de que o Brasil estava disposto a usar o Mundial para mudar a cara de suas cidades.

Mas, quatro anos depois, quinze obras foram eliminadas dos planos e os gastos previstos eram de apenas R$ 8 bilhões, menos do que o investimento em estádios. Não por acaso, Dilma, sua equipe e a Fifa abandonaram o discurso sobre o legado da Copa.

No setor do turismo, a situação é ainda mais grave. Um relatório do Tribunal de Contas da União, divulgado em fevereiro de 2014, dá a dimensão dos atrasos. Apenas 16% dos contratos de infraestrutura turística serão concluídos até 12 de junho. Dos 37 contratos previstos, nenhum havia iniciado de fato suas obras até final de janeiro. Apenas seis iniciaram ou concluíram as licitações para as obras.

No final, serão 41 obras de mobilidade urbana, 29 em aeroportos e seis com os portos. A lista ainda inclui 42 projetos de segurança pública, além de noventa no setor do turismo e 72 em telecomunicações.

Mas, faltando cem dias para a Copa, apenas 18% das obras de infraestrutura haviam sido entregues. Delas, apenas quatro de um total de 81 obras foram fechadas dentro do prazo estipulado originalmente. Meros 5%. Em comparação aos valores e ao plano de 2010, mais de trinta obras tiveram preços mais altos que o previsto.

Enfim, a Copa terminou. Mas não as obras e muito menos a conta que ela deixará. Na verdade, muitas dessas obras nem começaram. Sete anos depois da escolha do Brasil para sediar o Mundial, as constatações do que foi feito são um espelho invertido das previsões e promessas iniciais. Num informe de outubro de 2007, a Fifa considerou que o Brasil tinha um orçamento "bem preparado" e que "não havia dúvidas" do compromisso do Brasil de atender às exigências da entidade. O informe foi produzido e assinado por Hugo Salcedo, que coordenou a primeira inspeção no Brasil entre agosto e setembro de 2007.

Hoje, esse informe é uma obra de ficção, uma coleção de promessas quebradas. "A infraestrutura de transporte aéreo e urbano poderia atender de forma confortável as demandas da Copa", indicava o documento de 2007. "A equipe (de inspeção) concluiu que a infraestrutura de transporte permitiria ao Brasil realizar uma excelente Copa." "Todas as dezoito cidades têm bons aeroportos", disse. "O time de inspeção pode confirmar com confiança que a infraestrutura de aeroportos poderia atender a um grande número de passageiros indo a jogos em viagens de ida e volta no mesmo dia", indicou.

O informe chegava a garantir ainda que haveria um trem de alta velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro, um projeto que nem sequer foi licitado.

Como se explica o atraso e as obras abandonadas no meio do caminho? Para cada caso, certamente haverá uma explicação oficial. Em alguns, foi falta de planejamento adequado. Em outros, obstáculos ambientais. Em outros ainda, faltou financiamento.

Mas a única certeza é que, na maioria das vezes, essas obras ficaram mais caras do que se previa. Os estádios custarão mais de três vezes o que a CBF havia informado à Fifa em 2007, e não são poucos os que alertam que esses atrasos nem sempre são um mau negócio para quem está envolvido. Talvez o caso mais claro seja o estádio em Curitiba, que esteve prestes a ser eliminado da Copa por não respeitar nenhum dos prazos dados pela Fifa.

A solução veio relativamente rápido em fevereiro de 2014, quando a entidade deu um ultimato. Ou se acelerava o processo ou Curitiba estaria fora da Copa. A solução, uma vez mais, veio dos contribuintes, sem que eles tenham sido questionados. Os governos do estado do Paraná e da prefeitura de Curitiba injetaram de última hora mais R$ 100 milhões e a arena foi mantida no cronograma da Copa. Se originalmente o projeto custaria R$ 184 milhões, ele deve terminar custando R$ 330 milhões. Desse total, 85% virão de um financiamento público.

A Copa acabou, assim como as promessas de que ela seria um fator de mudança profunda das cidades brasileiras. O Brasil perdeu uma oportunidade que lhe será dada outra vez apenas em meio século.

Em sua obra *O príncipe*, Nicolau Maquiavel já dizia: "Um príncipe nunca precisa de razões legítimas para quebrar suas promessas". De fato, esse parece ser o caso uma vez mais na Copa do Mundo do Brasil.

Em regimes autoritários, reagir contra essas promessas quebradas exige uma revolta popular, o que nem sempre é possível. Já em sistemas democráticos, resta às sociedades identificar essas promessas quebradas, cobrar e, no caso de

serem ignoradas, punir nas urnas e com manifestações pacíficas a classe política pelas mentiras ditas ao longo de um período.

QUINZE DIAS QUE ABALARAM A FIFA

E de certa forma, foi isso que ocorreu durante a Copa das Confederações. O torneio seria apenas um teste para a Copa do Mundo de 2014. Entre as seleções, nem todas estavam no Brasil com o mesmo ímpeto de ser campeãs. Não há como negar que a seleção da Espanha aproveitou aqueles dias para relaxar e fazer a festa por onde passava. Já o Taiti descobria o que era um estádio de verdade.

Mas foi fora dos estádios que o torneio entrou para a história do futebol, em quinze dias que abalaram a estrutura da Fifa e chegaram a levar a entidade a questionar a capacidade do Brasil de manter o evento até o seu final. Foram duas semanas entre os dias 15 e 30 de junho que pegaram cartolas e dirigentes de surpresa.

Os protestos começaram sem uma estratégia, questionando o aumento do preço do transporte. Mas rapidamente ganharam uma dimensão inédita no país. Em poucos dias, o que era uma demonstração de insatisfação popular se transformou em um recado a todos os governantes de que a sociedade não estava mais disposta a assistir sem reagir as mentiras divulgadas, seja por conta da Copa ou em qualquer outro setor.

Nas ruas, grupos de estudantes, profissionais e cidadãos comuns levantaram cartazes que o mundo tinha sérias dificuldades para acreditar: o Brasil, o país do futebol, questionava a legitimidade de uma Copa do Mundo. A população vista em todo o mundo como apaixonada pela bola abria mão da competição, em troca de hospitais e escolas.

É difícil dizer que, se a Copa não fosse realizada, o dinheiro dos estádios teria sido usado para fins sociais. De fato, não há dúvidas de que os gastos do governo com saúde e educação são superiores ao que se gastará na Copa. Mas, ainda assim, vale a pena pelo menos fazer as contas do que o projeto do Mundial representa. Com o dinheiro usado nos estádios, cerca de R$ 8 bilhões, poderiam ter sido financiadas 2,4 milhões de bolsas atleta para esportistas olímpicos ou 10 mil quadras poliesportivas pelo país. Em termos sociais, o impacto seria profundo. O dinheiro é suficiente para erguer 130 mil casas populares, ou 9 mil creches. O investimento também permitiria abrir quase 50 mil escolas rurais ou

11 mil escolas.

Mas a realidade é que, diante de milhares de pessoas nas ruas, a Fifa parecia atordoada e sem entender o motivo da manifestação.

O primeiro sinal claro de que o evento seria tenso veio logo na abertura. Ao tentar falar diante dos 70 mil torcedores para o primeiro jogo da Copa das Confederações, a presidente Dilma Rousseff recebeu uma das maiores vaias a um político em anos, transmitida ao vivo no mundo inteiro. Blatter, demonstrando não saber onde estava, pegou o microfone e pediu respeito por parte dos torcedores com a presidente. "Onde está o *fair play*?", cobrou o cartola, apenas fazendo com que a vaia aumentasse ainda mais. Dilma, que tinha em mãos um discurso, não hesitou. Decretou a Copa oficialmente aberta, abandonou o discurso e entregou o microfone.

Blatter, a partir daquele momento, passou a ser abertamente criticado, até mesmo dentro do governo, por tentar "censurar" os brasileiros no estádio. O pito público dado por Blatter fez cair, para muitos, a máscara de um dirigente visto como arrogante e acostumado a um estilo pouco democrático. Como ter respeito a dirigentes que mentiram para a população sobre o que seria a Copa? O incidente marcaria o tom do torneio. A partir daquele momento, o que se viu foi um movimento que ganhou força em todo o país.

Dois dias depois, a Fifa continuava a pensar que o que se via nas ruas era apenas algo pontual e sem consequências. No terceiro dia de competições, estive com Blatter em um evento promovido pelo jornal *Financial Times* para debater o impacto da Copa do Mundo no Brasil. O local escolhido era o Copacabana Palace, no Rio de Janeiro. Naquele momento, o discurso do cartola era ainda de que o fenômeno era pontual.

"O futebol é mais forte que a insatisfação das pessoas", afirmou, numa clara demonstração de que acreditava que estava no Brasil de 1950. O cartola foi o primeiro a denunciar o fato de que os manifestantes nas diversas cidades no Brasil estavam usando o futebol como plataforma para seus protestos. "O futebol existe aqui para unir as pessoas. Isso está claro e conheço um pouco das manifestações que estão ocorrendo aqui", disse Blatter. "Acho que as pessoas estão usando a plataforma do futebol e a presença da imprensa internacional para deixar claros certos protestos", declarou.

Blatter ainda apostava que o movimento perderia sua força, algo que se provou completamente equivocado. "Vocês verão que hoje é o terceiro dia de competição e isso irá se acalmar", insistiu. "Será uma grande competição", disse Blatter. "Eu disse a Dilma e Aldo (Rebelo) que temos confiança neles. Uma vez

que a bola rolar, as pessoas vão entender e isso vai acabar", afirmou.

Naquele mesmo evento, Jérôme Valcke dava mais uma prova de que não entendia o que estava ocorrendo nas ruas. "Basta o Brasil ganhar o torneio e veremos que esses protestos vão acabar."

Instantes depois, era a vez do ministro do esporte, Aldo Rebelo, subir ao palco e elevar o tom das críticas. Ele foi contundente ao dizer que o governo federal faria de tudo para evitar que os protestos que se espalhavam pelas capitais brasileiras afetassem a realização da Copa das Confederações e os demais grandes eventos. Se necessário, a repressão seria com força. "Quem achar que pode tentar impedir (a realização dos jogos) enfrentará a determinação", bradou Rebelo, insistindo que o governo assumiu com "responsabilidade e honra" acolher esses dois eventos internacionais e que iria realizá-los oferecendo segurança e integridade aos torcedores e turistas. "O Brasil tem a responsabilidade diante do mundo de organizar e realizar em plena segurança o evento sob sua responsabilidade", disse. "O direito à manifestação é um direito democrático no país que será assegurado. Mas entre esses direitos não está o de ameaçar nenhum evento, nem aqui e nem no mundo", alertou Rebelo, que se recusou a comentar "episódios isolados" da violência da polícia e que semanas depois seriam denunciados até pela ONU.

Mas o mesmo tom crítico foi adotado pela cúpula da CBF, que insistia que o número de manifestantes era pequeno. "Seria preferível que toda a atenção estivesse voltada exclusivamente para o futebol e acho que essa é a preocupação de grande parte do povo brasileiro", insistiu o presidente da CBF, José Maria Marin, à beira da piscina do Copacabana Palace.

O vice-presidente da CBF, Marco Polo del Nero, também tentou minimizar a importância dos manifestantes. "Foram quantos? Mil? Tem 199 milhões de brasileiros trabalhando e esses querendo atrapalhar", atacou, indicando que não previa uma repetição dos protestos em 2014 na Copa. "O povo brasileiro é tranquilo. Já, já vai entender que a Copa é o maior evento do mundo", disse. Ao ver que jornalistas o pressionavam sobre o assunto, reagiu: "Vamos falar de futebol?". "Temos de falar de coisas positivas e fazer a torcida gritar 'Brasil, Brasil, Brasil'", dizia, com um punho para cima.

Se o discurso era o de minimizar o que ocorria nas ruas, a realidade é que a Fifa e a CBF estavam acuadas e assustadas. As reuniões se proliferavam com o governo, em momentos de total tensão, com exigências por parte da Fifa de que a segurança dos cartolas e jogadores das oito seleções fossem garantidas. O cenário de um distúrbio era tão remoto nos planejamentos da Fifa que ela

sequer tinha levado ao país seu principal chefe de segurança. Ele havia sido deslocado para o Mundial Sub 20 na Turquia onde, teoricamente, estariam os maiores problemas.

No dia 19 de junho, de forma imprevista, Blatter decidiu deixar o Brasil. A Fifa, naquele dia, insistia aos jornalistas que a viagem já estava planejada e que o cartola iria para o Mundial Sub 20. Mas a realidade é que ele havia tomado a decisão de última hora, deixando encontros que estavam programados e até mesmo desmarcando jantares que estavam organizados com governadores e políticos nordestinos.

Naquele mesmo dia, voltei à porta do hotel Copacabana Palace para tentar encontrar o suíço antes que ele deixasse o Brasil. No lobby, logo me deparei com uma de suas assistentes, Marta. Ela estava de mala pronta para deixar o hotel. Minutos depois, seria Nicolas Maingot, um dos assessores de imprensa de Blatter que também aparecia. Na porta, um carro blindado já o aguardava, acompanhado por mais de dez batedores em motos.

Quando a porta do elevador abriu e Blatter apareceu, Nicolas foi rapidamente a seu encontro para alertá-lo de que eu estava ali. Conversaram por alguns instantes e o cartola veio diretamente em minha direção. Sorridente, tomou a iniciativa de explicar sua viagem. "O presidente da Fifa precisa estar em todos os seus torneios. Mas eu voltarei", disse. Blatter tinha um jogo fundamental para assistir no Mundial Sub 20: Cuba x Coreia.

Mas ele não ficaria apenas na Turquia. Depois de fazer uma visita relâmpago aos turcos, Blatter se refugiou em seu escritório em Zurique e só voltou ao Brasil depois que a Fifa recebeu garantias do governo de que a proteção do evento seria assegurada.

Blatter ainda desistiu de participar da cerimônia de lançamento em Belo Horizonte de um dos projetos da entidade que é a sua menina dos olhos: o Football for Hope, uma espécie de Bolsa Família da Fifa. Ainda que tenha um impacto real para quem o recebe, a iniciativa também tem um cunho eleitoral. O evento em Minas Gerais estaria repleto de organizações da sociedade civil e o temor era de que Blatter fosse hostilizado e vaiado.

Mas o auge das manifestações foi a noite do dia 20 de junho, quinta-feira, quando o país parou e 1 milhão de pessoas tomaram as ruas. Naquela noite, nos hotéis Sofitel e Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, a cúpula da Fifa não dormiu. Telefonemas entre o governo e a entidade se repetiam para tentar entender o que estava ocorrendo. As televisões dos quartos e das salas de reuniões dos cartolas estavam ligadas em permanência, enquanto os demais

eram instruídos a não sair às ruas. Os carros oficiais tiveram os emblemas da Fifa retirados e até os hotéis que orgulhosamente apontavam que eram as sedes da entidade no Brasil passaram a esconder as bandeiras e qualquer imagem da Copa. Vi como os funcionários do Copacabana Palace retiravam as bandeiras da Fifa hasteadas na entrada do imponente prédio.

Já eram quase cinco da manhã do dia 21 quando se decidiu que o governo e a Fifa se reuniriam naquela manhã em caráter de emergência para definir o que fazer. Uma das propostas que chegou a ser sugerida por patrocinadores era a de concluir a fase de grupos da Copa das Confederações e deixar as duas semifinais e a final para um outro momento, em outro país.

A crise também havia se transformado em um jogo de empurra-empurra. As seleções pressionavam a Fifa por segurança e alertavam que seus jogadores milionários não podiam ser ameaçados. Já os patrocinadores haviam pagado fortunas para estar na Copa e queriam ter garantias de que seus convidados VIPs — CEOs de empresas, megainvestidores e personalidades — poderiam circular pelo Brasil. Enquanto os protestos ocorriam, recordo de um representante de uma das empresas patrocinadoras da Fifa falando ao telefone em um lobby de um hotel e se queixando do fato de que, em uma partida em Salvador, 2 mil de seus convidados não apareceram, temendo os protestos. "Quem vai pagar a conta? Quem vai pagar a conta", gritava.

Carros da Hyundai, uma das patrocinadoras da Copa, foram atacados num local de promoções no centro do Rio de Janeiro. Já as televisões que compraram o direito de transmitir os jogos viviam um dilema entre promover o evento e relatar como a manifestação, na prática, deixou o futebol em segundo plano. A Caixa Econômica, outro patrocinador, pediu às redes de televisão que deixassem de veicular seus comerciais nos momentos dos jogos, temendo que suas agências passassem a ser alvo dos manifestantes.

O luxuoso hotel Copacabana Palace era um retrato da crise. A Fifa havia montado uma sala sofisticada para sua cúpula descansar ao lado de patrocinadores e políticos. Sofás, coqueiros, champanhe e os melhores chefs do Rio de Janeiro. Mas, diante da turbulência, o salão com vista para o mar viveu às moscas durante o torneio e o telão gigante colocado para que a cúpula da entidade pudesse ver os jogos apenas passava as imagens das manifestações. Nada de futebol.

A Fifa cobrava do governo, que por sua vez alertava que a prioridade era a rua, e não o evento esportivo. A entidade não ficou satisfeita com a reação da presidente Dilma Rousseff, que, em seu discurso em rede nacional na sexta-

feira à noite, deixou a Copa como um ponto marginal e apenas pediu que o brasileiro "acolha" bem os estrangeiros. "O futebol é símbolo de paz entre povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande Copa", completou, sem dizer o que faria para garantir o evento.

A decisão no dia 21 foi a de manter o evento até o final, correr o risco e transformar os estádios em bunkers. Nada do clima de festa na Copa da Alemanha de 2006 ou de outros torneios na Europa. Torcedores passaram a chegar a estádios sitiados pelo deslocamento das tropas de choque, força nacional e centenas de policiais militares.

Valcke deixou claro ao governo: se a segurança nas partidas não fosse garantida, a Copa das Confederações seria suspensa. No fundo, ninguém queria o cancelamento do evento. Isso teria ameaçado a Copa do Mundo, gerado um prejuízo sem precedentes para o governo e transformado anos de preparação em um vexame internacional.

Se para o Brasil um cancelamento seria desastroso, para a Fifa a crise também seria profunda. Uma preocupação da entidade se referia ao fato de os protestos no Brasil terem aberto uma caixa de Pandora para novas manifestações em todos os seus eventos. Afinal, se o "País do Futebol" questionou a Copa, porque outros países não fariam o mesmo?

A Copa de 2018 ocorre na Rússia, local que também tem sido marcado por um confronto entre ativistas e o governo de Vladimir Putin. Em 2022, a Copa ocorre no Catar, país que vive uma ditadura. Questionei os CEOs das Copa de 2018 e 2022 sobre o que ocorreria se Putin ou o Emir do Catar fossem vaiados nos estádios, como ocorreu com Dilma, ou se a população tomasse as ruas para manifestar. "Isso não vai ocorrer", garantiu Alexey Sorokin, chefe do Comitê de Organização da Copa de 2018.

Numa sociedade democrática na qual políticos precisam convencer cidadãos a votar por eles, o evento que era a aposta para campanhas eleitorais se transformou rapidamente em um torneio com o potencial de ser um suicídio político.

Pouco a pouco, enquanto as pessoas tomavam as ruas, o que se viu foi um afastamento daqueles políticos que, anos antes, comemoraram a conquista da Copa. A reviravolta no discurso era evidente, tentando mostrar simpatia às demandas das ruas. "As pessoas estão se perguntado por que estamos gastando tanto dinheiro", me disse o prefeito do Rio, Eduardo Paes. Alguns dias depois, ele seria ainda mais explícito sobre a Copa em uma entrevista à *Folha de S.Paulo*. "Acho que o Brasil perdeu uma oportunidade com a Copa do

Mundo", disse. "As ruas não disseram que são contra a Copa. As ruas dizem o seguinte: somos contra a forma como se fez a Copa." Paes até mesmo passou a criticar a Fifa, algo impensável para um político brasileiro em busca de trazer jogos para sua cidade. "A Fifa não se preocupa com legado. Preocupa-se com o estádio", disse.

Já Dilma desapareceria da Copa das Confederações e Lula jamais veria um só jogo do torneio que ele ajudou a trazer para o país.

Na grande final no Maracanã, no dia 30 de junho de 2013, o mal-estar entre Fifa, governo e CBF contrastava com a elegância dos vestidos, da champanhe francesa, das joias, do salmão e dos ternos da sala VIP do Maracanã, enquanto bombas explodiam fora do estádio e o cheiro do gás lacrimogêneo usado pela polícia podia ser sentido mesmo nas arquibancadas.

A manifestação também conseguiu se infiltrar entre os organizadores. Voluntários usados como dançarinos na coreografia da cerimônia de encerramento aproveitaram para protestar contra a privatização do estádio no centro do gramado de um Maracanã lotado.

Uma delas levou um cartaz feito de pano e abriu diante das câmeras de todo o mundo. Elas foram rapidamente abafadas e retiradas do local, enquanto gritavam. A Fifa emitiu uma nota dizendo que respeitava o direito de se manifestar, mas que pediram aos voluntários que se retirassem em "respeito aos espectadores". Entre os torcedores, não faltavam os cartazes contra a Copa, contra o governo ou contra a Fifa. Naquele dia, vi até mesmo os voluntários do evento nas arquibancadas se unindo aos coros de protestos.

A síntese da crise foi o debate que por horas se travou sobre quem entregaria a taça ao campeão na Copa das Confederações, um momento sempre aguardado pelos políticos para mostrar ao mundo seu orgulho e cumprimentar os campeões. Ninguém queria ser vaiado, e políticos e cartolas empurraram uns para os outros a tarefa de aparecer entregando o troféu de campeão. Dilma Rousseff não foi ao Rio, temendo outra vaia como ocorreu no jogo de abertura. Obviamente, ao ver que a seleção havia vencido a poderosa Espanha e conquistado o título, Dilma rapidamente emitiu um comunicado de Brasília e convidou a seleção para visitá-la. Luiz Felipe Scolari, o técnico da seleção, vetou a viagem.

Durante o dia da final, falou-se que o vice-presidente Michel Temer poderia ir ao estádio, o que também não ocorreu. A irritação entre os membros da Fifa era clara diante da ausência da cúpula do governo.

Por horas, a preocupação com as vaias também levou o prefeito do Rio,

Eduardo Paes, e o governador do Estado, Sérgio Cabral, a não informarem se estariam no Maracanã. O prefeito chegaria em cima do horário do início do jogo. Cabral estava propenso a não ir. O certo é que nenhum dos dois queria aparecer nos telões entregando a taça. O governo federal foi representado apenas pelo ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, que ficou distante da CBF e da Fifa.

A Copa que estava sendo programada para ser um trampolim político para muitos, uma campanha por votos financiada pelo dinheiro público, agora ameaçava as pretensões eleitorais de políticos.

Horas antes, em Salvador, no jogo que marcou a disputa do terceiro lugar, Valcke e o governador da Bahia, Jacques Wagner, foram vaiados. O político não ficou até o final do jogo. No Maracanã, o presidente da Fifa, Joseph Blatter, e o presidente da CBF, José Maria Marin, também foram vaiados na final.

Em muitos sentidos, a Copa das Confederações e as arquibancadas se transformaram em caixas de ressonância de uma sociedade para dar seu recado, ainda que desencontrado, paradoxal, sem estratégia e sem um plano. Mas o recado foi dado.

Tudo o que se escutou nas ruas em junho e julho de 2013 era conhecido de todos havia anos — escola, saúde, transporte e vida digna. Mas jamais foram veiculados de forma tão forte como quando a nova arquibancada do Maracanã vibrou com torcedores que entoavam protestos, e não o grito de gol. Lamentavelmente, a violência inaceitável acabou manchando um processo importante na construção da democracia brasileira. Mas nem por isso invalidou o que ocorreu na Copa das Confederações, e muito menos sua mensagem original.

QUE LEGADO DEIXA A COPA AO BRASIL?

Em mais de dez anos acompanhando as reuniões da Fifa, os eventos midiáticos de cartolas e encontros entre governos e dirigentes esportivos, vi uma mesma ideia ser martelada à exaustão: a insistência de todos em apontar que os eventos esportivos deixam "grandes legados" para quem os organiza. Confesso minha profunda irritação quando ouço um político pronunciar essa palavra, legado.

Vazia de qualquer sentido, ela é instrumentalizada por todos aqueles que ganham com o evento. Sempre que não existe um argumento para justificar um

investimento, ela aparece para preencher uma lacuna numa frase de efeito. Os únicos que jamais utilizam essa palavra para falar do evento em questão são os cidadãos que pagam por ela.

A questão do legado que um evento deixa foi a forma encontrada por dirigentes e políticos para justificar gastos para esses megatorneios. Não quero dizer aqui que esses legados não existam. Mas os exemplos de sucesso são muito mais limitados do que o número de megaeventos realizados nos últimos cinquenta anos.

Barcelona é repetidamente citada por dezenas de políticos de todas as nacionalidades para justificar uma campanha para trazer a Copa ou os Jogos Olímpicos a uma cidade. Mas o que poucos apontam é que, de fato, a Olimpíada de 1992 foi "apenas" um pretexto para uma reforma urbana que começou em 1986. Naqueles anos, a Espanha se abria ao mundo, tinha acabado de aderir à então Comunidade Europeia, se consolidava finalmente como uma democracia e, claro, passava a receber investimentos. Barcelona se apoderou de um evento para que ele servisse a uma cidade. E não que essa cidade — e seus cofres — servissem a patrocinadores e cartolas.

"De fato, as mudanças na infraestrutura urbana que se produziram dentro e nos arredores da cidade de Barcelona entre 1986 e 1992 podem ser consideradas como uma das transformações urbanas mais ambiciosas de uma cidade no período do pós-guerra", aponta um estudo realizado por Chris Kennett, professor da Business Engineering School.

A realidade é que, no projeto olímpico de 92, apenas uma parte mínima era investimento em locais para receber os eventos esportivos exigidos pelo COI. Em Barcelona, apenas 9% dos gastos para as Olimpíadas foram destinados à construção de estádios, piscinas ou instalações. O restante do orçamento foi para o plano urbano da cidade. No caso da Copa no Brasil, os estádios vão consumir mais de 35% do orçamento planejado de investimentos.

A Copa viu o Brasil erguer doze estádios, quando no fundo precisava de apenas oito. A Copa viu o país construir um novo estádio em Manaus, considerado pelo escritor amazonense Milton Hatoum como "um delírio populista e demagógico, com tenebrosas transações, como dizia a canção de Chico Buarque". A Copa sentenciou que um estádio como o Morumbi não era suficiente para um Mundial. A Copa viu uma cidade como Brasília erguer um dos estádios mais caros do mundo.

Essa não é a única diferença entre Barcelona e o Brasil. Em 1992, a entidade que estabelecia o que era necessário ser construído era independente dos

organizadores dos Jogos e, acima de tudo, o plano foi realizado com vistas ao impacto futuro das obras, e não atendendo a interesses clientelistas para as próximas eleições.

Não por acaso, o veredicto final foi um reconhecimento de que os Jogos de 1992 haviam mudado para sempre a cidade. Os cartolas não tiveram nenhuma chance de roubar a cena. Nem os esportistas brilharam mais que a própria cidade. "Não importou o quanto saltaram, correram ou remaram. Eles nunca dominaram os Jogos. Quem ganhou os Jogos foi a cidade. O povo da Catalunha ganhou os Jogos", sentenciou o *New York Times* num artigo no dia do encerramento do evento.

Poucos no mundo conseguiram repetir o "Modelo Barcelona". No fundo, o que a cidade catalã fez foi simplesmente usar o evento para se refundar. O esporte foi apenas o vetor. O COI, apenas a desculpa.

Nos últimos anos, a preocupação com o impacto de um evento para uma cidade também ganhou um novo contorno. Algumas cidades pelo mundo optaram por outra estratégia que, de certa forma, traz os megaeventos para uma adequação aos sistemas democráticos: a realização de plebiscitos para saber se os cidadãos estão dispostos a se lançar numa campanha por atrair uma competição.

De fato, a lógica é muito simples. Se esses eventos são tão claramente positivos para uma sociedade, por que razão os dirigentes e autoridades não têm a coragem de realizar referendos antes de lançar suas candidaturas? Obviamente entendo que esse não seja o expediente que as autoridades chinesas pensaram para os Jogos Olímpicos de 2008 de Pequim ou que Vladimir Putin pensou para Sochi em 2014 ou para a Copa de 2018. Isso, claro, sem falar no regime ditatorial do Catar que, enquanto se apresenta ao mundo como uma nação moderna, não passa de um reino endinheirado comandado com punhos de ferro por uma família que não aceita sequer a existência de uma oposição.

É verdade que, de alguns anos para cá, o COI e outras entidades passaram a pedir que os candidatos a receber grandes eventos mostrem que existe um apoio popular para receber o torneio. Nas dezenas de candidaturas que já me dei ao trabalho de ler, jamais vi uma que citava um apoio inferior a 85% da população. Mas também jamais li um informe técnico dessas candidaturas que me explicasse quem entrevistaram e, acima de tudo, exatamente que pergunta foi feita.

Nos raros casos em que as autoridades optaram por realizar um referendo para

saber se a população estava disposta a receber — e pagar — por esses eventos, a resposta foi surpreendente. Um desses casos foi a candidatura da rica cidade de Munique para receber os Jogos Olímpicos de Inverno de 2022. Um dos principais centros da economia alemã decidiu que não será a sede do evento. Mas o problema não foi a falta de dinheiro, nem a falta de tradição nos esportes e nem a falta de infraestrutura.

O motivo foi o "não" da população ao projeto cujo valor era incerto e que, no final das contas, seria pago pelos contribuintes. Numa votação realizada em 2013, os habitantes de uma das cidades mais ricas da Europa foram às urnas votar se queriam ou não o evento. A decisão foi de rejeitar o projeto, numa atitude que gerou um forte abalo entre dirigentes esportivos, que passaram a temer que o exemplo começasse a ser seguido em outros países democráticos.

Para Ludwig Hartman, deputado do Partido Verde e líder do grupo que se opunha ao projeto, o voto não foi um sinal "contra o esporte". "O voto foi um sinal contra a não transparência, a cobiça e os lucros do COI", insistiu. De fato, ninguém pode acusar os alemães de avessos ao esporte e aos eventos internacionais. A Alemanha sediou os Jogos Olímpicos de 1936, as Copas de 1974 e 2006, e dezenas de outros torneios.

Sem a candidatura alemã no páreo, as favoritas são Oslo, Lviv (Ucrânia) e Pequim. Mas a iniciativa de Munique já começa a ganhar espaço. Populações em diversas partes da Europa acompanharam de perto o voto, justamente como exemplo do que poderão exigir da próxima vez que Paris, Roma ou Madri tentarem sediar grandes eventos. Em um editorial, o *Financial Times* também elogiou a votação e apontou que a medalha de ouro já tem dono: Munique e sua iniciativa de consultar a população.

O que mais impressiona é que aquela não havia sido a primeira vez que as autoridades tentaram lançar uma candidatura de Munique para sediar um torneio internacional. A cidade era também candidata para receber os Jogos de Inverno de 2018. Uma vez mais, o evento ocorreria com dinheiro público e nada melhor que consultar a população que vai pagar pela organização se está disposta a abrir o bolso.

Em 2011, o referendo foi realizado. Aqueles que queriam o evento tiveram de abrir todos seus livros, suas finanças e mostrar por que um cidadão de Munique deveria dar dinheiro para a candidatura. De outro lado, grupos de oposição alertaram para os danos ecológicos das obras e insistiram que os investimentos não valiam a pena.

O referendo terminou com um saldo favorável aos que defendiam o evento.

Mas a margem foi pequena, 58%. Munique acabaria não vencendo a corrida por votos no COI. Mas, entre seus cidadãos, a consulta havia sido realizada.

Quem também passou a adotar a votação popular para definir uma candidatura foi a Suíça. As autoridades de um cantão propuseram organizar os Jogos de Inverno de 2022 na região da luxuosa estação de esqui de Saint Moritz. Mas, antes de lançar sua candidatura, optaram por questionar a população se estava ou não de acordo em bancar o evento.

O processo foi transparente. De um lado, os partidos e grupos que apoiavam o evento foram obrigados a divulgar dados e projeções para mostrar que o investimento tinha um retorno. Ao contrário do lançamento da nossa Copa, em 2007, o evento na Suíça já tinha orçamento mesmo antes de existir oficialmente. Os organizadores foram obrigados a mostrar transparência total dos custos e cada um dos cidadãos ficou sabendo exatamente quanto sairia de seu bolso. Conversando com um dos organizadores da candidatura, ele me dizia: "Só ganharemos o apoio popular se mostrarmos que não temos nada a esconder".

De outro lado, os grupos contrários apresentaram aos eleitores os pontos negativos e coube ao governo local enviar a cada casa um livreto explicando as posições dos campos na disputa pelos votos. Coube à população estudar cada um dos casos e, depois, escolher. No dia da eleição, o resultado foi categórico: os ricos suíços decidiram que o evento não se justificava e que não estavam dispostos a pagar por ele. O tema foi encerrado e, com toda elegância, os organizadores engavetaram a proposta e a vida seguiu normalmente. Não houve tapetão, roubo de medalhas, fraude, acusações de corrupção e nem mesmo pedido para recontagem de votos. Também não escutei ninguém do lado perdedor dizendo que a população não sabe votar.

Em outros países, projetos de candidaturas foram bloqueados pela própria classe política diante dos custos que esses eventos gerariam para os cofres nacionais. Uma delas foi Estocolmo, onde dirigentes esportivos pensavam em entrar na briga pelos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022. Partidos políticos e até mesmo o primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, foram contrários à empreitada.

O prefeito de Estocolmo, Sten Nordin, comanda uma das cidades mais ricas do planeta. Mas deixou claro que sua prioridade não era erguer estádios. Segundo ele, o que a cidade precisa é de moradia. O evento custaria uma fração do que o Brasil gastará com a Copa, R$ 3,6 bilhões. Mas, mesmo assim, ele foi rejeitado. "Quando se trata de custos deste calibre, os cidadãos que pagam

impostos exigem de seus políticos mais do que previsões otimistas e boas intuições. Não é possível conciliar um projeto de sediar os Jogos Olímpicos com as prioridades de Estocolmo em termos de habitação, desenvolvimento e previdência social", disse o secretário municipal de Meio Ambiente da capital sueca, Per Ankersjö, segundo a BBC. O discurso poderia parecer o de um político de um país em desenvolvimento onde milhões moram em favelas. Mas, no fundo, é o tom do discurso de um dirigente de uma das sociedades mais desenvolvidas do mundo.

No auge dos protestos em meados de 2013 durante a Copa das Confederações, a presidente Dilma Rousseff propôs um plebiscito para instalar uma Assembleia Constituinte específica sobre reforma política. Ela jamais ocorreu e não passou de mais uma medida de marketing de um governo que não entendeu o motivo por que a população estava nas ruas.

E se essa forma de consulta democrática ou um referendo tivesse sido realizada antes de o Brasil lançar sua candidatura para a Copa de 2014 ou para os Jogos Olímpicos de 2016?

Qual teria sido o resultado? Por que é que esse referendo jamais foi feito?

Conversando com organizadores da Copa, eles insistem em dizer que haveria uma vitória do "SIM" caso essa votação tivesse sido realizada. Talvez isso seja verdade. Mas o que precisamos ainda pensar é que tipo de pergunta seria feita. Tenho certeza de que o resultado seria diferente dependendo de como a questão fosse colocada.

— Você aceita a realização da Copa de 2014 no Brasil?

Não duvido que essa frase teria recebido a aprovação de mais de 50% dos brasileiros.

Mas não sei se o resultado seria igual se a pergunta fosse a seguinte:

— Você aceitaria o uso de bilhões de reais dos orçamentos públicos para bancar uma Copa no Brasil, além da renúncia fiscal de R$ 1 bilhão para a Fifa e seus parceiros comerciais?

Provavelmente, essa Copa imaginária de um país democrático também teria sido aprovada. Mas só a votação e o processo teriam exigido de cartolas e governos uma transparência inédita no país. Imaginem um debate televisivo entre Ricardo Teixeira e Romário… Ou um debate entre qualquer cartola e movimentos sociais afetados pelas obras do Mundial ou Jogos Olímpicos.

Mas a realidade é que os dirigentes esportivos do país não parecem dispostos a isso. Na verdade, poucos estão preparados para eleições livres e democráticas. Em 2011, a Fifa chegou a pensar na possibilidade de permitir que atletas

também pudessem votar para eleger presidentes de federações nacionais de futebol. Mas Ricardo Teixeira, ao lado do argentino Julio Grondona e do paraguaio Nicolas Leoz, enterraram a proposta.

Em novembro de 2011, num evento na ONU em Genebra, Carlos Arthur Nuzman foi surpreendido por uma pergunta da plateia, num evento que ele e a diplomacia brasileira estavam convencidos de que seria apenas mais um show da simpatia nacional. Nos corredores da ONU, o governo chegou a levar uma espécie de carpete para imitar a calçada de Copacabana, enquanto serviam caipirinha.

Nuzman e a diplomacia brasileira passaram por uma saia justa diante de mais de trezentas autoridades da ONU e governos de todo o mundo. A brasileira Isabela Ledo, uma estudante de urbanismo na Europa que pesquisava justamente o legado social do evento em 2016, pediu explicações sobre as comunidades que seriam realocadas por conta das obras dos Jogos Olímpicos. Fez-se um silêncio incômodo na sala.

Visivelmente irritado, Nuzman insistiu em defender o programa Morar Carioca, "em que o governo dá novas casas com boas condições de saúde e saneamento às pessoas que vivem em más condições". "Milhares e milhares de pessoas estão recebendo estas casas e estão muito felizes", disse Nuzman. "É claro que na organização dos Jogos Olímpicos, algumas pessoas são a favor e outras contra. Se algumas pessoas preferem morar em condições precárias no centro da cidade a morar a dez quilômetros do centro nas novas casas, aí é escolha deles", argumentou.

A então embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani Azevedo, também se esforçou em mostrar a dimensão social dos Jogos no Brasil, ignorando a conclusão de relatores especiais da ONU que já apontaram para as violações cometidas pelo país nas obras para a Copa e os Jogos Olímpicos. A resposta de Nuzman e o discurso brasileiro parecem não ter convencido a ONU. O então representante da entidade para temas esportivos, Wilfried Lemke, encerrou o evento citando justamente a brasileira que questionou Nuzman, qualificando-a como "corajosa".

Não se necessitaria de "coragem" numa democracia real. Não haveria a necessidade de um alto funcionário da ONU mencionar a questão de uma estudante brasileira se todos tivessem tido a possibilidade de se pronunciar.

No fundo, só a realização desse referendo e o trabalho que daria aos cartolas para se explicar já teria sido talvez o maior legado que uma Copa teria deixado ao Brasil. Ficará para uma próxima, talvez em meio século.

Desta vez, o legado foi outro. E ele não foi deixado pelos dirigentes ou pelo governo. Ele foi uma reação a uma mentira. O Brasil mostrou que não é apenas o "país do futebol". A sociedade brasileira pegou a Fifa de surpresa ao mostrar que não basta nos trazer espelhinhos ou uma bola nova que estenderemos um tapete vermelho. A Copa fez a população ir às ruas. Não foi o motivo central. Mas ela teve o poder de aglutinar interesses e resumiu as demandas sociais na celebre frase "Padrão Fifa".

As autoridades perderam a chance de usar a Copa para transformar fisicamente as estruturas das cidades, que sufocam as populações. A Copa trouxe ao primeiro plano as incoerências de um país que ainda consolida sua democracia. "Curiosamente, ou desgraçadamente, o Brasil está repetindo em democracia a mesma megalomania dos militares, que construíram estádios por todo o país", disse Juca Kfouri.

Mas a sociedade não perdeu a oportunidade de mostrar que não é aquela dos pôsteres da Embratur, que não é apenas o "Homem Cordial" cujo único objetivo é ter espasmos de alegria, seja na tribuna de um estádio ou no Carnaval.

O maior legado da Copa do Mundo de 2014 foi construído pela própria sociedade. Ela descobriu que pode questionar e que tem o poder de colocar na parede políticos e dirigentes. A Copa não foi desperdiçada. Mas isso só aconteceu porque ela foi desperdiçada pela classe dirigente do Brasil como uma oportunidade para gerar desenvolvimento social real.

Faltando pouco mais de seis meses para a abertura da Copa do Mundo, o ministro do Turismo, Gastão Vieira, deu mais uma demonstração de que dirigentes não perdem a oportunidade de culpar o "jeitinho brasileiro" pelos problemas no Mundial, ao reconhecer que algumas obras necessárias para que as cidades-sede recebam os turistas ainda nem tinham começado. "Estamos fazendo uma Copa no Brasil, e com brasileiros. Um pouco da nossa maneira de resolver os problemas tem de estar presente nesses acontecimentos. Então atrasa uma obra aqui, ocorre um reajuste de preço ali", disse em entrevista à rádio Estadão.

Quais brasileiros? Brasileiros como Ricardo Teixeira ou brasileiros como aqueles que foram às ruas pedir hospital? Brasileiros como os que roubam medalhas ou brasileiros que acordam às quatro da manhã para andar até o trabalho, deixando uma família inteira em casa, se é que um barraco na favela pode ser chamado de casa? Brasileiros que vivem um delírio tropical ou aqueles que não sabem se seus direitos mais básicos serão respeitados?

De certa forma, a Copa nos ajudou a deixar para trás a sombra que projeta a nossa forma. Uma sombra que engana que não conhece sua complexidade. Essa sombra que foi gerada por décadas de um sol escaldante e imprimiu nossa imagem pelo mundo. Algo tão forte quanto a sombra de uma garota desconhecida que, na explosão da bomba atômica em Hiroshima, ficou marcada nas escadas de um prédio para sempre. Essa sombra não mente. Mas tampouco diz a verdade completa sobre a sociedade brasileira.

Povoamos o imaginário no planeta e a Copa será mais uma peça colocada num caleidoscópio que, a cada giro, ganha uma nova forma. A narrativa da construção da sociedade brasileira do século XXI passa necessariamente por esse momento de transformação. De um complexo de vira-lata, corremos o risco de viver um complexo de grandiosidade, alimentado por dirigentes sem projetos para o país e que tentaram usar a Copa como um atalho para se afirmar no mundo como uma potência. Um atalho que justamente salta etapas como a de garantir uma renda digna a todos os seus cidadãos e um hospital a todos os que necessitam. Não existem atalhos na construção de uma democracia real. Não existem atalhos no desenvolvimento social. Uma imagem de potência que é baseada em miragens criadas pelos estádios modernos corre o risco de se desfazer assim que descobrirmos que a festa acabou.

Sempre estive convencido, desde o início desse processo, que ganharíamos o respeito internacional não se erguêssemos os palácios mais modernos do mundo para o futebol, mas se tivéssemos a coragem de confrontar o engodo do Mundial sem temores e denunciássemos cada vez que fôssemos pegos por uma mentira. Seríamos reverenciados se nos apoderássemos da Copa e a transformássemos em um vetor de desenvolvimento social.

Ninguém se levantou contra o futebol ou contra a Seleção Brasileira. Não há contradição. Na realidade, há uma lógica absolutamente perfeita em tudo isso: somos tão apaixonados pelo futebol que não aceitamos que ele seja uma vez mais manipulado. Não aceitamos o sequestro dos amistosos da seleção para enriquecer alguns em Andorra. Somos um país de chuteiras, mas são hoje indignadas e exigem respostas aos desafios da sociedade.

Não teremos todas essas respostas por anos ainda. Mas, por enquanto, o que precisamos ter é a vontade de questionar.

A Copa acabou. Em campo, não se sabe ainda quem ganhou e, em junho e julho, suspenderemos tudo para saber isso, acompanhar cada lance e vibrar em cada gol. Não se trata aqui de torcer pelos adversários do Brasil. Mas sim contra os inimigos da sociedade, que, nesse caso, não estão em campo.

Pagou-se caro — na verdade, muito caro — por esse Mundial. Na ausência de resultados reais, de manipulação e do uso político de um megaevento, a sociedade reagiu e construiu seu próprio legado mandando um recado muito claro aos dirigentes do país e mesmo à Fifa: o de que, como já disse William Shakespeare, não há legado mais rico que a honestidade.

Copyright © 2014 by Jamil Chade
Todos os direitos reservados

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

CAPA Alceu Chiesorin Nunes

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO Verba Editorial

PROJETO GRÁFICO Joelmir Gonçalves

ISBN 978-85-8086-979-8

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À
EDITORA SCHWARCZ S.A.
RUA BANDEIRA PAULISTA, 702, CJ. 32
04532-002 – SÃO PAULO – SP
TELEFONE (11) 3707-3500
FAX (11) 3707-3501
WWW.COMPANHIADASLETRAS.COM.BR
WWW.BLOGDACOMPANHIA.COM.BR